

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (15.ª Reunião - 10.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/03/20):

- **Deliberação n.º 114/AML/2018 - Voto n.º 015/01 (PSD)** - Voto de Pesar - «O Homem que desafiou a morte!» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD
pág. 960

- **Deliberação n.º 115/AML/2018 - Voto n.º 015/06 (PAN)** - Voto de Pesar - «Pela morte de Stephen Hawking» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 960

- **Deliberação n.º 116/AML/2018 - Voto n.º 015/02 (BE)** - Voto de Pesar e Condenação - «Pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes» - Subscrito pelo Grupo Municipal do BE
pág. 961

- **Deliberação n.º 117/AML/2018 - Voto n.º 015/04 (PSD)** - Voto de Pesar - «Marielle Franco, uma Mulher de Causas e sem Medos!» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD
pág. 961

- **Deliberação n.º 118/AML/2018 - Voto n.º 015/05 (PAN)** - Voto de Pesar - «Pela Morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 962

- **Deliberação n.º 119/AML/2018 - Recomendação n.º 015/01 (7.ª CP)** - «Resultante do Parecer da 7.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 2/2018 - Por uma gestão pública do Teatro Maria Matos» - Subscrita pela 7.ª Comissão Permanente
pág. 963

- **Deliberação n.º 120/AML/2018 - Recomendação n.º 015/02 (5.ª CP)** - «Resultante do Parecer da 5.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 13/2017 - Petição para elaboração e publicação de regulamento relativo aos fogos sujeitos a valor máximo de renda ou preço de venda (Retificada)» - Subscrita pela 5.ª Comissão Permanente
pág. 963

- **Deliberação n.º 121/AML/2018 - Moção n.º 015/02 (PCP)** - «Revogação do Regime de Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP
pág. 963

- **Deliberação n.º 122/AML/2018 - Moção n.º 015/04 (BE)**
- «Por uma efetiva cidadania na tutela dos valores urbanísticos, ambientais e culturais nos procedimentos urbanísticos» - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE
pág. 964

- **Deliberação n.º 123/AML/2018 - Moção n.º 015/05 (PAN)**
- «Por uma Lisboa acessível a todas as pessoas (Retificada)» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 964

- **Deliberação n.º 124/AML/2018 - Moção n.º 015/06 (MPT)**
- «Por uma correta gestão de risco no Estuário do Tejo» - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT
pág. 964

- **Deliberação n.º 125/AML/2018 - Recomendação n.º 015/05 (PPM)** - «Boca de escoamento da câmara de válvulas de maré do Terreiro do Paço (Retificada)» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM
pág. 965

- **Deliberação n.º 126/AML/2018 - Recomendação n.º 015/06 (CDS-PP)** - «Bairro do Alto do Parque, criação de bolsas de estacionamento para residentes» - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP
pág. 965

- **Deliberação n.º 127/AML/2018 - Recomendação n.º 015/07 (PEV)** - «Pela valorização e preservação das árvores da cidade» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV
pág. 965

- **Deliberação n.º 128/AML/2018 - Recomendação n.º 015/08 (BE)** - «Pela não edificação do "Mono do Rato" e publicidade dos pedidos de operações urbanísticas» - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE
pág. 966

- **Deliberação n.º 129/AML/2018 - Recomendação n.º 015/09 (PAN)** - «Estudo sobre a capacidade de carga turística de Lisboa» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN
pág. 966

- **Deliberação n.º 130/AML/2018 - Recomendação n.º 015/10 (MPT)** - «Por um envelhecimento ativo e integrado da população idosa na cidade de Lisboa» - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT
pág. 966

- **Deliberação n.º 131/AML/2018 - Proposta n.º 001/PAM/2018** - Debate Temático - «Prevenção e minimização do risco sísmico e reforço da resiliência sísmica em Lisboa», nos termos da proposta - Subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal
pág. 967

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação (Reunião de Câmara de 10 de maio de 2018)

- **Proposta n.º 244/2018 (Subscrita pelo Vereador Ricardo Robles)** - Aprovou a atribuição da distinção «Reconhecimento e proteção de entidades de interesse histórico e cultural ou social local» ao Colégio S. Francisco Xavier, nos termos da proposta
pág. 972

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despacho n.º 66/P/2018
pág. 972

DIREÇÕES MUNICIPAIS

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE MARCA E COMUNICAÇÃO

DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNÍCIPE

Processos
pág. 973

FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DIVISÃO DE REGISTO DE OPERAÇÕES

Requerimentos
pág. 974

RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO
Conclusão do período experimental
pág. 984

URBANISMO

DIVISÃO DE UNIFORMIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA

Atribuição de numeração de polícia
pág. 985

PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO

Processos
pág. 985

DEPARTAMENTO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Auto de consignação dos trabalhos - Autos de vistoria para efeitos de liberação de caução
pág. 986

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E GESTÃO
DE HABITAÇÃO

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NO MERCADO DE HABITAÇÃO

Anúncio n.º 1/DMHDL/DPGH/DIMH/18 [Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA)]

pág. 986

ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA

DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

Anúncios n.ºs 26/DMEVAE/DGC/18 (Cemitério de Benfica - Prescrição de jazigo particular) e **27/DMEVAE/DGC/18** (Cemitério de Benfica - Prescrição de jazigo particular) -

Processos

pág. 991

CEMITÉRIO DO ALTO DE S. JOÃO

Petições

pág. 991

CEMITÉRIO DOS PRAZERES

Petições

pág. 992

CEMITÉRIO DA AJUDA

Petição

pág. 992

CEMITÉRIO DE BENFICA

Petições

pág. 992

CEMITÉRIO DOS OLIVAIS

Petições

pág. 993

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA VERDE

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
DE ESPAÇOS VERDES

Despacho n.º 3/DMEVAE/DEV/DCREV/18 (Suplência)

pág. 993

MOBILIDADE E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE
E TRÁFEGO

Processos - Revogação de despachos

pág. 993

UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Despachos n.ºs 2/UCT/DEPEP/2018 (Subdelegação de competências - Divisão de Promoção e Dinamização Local) e **3/UCT/DEPEP/2018** (Subdelegação de competências - Divisão de Gestão do Espaço Público)

pág. 995

DIVISÃO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
E PUBLICIDADE

Processos

pág. 1000

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL
ORIENTAL

BRIGADA LX ORIENTAL

Auto de vistoria para efeito de consignação de obra

pág. 1001

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL
CENTRO HISTÓRICO

Processos

pág. 1001

ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

ANÚNCIOS

N.ºs 621/UCT/DGEP/2018, 647/UCT/DGEP/2018, 649/UCT/DGEP/2018 e 656/UCT/DGEP/2018 - N.ºs 595/UCT/UITC/2018, 597/UCT/UITC/2018, 615/UCT/UITC/2018 e 618/UCT/UITC/2018 - N.ºs 190/UCT/UITCH/2018, 626/UCT/UITCH/2018, 632/UCT/UITCH/2018, 642/UCT/UITCH/2018 e 653/UCT/UITCH/2018

pág. 1002

EDITAL

N.º 17/2018 (Notificação)

pág. 1016

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO E DESPACHOS DE PROCESSOS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

15.^a Reunião - 10.^a Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/03/20

- Deliberação n.º 114/AML/2018:

- Voto n.º 015/01 (PSD) - Voto de Pesar - «O Homem que desafiou a morte!» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD.

Aprovado por unanimidade (ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

VOTO DE PESAR

O Homem que desafiou a morte!

Stephen William Hawking viveu uma vida absolutamente impar e envolta em mistérios e coincidências que só acontecem a seres com uma dimensão «cósmica» como a dele. Nasceu exatamente no aniversário dos 300 anos da morte de Galileu a 8 de janeiro 1942, em Oxford e faleceu no passado dia 14 março de 2018, com 76 anos em Cambridge, enigmaticamente no mesmo dia do nascimento de Albert Einstein.

Aos 21 anos é-lhe diagnosticado esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença que causa a morte dos neurónios responsáveis pelos movimentos voluntários, Hawking, desafiou também aqui as previsões médicas, que lhe deram uma expectativa de vida de apenas alguns anos, o que não se veio a comprovar.

Estudou na University College de Oxford - Pretendia dedicar-se à Matemática, mas acabou por escolher Física, área em que se licenciou em 1962. No entanto foi no campus rival de Cambridge, que acabou por estudar astrofísica, área onde fez o seu doutoramento.

As suas principais áreas de estudo foram a astrofísica teórica e a gravidade quântica.

«O meu objetivo é simples. Entender completamente o Universo, por que é, como é, e simplesmente o seu motivo de existir».

Casou-se pela primeira vez em 1965 com Jane Hawking, com quem teve os seus três filhos, vindo a separar-se em 1991. Quatro anos depois, volta a casar-se, agora com Elaine Mason, de quem se divorciou em 2006. Disse uma vez ironicamente - «Que o único enigma que não conseguiu desvendar foram as mulheres». «Um mistério total».

(...) Einstein estava errado quando disse: «Deus não joga aos dados». A consideração dos buracos negros sugere não apenas que Deus joga aos dados, como que às vezes nos confunde, jogando-os onde eles não podem ser vistos. (...)

Como cidadão do Mundo, Portugal, nomeadamente Lisboa, não fugiram a essa regra, várias foram as visitas à nossa capital, sendo a sua última passagem por Lisboa virtual, através de uma mensagem vídeo difundida na *Web Summit* Lisboa em 6 de novembro de 2017, em que, manifestando-se preocupado pelo futuro da Humanidade, alertou para os perigos da inteligência artificial.

Assim o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na Sessão da 15.^a Reunião, 10.^a Sessão Extraordinária, a realizar no próximo dia 20 de março delibere:

1 - Guardar um minuto de silêncio de Voto de Pesar por Stephen William Hawking.

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no site da AML (<http://am-lisboa.pt/303000/1/009308.000428/index.htm>).

- Deliberação n.º 115/AML/2018:

- Voto n.º 015/06 (PAN) - «Voto de Pesar pela morte de Stephen Hawking» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN.

Aprovado por unanimidade (ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Voto de Pesar pela morte de Stephen Hawking

Stephen Hawking, nasceu em Oxford a 8 de janeiro de 1942, tendo-nos deixado a 14 de março corrente, na cidade de Cambridge onde fez a sua carreira científica. Para todos os que acompanharam os avanços da ciência do século XX, Stephen Hawking foi simultaneamente uma referência e uma esperança para a resolução dos maiores desafios da matemática e da física deixados pelos cientistas que o precederam como Albert Einstein. Foi professor Lucasiano de matemática da Universidade de Cambridge, cadeira detida anteriormente por figuras relevantes da ciência como Isaac Newton, Charles Babbage, George Stokes e Paul Dirac.

Tentou unificar a Teoria Geral da Relatividade e a Teoria Quântica e deixou a esperança da descoberta duma teoria unificadora de toda a física. Como divulgador de ciência escreveu «Uma breve história do tempo», onde numa linguagem acessível para o não iniciado, descreve fenómenos como o *Big Bang* e os Buracos Negros, tendo partilhado a sua obra, um legado que deixa para a Humanidade.

Não podemos deixar de destacar, que a 7 de julho de 2012, Stephen Hawking participou como convidado de honra na cerimónia de assinatura da incontornável Declaração de Cambridge sobre a Consciência, por parte de um proeminente grupo internacional de neurocientistas, neurofarmacologistas, neurofisiologistas, neuroanatomistas e neurocientistas compu-

tacionais cognitivos, que reunidos na Universidade de Cambridge para reavaliar os substratos neurobiológicos da experiência consciente e comportamentos relacionados em animais humanos e não humanos tendo concluído pela senciência dos animais (a Declaração de Cambridge tem sido uma pedra basilar na promoção de alguns avanços legislativos em prol dos direitos dos animais, sendo amplamente citada pela comunidade científica, jurídica e académica. Por meio desta Declaração os renomados neurocientistas declararam o seguinte: Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatómicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência como a capacidade de exibir comportamentos intencionais).

É com pesar que assinalamos hoje o desaparecimento de Stephen Hawking, um nome que ficará certamente na história da Humanidade, não só pelo imenso contributo que deu à Física e à Cosmologia, como pelo seu exemplo de vida, pela coragem com que lutou contra a doença degenerativa que o afetava e pela generosidade com que partilhou com a comunidade científica e com o grande público as suas teses e as suas descobertas, incentivando assim o escrutínio crítico, verdadeiro motor do conhecimento.

Ficamos marcados pelo seu legado e pela inquietude que marcava a sua sede de conhecimento, conhecimento esse que se propôs partilhar e despertar em todos nós. Com o humor que o caracterizava, dizia Hawking que «Pessoas quietas possuem mentes barulhentas!» Não duvidamos! Assim como também não temos dúvidas de que o encontraremos algures por entre o brilho e a poeira das estrelas, sempre que fitarmos o imenso céu sobre nós.

O Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua 15.ª Reunião, na Sessão Extraordinária com Petições e Declarações Políticas de 20 de março, delibere:

- 1 - Guardar um minuto em Voto de Pesar pela morte do cientista;
- 2 - Enviar as condolências aos seus familiares, à Universidade de Cambridge e ao povo britânico.

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://am-lisboa.pt/303000/1/009308.000428/index.htm>).

- Deliberação n.º 116/AML/2018:

- Voto n.º 015/02 (BE) - «Voto de Pesar e condenação pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes» - Subscrito pelo Grupo Municipal do BE.

Aprovado por unanimidade (ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Voto de Pesar e Condenação pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes

«O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada». Estas foram algumas das últimas palavras proferidas de Marielle Franco, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade na cidade brasileira do Rio de Janeiro, mulher, negra, lésbica, ativista, defensora

intransigente dos Direitos Humanos e autointitulada «cria da favela da Maré», que foi brutalmente assassinada a tiro na passada quarta-feira, dia 14 de março, no Brasil, à saída de uma sessão pública de empoderamento das mulheres negras.

Consigo estavam Anderson Pedro Gomes, motorista do veículo, que também foi baleado e acabou por morrer, e a assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu ao ataque.

Segundo as primeiras informações da polícia, os homicidas encontravam-se num carro que parou ao lado do veículo da vereadora, tendo fugido após a execução. Marielle foi morta com quatro tiros na cabeça. Várias organizações humanitárias já exigiram celeridade na investigação. Marielle Franco era relatora da comissão de acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e nos últimos dias havia denunciado o assassinato de jovens negros pela Polícia Militar do estado.

Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com mais de 46 mil votos na sua primeira disputa eleitoral. Socióloga, feminista, militante dos direitos humanos e crítica da recente ocupação de vastas áreas urbanas pela intervenção militar do governo federal no Rio de Janeiro, Marielle Franco empenhou-se na luta pelos direitos humanos, especialmente em defesa dos direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias, e na denúncia da violência policial.

Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 20 de março de 2018, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alínea k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- 1 - Manifestar o seu pesar pelo assassinato de Marielle Franco e de Anderson Pedro Gomes;
- 2 - Transmitir condolências aos seus familiares, PSOL, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na pessoa do seu Presidente, e ao povo brasileiro;
- 3 - Expressar veemente condenação pela violência e pelos crimes políticos e de ódio que aumentam de dia para dia no Brasil.

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://am-lisboa.pt/303000/1/009310.000428/index.htm>).

- Deliberação n.º 117/AML/2018:

- Voto n.º 015/04 (PSD) - «Voto de Pesar - Marielle Franco, uma Mulher de Causas e sem Medos!» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PSD.

Aprovado por unanimidade (ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

VOTO DE PESAR

Marielle Franco - Uma Mulher de Causas e sem Medos!

«Lugar de mulher é onde ela quiser» uma das inúmeras frases que Marielle Franco proferia quando falava em público, arrancando desta forma os aplausos da assistência.

«Quantas mais pessoas vão ter de morrer para esta guerra acabar?» - Questionou Marielle Franco, na sua conta de *Twitter*, poucas horas antes da tragédia. Tinha 38 anos, Mulher de Causas e sem Medos! A vereadora do PSO foi assassinada de forma covarde e brutal à queima-roupa, conjuntamente com Anderson Pedro Gomes, que substituiu o seu motorista habitual e Fernanda Chaves, assessora da vereadora que ficou gravemente ferida na passada quarta-feira dia 14 de março.

Nascida a 27 de julho de 1979, no Complexo da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro, fazia questão de se apresentar como uma «cria da favela» - o que a legitimava e lhe dava uma autoridade acrescida para denunciar os casos de violência policial nas zonas mais pobres do Rio de Janeiro.

O seu trajeto escolar iniciou-se no pré-vestibular Comunitário da Maré e foi com uma bolsa que mais tarde se licenciou em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O curso superior foi feito ao mesmo tempo que criava a sua filha Luyara, hoje com 18 anos de idade.

Na política o seu percurso foi feito de lutas contra todas as formas de discriminação, destacando-se o seu ativismo contra as intervenções violentas da Polícia Militar nas favelas - e, mais recentemente, contra a ação do Exército nas ruas do Rio de Janeiro. Uma vida marcada pelo ativismo que se iniciou quando uma das suas melhores amigas foi morta na favela onde viviam, vítima de uma bala perdida num tiroteio entre a polícia e traficantes de droga.

A defesa dos Direitos Humanos não é património da esquerda ou da direita: é património da humanidade!

A Democracia não é um patamar estanque, antes pelo contrário é um processo em permanente construção e consolidação. Com todos os anacronismos que isso possa envolver, avanços, recuos e hesitações, ela é parte integrante desse processo. Sem liberdade, não há democracia.

Por todas e todos os que se sacrificaram pela Liberdade, lutando diariamente contra as injustiças, as amarras da ignorância e da indiferença, pagando um preço elevado, muitas vezes com a própria vida, como no caso da Marielle Franco, devemos o total respeito e gratidão e insurgimo-nos sempre contra todo e qualquer tipo de opressão!

Viva a Liberdade!

Assim o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na Sessão da 15.ª Reunião, 10.ª Sessão Extraordinária, a realizar no próximo dia 20 de março delibere:

- Guardar um minuto de silêncio de Voto de Pesar por Marielle Franco.

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://am-lisboa.pt/303000/1/009326.000428/index.htm>).

- Deliberação n.º 118/AML/2018:

- Voto n.º 015/05 (PAN) - «Voto de Pesar pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes» - Subscrito pelo Grupo Municipal do PAN.

Aprovado por unanimidade (ausência de 1 Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Voto de Pesar pela morte de Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes

O dia 14 de março do ano corrente ficou marcado pela trágica perda de pelo menos mais duas vidas para a violência que tem marcado o Brasil, com o crescendo dos crimes políticos e de ódio.

Marielle Franco nasceu a 27 de julho de 1979, na favela da Maré, na zona norte do Rio de Janeiro e desde cedo demonstrou ser uma mulher de coragem e de força, que chamou a si a luta contra as múltiplas formas de discriminação.

Formou-se em sociologia e foi eleita Vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2016, sendo a quinta eleita mais votada na cidade brasileira do Rio de Janeiro. Era mulher, negra, lésbica, feminista, ativista e defensora dos Direitos Humanos, nomeadamente os direitos das mulheres negras e dos moradores de favelas e periferias e batia-se pela denúncia da violência policial. Com apenas 38 anos, era uma mulher ativa, cheia de vida e lutadora por todas estas bandeiras que transportava consigo.

Marielle foi brutalmente assassinada à saída de uma sessão pública de «empoderamento» das mulheres negras. Com ela morreu também o motorista Anderson Pedro Gomes, que a acompanhava e foi ainda atingida a sua assessora, Fernanda Chaves, que sobreviveu ao ataque.

A morte da Vereadora brasileira e do motorista gerou enorme comoção no Rio de Janeiro e em outras cidades do país e do mundo, além das redes sociais, levando multidões a protestar nas ruas. A *hashtag* #MariellePresente, foi uma das mais mencionadas ao longo do dia do enterro da vereadora, com 600 mil menções no *Twitter*. Não só no Brasil, mas um pouco por todo o mundo, milhares de pessoas e diferentes organizações humanitárias saíram à rua e têm apelado a uma célere e eficaz investigação destas execuções, recordando que Marielle Franco era relatora da comissão de acompanhamento da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e que nos últimos dias havia denunciado o assassinato de jovens negros pela chamadas «milícias» da Polícia Militar do estado.

Dizia Marielle que «Quando uma mulher de luta morre, todas nós morremos um pouco com ela».

Talvez estas sejam as palavras com as quais ousamos discordar. Marielle ousou ter voz, ousou lutar perante toda a adversidade, um legado e um testemunho que cabe agora a todas/os nós prosseguir para que a sua centelha nunca se apague.

Um legado que deixa a todas/os àqueles que acreditam na promoção da igualdade e na prioridade que deve ser dada à educação e ao combate das desigualdades estruturais que continuam a permitir que a violência e a opressão sejam perpetuadas.

O Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua 15.ª Reunião, na Sessão Extraordinária com Petições e Declarações Políticas de 20 de março, delibere:

- 1 - Guardar um minuto em Voto de Pesar pela Vereadora Marielle Franco e pelo motorista Anderson Pedro Gomes;
- 2 - Condenar a violência, os crimes políticos e de ódio que aumentam cada vez mais no Brasil;
- 3 - Enviar as condolências aos seus familiares, ao PSOL e ao povo brasileiro.

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no site da AML (<http://am-lisboa.pt/303000/1/009327.000428/index.htm>).

Tema 7 - Cultura, Educação, Juventude e Desporto

Subtema - Cultura

- Deliberação n.º 119/AML/2018:

- Recomendação n.º 015/01 (7.ª CP) - Resultante do Parecer da 7.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 2/2018 - «Por uma gestão pública do Teatro Maria Matos» - Subscrita pela 7.ª Comissão Permanente.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, MPT e 4 Independentes; Contra: PCP, BE, PEV, PAN, PPM e 2 Independentes; e Abstenção: 1 Independente.

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- a) No cumprimento das motivações para a oferta de um modelo de teatro de cariz generalista, assegurar as necessárias condições físicas e logísticas do equipamento, com vista a garantir condições de acesso e usufruto pleno por parte dos diferentes perfis de públicos;
- b) Dê continuidade e alargue o conceito de Teatro Verde;
- c) Reforce o Serviço Educativo e o investimento na criação de novos públicos afetos ao teatro, nomeadamente grupos escolares;
- d) Mantenha e aprofunde a relação do equipamento com a comunidade envolvente, alargando o conhecimento público da oferta programática e a visibilidade da mesma;

- e) Garanta condições especiais de acesso à comunidade residente afeta ao local do teatro, bem como à 3.ª idade, infância, juventude e cidadãos portadores de deficiência, com vista a projetar o teatro como um espaço plural.»

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no site da AML (<http://am-lisboa.pt/302000/1/009289.000423/index.htm>).

Tema 5 - Habitação, Bairros Municipais e Desenvolvimento Local

Subtema - Habitação

- Deliberação n.º 120/AML/2018:

- Recomendação n.º 015/02 (5.ª CP) - Resultante do Parecer da 5.ª Comissão Permanente sobre a Petição n.º 13/2017 - «Petição para elaboração e publicação de regulamento relativo aos fogos sujeitos a valor máximo de renda ou preço de venda (Retificada)» - Subscrita pela 5.ª Comissão Permanente.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 6 Independentes; Contra: PCP; e Abstenção: PEV.

(Ausência de dois Deputados(as) Municipais Independentes da Sala de Plenário).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML):

- «1 - Que apresente à Assembleia Municipal e aprove durante o presente mandato o Regulamento relativo aos fogos sujeitos a valor máximo de renda ou preço de venda, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 3 do Regulamento Municipal que aprova o Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesses Municipais;
- 2 - Que apresente e aprove o programa específico previsto no n.º 5 do artigo 3.º do Regulamento Municipal que aprova o Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesses Municipais».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009299.000421/index.htm>).

- Deliberação n.º 121/AML/2018:

- Mocão n.º 015/02 (PCP) - «Revogação do Regime de Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP.

Deliberada por pontos:

- Pontos 3 e 4 - Aprovados por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PCP, BE, PAN, PEV e 7 Independentes; Contra: PSD, CDS-PP e PPM; e Abstenção: MPT.

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «3 - Dar de imediato início aos trabalhos para aprovação de um Novo Regime de Arrendamento Urbano que contribua para suprir as necessidades habitacionais da população;
- 4 - Estabelecer um regime transitório que disponha que aos processos pendentes em Tribunal ou não resolvidos definitivamente, bem como aos contratos que transitaram para o NRAU, por força da entrada em vigor deste diploma, seja aplicável a lei mais favorável aos arrendatários».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009313.000413/index.htm>).

Tema 3 - Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais

Subtema - Urbanismo

- *Deliberação n.º 122/AML/2018:*

- **Mocção n.º 015/04 (BE) - «Por uma efetiva cidadania na tutela dos valores urbanísticos, ambientais e culturais nos procedimentos urbanísticos»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE.

Aprovada por unanimidade (ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

«1 - Solicitar à Assembleia da República e ao Governo para que, no âmbito das suas competências legislativas e regulamentares, tomem as medidas necessárias com vista a:

- a) Tornar obrigatória a publicidade do pedido de licenciamento ou a comunicação prévia de operação urbanística através de sítio electrónico do Município específico para o efeito;
- b) Assegurar especial destaque no sítio electrónico às operações urbanísticas de grande relevo e às que visem áreas ambientalmente sensíveis ou que visem imóveis classificados e as respectivas áreas de proteção;
- c) Garantir os direitos de informação e de participação dos cidadãos através dos sítios electrónicos de publicitação dos pedidos, durante um prazo razoável;
- d) Alargar a obrigatoriedade de consulta pública relativamente a um maior número de operações urbanísticas de grande relevo e ainda relativamente às que visem áreas ambientalmente sensíveis ou que visem imóveis classificados e as respectivas áreas de proteção».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009315.000411/index.htm>).

Tema 8 - Transportes, Mobilidade e Segurança

Subtema - Transportes

- *Deliberação n.º 123/AML/2018:*

- **Mocção n.º 015/05 (PAN) - «Por uma Lisboa acessível a todas as pessoas (Retificada)»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN.

Deliberada por pontos:

- **Pontos 1, 2 e 3** - Aprovados por unanimidade;
- **Ponto 4** - Aprovado por maioria, com a seguinte votação:
Favor: PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PPM, MPT e 7 Independentes; e Abstenção: PEV.

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «1 - Adaptarem a rede de transporte público de modo a garantir que todas as estações de metropolitano, de comboios e interfaces modais são acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada e a carrinhos de bebé;
- 2 - Garantirem em articulação com o Metropolitano de Lisboa que o funcionamento destes meios de acesso é verificado diariamente em cada estação, ficando a informação dessa verificação/inspeção disponibilizada na *internet* em tempo real para evitar deslocações desnecessárias a quem já apresenta dificuldades múltiplas;
- 3 - Dinamizarem o transporte de passageiros flexível, previsto no Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro;
- 4 - Criar um Observatório da Rede de Transportes, Mobilidade e Acessibilidade, que sirva como base para as políticas públicas e que inclua, entre outros parâmetros, a oferta, procura e evolução dos transportes e mobilidade, a opinião da população e o cumprimento dos contratos de prestação de serviços públicos independentemente da entidade que os gere».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009316.000466/index.htm>).

Tema 4 - Ambiente e Qualidade de Vida

Subtema - Ambiente

- *Deliberação n.º 124/AML/2018:*

- **Mocção n.º 015/06 (MPT) - «Por uma correta gestão de risco no Estuário do Tejo»** - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT.

Aprovada por unanimidade (ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

- «1 - Solicitar ao Governo que promova uma Avaliação de Impacte Ambiental que considere todas as variáveis potencialmente implicadas, incluindo eventuais incidências económicas;
- 2 - Solicitar ao Governo que rapidamente inicie diálogo com os Municípios da Área de Influência do Estuário do Tejo, de forma a discutir-se informação cientificamente credível acerca das potenciais consequências sempre que se mobilizem os sedimentos do Tejo, e consequentemente proceder ao balanço custo/benefício ecológico e económico traçando, caso se opte pela execução do projeto, estratégias preventivas mitigadoras e minimizadoras dos potenciais impactos;
- 3 - Solicitar ao Governo a apresentação ao Município de Lisboa de toda a informação e documentação dos estudos que foram e/ou estão a ser realizados nos antigos terrenos da Lisnave, ou que estejam projetados, no âmbito do Projeto Cidade da Água;
- 4 - Instar o Governo, através do Ministro do Ambiente, para a necessidade de se efetuarem estudos qualitativos e quantitativos atualizados sobre os contaminantes, em particular na zona da Margueira, antes de se iniciarem quaisquer obras».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/301500/1/009317.000412/index.htm>).

Tema 3 - Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais

Subtema - Urbanismo

- Deliberação n.º 125/AML/2018:

- Recomendação n.º 015/05 (PPM) - «Boca de escoamento da câmara de válvulas de maré do Terreiro do Paço (Retificada)» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PPM.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, MPT, PPM e 7 Independentes; e Abstenção: PAN (ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar):

- «1 - Que a Câmara Municipal de Lisboa desenvolva estudos de forma a colocar a válvula distanciada do Terreiro do Paço;
- 2 - Que sejam encontradas soluções técnicas que não ponham em causa a monumentalidade do espaço em questão e que se iniciem os trabalhos paralelamente à requalificação do espaço público envolvente do Terreiro do Paço.»

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009319.000419/index.htm>).

Tema 8 - Transportes, Mobilidade e Segurança

Subtema - Mobilidade

- Deliberação n.º 126/AML/2018:

- Recomendação n.º 015/06 (CDS-PP) - «Bairro do Alto do Parque, criação de bolsas de estacionamento para residentes» - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP.

Deliberada por pontos:

- Ponto 1 - Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 7 Independentes; e Abstenção: PCP e PEV (ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

«1 - Seja avaliada a possibilidade de, no Bairro do Alto do Parque e, nos seguintes arruamentos, a criação de bolsas de lugares de estacionamento para residentes, reservando todo o separador central, para esse efeito, durante os 7 dias da semana:

- Rua Dom Francisco Manuel de Melo;
- Rua Padre António Vieira;
- Rua Sampaio e Pina;
- Rua Marquês de Suberra.»

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009320.000424/index.htm>).

Tema 4 - Ambiente e Qualidade de Vida

Subtema - Ambiente

- Deliberação n.º 127/AML/2018:

- Recomendação n.º 015/07 (PEV) - «Pela valorização e preservação das árvores da cidade» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV.

Deliberada por pontos:

- **Pontos 1 e 2** - Aprovados por unanimidade;
- **Pontos 4 e 5** - Aprovados por unanimidade.

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML):

- 1 - Saudar o Dia Mundial da Árvore e da Floresta, valorizando e preservando todo o património arbóreo existente, como elemento estruturante da vivência, permanência e memória da cidade;
- 2 - Que pugne para que os novos projetos urbanísticos integrem e respeitem o património arbóreo existente, não permitindo qualquer abate indiscriminado;

- 4 - Que apresente à Assembleia Municipal de Lisboa o ponto de situação relativamente à implementação do Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa;
- 5 - Que apresente à Assembleia Municipal de Lisboa informação sobre a taxa de sobrevivência das árvores plantadas nos últimos três anos e qual a origem da sua proveniência.

Mais delibera ainda:

- Que esta matéria seja acompanhada pela 4.ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009321,000420/index.htm>).

Tema 3 - Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Obras Municipais

Subtema - Urbanismo

- *Deliberação n.º 128/AML/2018:*

- Recomendação n.º 015/08 (BE) - «Pela não edificação do “Mono do Rato” e publicidade dos pedidos de operações urbanísticas» - Subscrita pelo Grupo Municipal do BE.

Deliberada por pontos:

- **Ponto 3** - Aprovado por unanimidade (ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

«3 - Promova a publicitação, em página eletrónica exclusivamente destinada a esse fim, os pedidos de licenciamento de operações urbanísticas, com possibilidade de pronúncia por essa via de cidadãos e associações de defesa de interesses difusos em momento prévio à decisão, com especial relevo para os bens classificados e para os imóveis integrados em zonas de proteção a bens classificados».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009322,000419/index.htm>).

Tema 2 - Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização

Subtema - Turismo

- *Deliberação n.º 129/AML/2018:*

- Recomendação n.º 015/09 (PAN) - «Estudo sobre a capacidade de carga turística de Lisboa» - Subscrita pelo Grupo Municipal do PAN.

Aprovada por unanimidade (ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML):

«- A realização de um estudo sobre a capacidade de carga turística da cidade, e do seu impacto ao nível da qualidade de vida, focando entre outras matérias:

- Habitação;
- Transportes;
- Acessibilidades;
- Património cultural;
- Alterações climáticas;
- Prestação de serviços de saúde;
- Poluição sonora e ambiental;
- Tratamento de resíduos urbanos;
- Água e a sua escassez em momentos de seca extrema;
- Capacidade de saneamento de águas residuais e adequação do Plano de drenagem;
- Resposta dos Planos de Emergência».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009323,000418/index.htm>).

Tema 6 - Direitos Sociais e Cidadania

Subtema - Direitos Sociais

- *Deliberação n.º 130/AML/2018:*

- Recomendação n.º 015/10 (MPT) - «Por um envelhecimento ativo e integrado da população idosa na cidade de Lisboa» - Subscrita pelo Grupo Municipal do MPT.

Deliberada por pontos:

- **Ponto 1** - Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, MPT, PPM e 7 Independentes; e Abstenção: PEV;
- **Pontos 2, 3 e 4** - Aprovados por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 2 Independentes; e Abstenção: 5 Independentes.

(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário nestas votações).

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «1 - Crie a figura de Provedor do Cidadão Idoso, de forma a defender os direitos das pessoas idosas. Pretende-se também que o Provedor do Cidadão Idoso seja um elemento de ligação à Autarquia, assegurando a representatividade da população sénior na definição das suas políticas para o envelhecimento;
- 2 - Implemente, em conjunto com as Instituições do Ensino Superior e Juntas de Freguesia, um projeto-piloto intergeracional que permita trocar alojamento por companhia,

solucionando a desistência de estudantes universitários do ensino superior por falta de recursos económicos e a solidão da terceira idade;

- 3 - Constitua uma bolsa de cuidadores informais, dinamizando recursos da comunidade, como grupos de autoajuda, para apoio e suporte a todos aqueles que desempenhando esta importante função social sofram de um acentuado desgaste físico e mental, tantas vezes negligenciado;
- 4 - Implemente e apoie Programas assentes num processo de cooperação e de parceria entre diferentes setores públicos e não governamentais, com envolvimento, a nível local, das freguesias, dos centros de saúde, farmácias, escolas, empresas e outras estruturas e organizações pertinentes, por forma a serem criadas condições estruturais e ambientais favoráveis à saúde, contribuindo para a obtenção de ganhos em saúde e qualidade de vida (através da redução da morbilidade e da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, designadamente doenças cardiovasculares, cancro, diabetes mellitus tipo 2, obesidade, osteoporose, depressão e doenças respiratórias crónicas), incidindo em particular nos fatores determinantes alimentação e álcool (pela promoção de alimentação saudável e promoção da saúde oral), tabaco, e atividade física».

O Documento encontra-se disponível, para consulta, no *site* da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/009324,000422/index.htm>).

- Deliberação n.º 131/AML/2018:

-Proposta n.º 001/PAM/2018-Debate Temático «Prevenção e minimização do risco sísmico e reforço da resiliência sísmica em Lisboa, nos termos da proposta» - Subscrita pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal.

Aprovada por unanimidade (ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário).

PROPOSTA N.º 001/PAM/2018

Debate Temático - Prevenção e minimização do risco sísmico e reforço da resiliência sísmica em Lisboa

Por proposta do Grupo Municipal do CDS-PP, de 2018/02/18, dirigida à Mesa da AML e tendo em conta a aprovação por unanimidade, em 2018/02/27, da Proposta n.º 001/PPM/2018 - «Realização de um simulacro de sismo nas instalações da AML», ouvida a Conferência de Representantes em 2018/03/12, proponho ao Plenário da Assembleia Municipal que delibere aprovar, ao abrigo do artigo 39.º

do Regimento, a realização de um **Debate Temático sobre «Prevenção e minimização do risco e reforço da resiliência sísmica em Lisboa»**, de acordo com o modelo e formato seguintes:

Formato:

Duas Sessões Plenárias de debate aberto ao público. Cada sessão terá a duração aproximada de 3 horas. Nestas Sessões participarão oradores convidados, entidades e público, havendo em cada uma quatro períodos, o primeiro destinado ao painel de oradores convidados, o segundo para intervenção das entidades convidadas, o terceiro para intervenção do público e o último para intervenção dos Deputados. Em cada uma das Sessões haverá dois Deputados Municipais relatores. Logo que o Relatório Final do debate esteja pronto, será agendado para apreciação em Plenário, juntamente com a proposta de Deliberação final.

Local das sessões: Fórum Lisboa.

Programa:

1.ª Sessão - Quinta-feira, 5 de abril de 2018, 17:30 horas

Tema - Risco sísmico e reabilitação urbana; riscos estruturais e não estruturais; medidas de prevenção e reforço da resiliência sísmica.

Moderador - A indicar pelo GM do CDS-PP, proponente do debate.

Relatores - 2 Deputados Municipais, a indicar por um Grupo Municipal e pelos Deputados Independentes.

2.ª Sessão - Quinta-feira, 12 de abril de 2018, 17:30 horas

Tema - Medidas de autoproteção e atuação em caso de sismo, boas práticas e simulacro.

Esta Sessão incluirá a realização de um simulacro de sismo no Fórum Lisboa, o horário da Sessão pode ser ajustado em conformidade.

Moderador - Presidente da 8.ª Comissão Permanente.

Relatores - 2 Deputados Municipais, a indicar pelos Grupos Municipais.

Divulgação e comunicação on-line:

O Debate Temático terá como suporte de divulgação e comunicação com o público o sítio da Assembleia Municipal. Deverá ser pedida a colaboração das Forças Políticas com representação na Assembleia Municipal para que enviem à Mesa o nome das entidades e pessoas que desejem ver formalmente convidadas pela Assembleia Municipal, a fim de serem enviados convites via *e-mail*, reunindo esforços para a alargar a divulgação do debate.

Lista de oradores e entidades:

A completar com indicações do Grupo Municipal proponente, dos restantes Grupos Municipais e Deputados Independentes e da Mesa.



**Exma. Senhora
Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa
Arqª Helena Roseta**

Ofício nº 018/GMCDSP/2018

Assunto: Proposta de Debate Temático sobre prevenção e minimização do impacto sísmico em Lisboa

Exma. Senhora Presidente,

Considerando que:

Lisboa é uma cidade que está situada numa zona de risco sísmico significativo, tendo no passado representado um dos momentos mais sofridos na história da nossa cidade pelos danos catastróficos causados;

Os sismos tendencialmente são recorrentes, o que significa que existindo histórico haverá probabilidade de voltar a acontecer, sem qualquer pré-aviso, podendo assim acontecer a qualquer momento.

A Ordem dos Engenheiros emitiu recentemente um comunicado - "Risco Sísmico - Ordem dos Engenheiros preocupada com a ausência de medidas" - <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/atualidade/noticias/risco-sismico-ordem-dos-engenheiros-preocupada-com-ausencia-de-medidas/> - informando o facto da comunidade técnica e científica alertarem publicamente para a necessidade de implementação de normas e legislação mais adequada, nomeadamente em áreas de maior intervenção no âmbito da reabilitação urbana, como é o caso de Lisboa, em que as condições de segurança e a capacidade de resposta a uma ocorrência sísmica, não estão devidamente considerados;

Apesar do risco e da probabilidade de acontecer, são desconhecidas as medidas preventivas, realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, quer nos elementos estruturantes como o edificado, mas também nos não-estruturantes, sendo urgente a devida informação à população, para minimização de riscos sísmicos e capacidade de actuação de autoprotecção;

À Assembleia Municipal de Lisboa, fórum de participação cívica e órgão máximo do município de Lisboa, cabe promover debates públicos sobre temas de interesse relevante para a cidade, como é o caso, da insuficiência de medidas para prevenir e reduzir o impacto de um sismo;

Entendemos que devem ser convocadas entidades especializadas e respectivas comunidades técnicas com envolvimento na matéria, bem como todos os cidadãos que pretendam participar.



O debate deverá incluir uma fase de audição das entidades especializadas e uma fase de discussão e apreciação pela Assembleia Municipal do Relatório final e suas conclusões.

Assim, vem o Grupo Municipal do CDS-PP propor a realização do referido debate temático apresentado, para o efeito, os considerandos supra mencionados e modelo de debate que junto anexa.

Sem outro assunto de momento, apresento a V. Exa. os meus cumprimentos.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2018

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP


Diogo Moura


Maria Luísa Aldim

Anexo: Modelo de Debate



Anexo I

Formato do Debate Temático sobre: Prevenção e minimização do impacto sísmico em Lisboa

Formato: Debate com três sessões, a primeira e segunda, abertas à intervenção de convidados e público, a terceira integrada numa sessão normal de Assembleia Municipal, com a intervenção da Câmara Municipal, para apreciar o relatório e proposta de deliberação final.

Data e local das sessões:

- 1ª sessão: 8 de Março de 2018, às 18h na Assembleia Municipal de Lisboa
- 2ª sessão: 22 de Março de 2018, às 18h na Assembleia Municipal de Lisboa
- 3ª sessão: Abril de 2018, a agendar integrada numa sessão de Assembleia Municipal, logo após termino do relatório e proposta de deliberação final.

Divulgação e comunicação on-line: O Debate Temático terá como suporte de divulgação e comunicação com o público, além do sítio da Assembleia Municipal, o sítio "Debater Lisboa" da Assembleia Municipal. Deverá ser pedida a colaboração das forças políticas com representação na Assembleia Municipal, para que enviem aos serviços, o nome das entidades e pessoas, que desejem que sejam formalmente convidadas pela Assembleia Municipal, para que sejam enviados convites via e-mail, reunindo esforços para a alargar a divulgação da acção.

Formato e Temas da 1ª Sessão, Quinta-feira, 8 de Março:

(Riscos Estruturais e Riscos Não-Estruturais - Medidas de Prevenção):

18h - Abertura dos trabalhos pela Mesa;

18h10 - Intervenção de entidades convidadas:

IST

OE

OA

CML

Algum político de uma das cidades afectadas num dos sismos de Itália;
KnowRISK Project

19h15 - Intervenção do Público e Forças Políticas (3 min por pessoa)

20h30 - Encerramento dos trabalhos pela Mesa



Formato e Temas da 2ª Sessão, Quinta-feira, 22 de Março:
(Medidas de Auto-Protecção e Actuação em caso de sismo)

18h - Abertura dos trabalhos pela Mesa;

18h10 - Intervenção de entidades convidadas:

Protecção Civil
Ministério da Administração Interna
CML
Entidade nacional

19h15 - Intervenção do Público (3 min por pessoa)

20h00 – Intervenção das Forças Políticas (3 minutos por pessoa)

20h30 - Encerramento dos trabalhos pela Mesa

Composição da Mesa:

1ª Sessão

Presidente – a indicar pelo Grupo Municipal proponente (CDS)

Relatores: 2 a indicar pelos grupos municipais e deputados independentes

2ª Sessão

Presidente – Presidente da Comissão Permanente de Segurança e Protecção Civil

Relatores: 2 a indicar pelos grupos municipais e deputados independentes

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberação (Reunião de Câmara realizada em 10 de maio de 2018):

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 10 de maio de 2018, deliberou aprovar a seguinte proposta, que lhe foi presente e que tomou a forma de Deliberação, como se segue:

- Deliberação n.º 244/CM/2018 (Proposta n.º 244/2018) - Subscrita pelo Vereador Ricardo Robles:

Aprovar a atribuição da distinção «Entidade de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local» ao Colégio São Francisco Xavier, nos termos da proposta

Pelouro: Educação - Vereador Ricardo Robles.
Serviço: Departamento de Educação.

Considerando que:

Através da Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º 135/CM/2018, de 28 de março, foi aprovado submeter a consulta pública, pelo período de 20 dias úteis, a proposta de reconhecimento do Colégio São Francisco Xavier como «Entidade de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local», nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, que aprovou o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local;

Neste seguimento, foi publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1259, de 5 de abril, o Anúncio n.º 3/2018 para início da consulta pública;

Consta na mencionada Deliberação que após o decurso do prazo de consulta pública, será elaborado relatório ponderando-se as eventuais participações recebidas, submetendo-se

posteriormente a deliberação da Câmara Municipal a aprovação da atribuição da distinção «Entidade de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local» ao Colégio São Francisco Xavier;

Tendo o prazo terminado a 7 de maio de 2018 e não tendo sido recebida qualquer participação, torna-se necessário a aprovação da atribuição da mencionada distinção;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, na sua redação atual, atribuir a distinção «Entidade de Interesse Histórico e Cultural ou Social Local» ao Colégio São Francisco Xavier.

(Aprovada por unanimidade.)

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despacho n.º 66/P/2018

Considerando a necessidade urgente de:

- Estabilizar o muro de suporte correspondente ao edifício da Costa do Castelo, 74;
- Contratualizar o projeto de deslocalização do Posto de Transformação (PT) no Hub do Beato;
- Adequar o plano plurianual de investimentos para garantir o lançamento dos projetos de requalificação de espaços exteriores da Praça das Amoreiras e da Praça do Martim Moniz.

Aprovo a 10.ª Alteração ao Orçamento de 2018 e Grandes Opções do Plano 2018/2021, de acordo com o seguinte quadro:

Orgânica	Económica	Descrição	2018	2019
09.01 - Dep. Infraest. Via Púb. e Saneamento	07.01.04.01.09 - Outros	A5.P003.08 - Consol. Muro Suporte Tapumes-Ob.Coerc.	615.000	
09.01 - Dep. Infraest. Via Púb. e Saneamento	07.01.04.01.02 - Esgotos	A4.P008.01 - Conservação e Manutenção Rede de Esgotos	-71.500	
09.01 - Dep. Infraest. Via Púb. e Saneamento	07.01.04.01.09 - Outros	A5.P002 - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	-126.051	
09.01 - Dep. Infraest. Via Púb. e Saneamento	07.01.04.01.01 - Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	A5.P003.02 - Obras de Arte	-52.000	
04.04 - D. Contabilidade	06.02.03.03 - Outras	Extraplano	-267.423	
04.04 - D. Contabilidade	11.02.02 - Outras	Extraplano	-98.026	
09.01 - Dep. Infraest. Via Púb. e Saneamento	07.01.04.01.09 - Outros	C2.P004.02 - Hub Beato - Reab. Urbana Lx.XXI	6.000	
15.00 - D. Direitos Sociais	07.01.03.01.06 - Outros	A5.P008.01 - Plano de Acessibilidade Pedonal Lx.XXI	-6.000	
08.04 - D. de Espaço Público	07.01.04.01.01 - Viadutos, Arruam. e Obras Complementares	A5.P001 - Uma Praça em Cada Bairro Lx.XXI		64.146
09.01 - Dep. Infraest. Via Púb. e Saneamento	07.01.04.01.09 - Outros	A5.P001 - Uma Praça em Cada Bairro Lx.XXI		-64.146

O presente despacho, exarado nos termos conjugados do estipulado nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL e do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser ratificado na próxima reunião camarária, nos termos da mesma disposição legal.

Paços do Concelho de Lisboa, em 2018/05/09.

O Presidente,

(a) *Fernando Medina*

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE MARCA E COMUNICAÇÃO

DIVISÃO DE RELAÇÃO COM O MUNICÍPE

Processos deferidos

Por despacho da chefe da Divisão de Relação com o Município, Dr.ª Sandra Godinho (SG/DMC/DRM) (ao abrigo da subdelegação de competências obtida pelo Despacho n.º 1/SG-/DMC/2017, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1207, de 2017/04/06):

5250/OTR - Alpendre Magnata, Ltd.ª - Rua da Bela Vista, à Graça, 41, Pátio do Manuel dos Vidros, A-D - Por despacho dado em 2018/05/04. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5451/OTR - Splendimension, Ltd.ª - Travessa do Noronha, 28 - Por despacho dado em 2018/05/04. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5450/OTR - Splendimension, Ltd.ª - Travessa do Noronha, 28 - Por despacho dado em 2018/05/04. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5442/OTR - Alfabeto Citadino, Ltd.ª - Calçada do Combro, 76/82 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5437/OTR - Alfabeto Citadino, Ltd.ª - Calçada do Combro, 76/82 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5436/OTR - Alfabeto Citadino, Ltd.ª - Calçada do Combro, 76/82 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5433/OTR - Alfabeto Citadino, Ltd.ª - Calçada do Combro, 76/82 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5432/OTR - Alfabeto Citadino, Ltd.ª - Calçada do Combro, 76/82 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5430/OTR - Alfabeto Citadino, Ltd.ª - Calçada do Combro, 76/82 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 9 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

2958/OTR - Pujolinvest, S. A. - Rua de São João da Praça, 81/85-A - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5541/OTR - Ricardo Jorge Silva Fernandes - Rua do Clube Atlético e Recreativo do Caramão (antiga Rua 8 do Bairro do Caramão da Ajuda), 43 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5542/OTR - Ricardo Jorge Silva Fernandes - Rua do Clube Atlético e Recreativo do Caramão (antiga Rua 8 do Bairro do Caramão da Ajuda), 43 - Por despacho dado em 2018/05/07. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5507/OTR - Cáfe - Sociedade de Construções, Ltd.ª - Avenida Duque de Loulé, 2 - Por despacho dado em 2018/05/08. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

5511/OTR - Cáfe - Sociedade de Construções, Ltd.ª - Avenida Duque de Loulé, 2 - Por despacho dado em 2018/05/08. - Com os seguintes fundamentos: *Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.*

- 5506/OTR - Café - Sociedade de Construções, Ltd.^a - Avenida Duque de Loulé, 2 - Por despacho dado em 2018/05/08. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 5532/OTR - Iberaquisições, S. A. - Rua de São José, 43/45 - Por despacho dado em 2018/05/08. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 3477/OTR - Reabincorp, S. A. - Avenida António Augusto de Aguiar, 195 - Por despacho dado em 2018/05/09. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 3475/OTR - Reabincorp, S. A. - Avenida António Augusto de Aguiar, 195 - Por despacho dado em 2018/05/09. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 3461/OTR - Maria Antonieta Gaspar de Sousa Amaral - Rua da Madalena, 40/46 - Por despacho dado em 2018/05/09. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 5438/OTR - Alfabeto Citadino, Ltd.^a - Calçada do Combro, 76/82 - Por despacho dado em 2018/05/09. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 4794/OTR - Splendimension, Ltd.^a - Rua Pinheiro Chagas, 20/20-A - Por despacho dado em 2018/05/09. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 5109/OTR - Cidade Avulso, Ltd.^a - Rua da Bica Duarte Belo, 21/25 - Por despacho dado em 2018/05/10. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 7 do artigo 77.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 2666/OTR - Multigás - Soc. Com. e Distribuidora de Gás, Ltd.^a - Rua 12 (Bairro da Calçada dos Mestres), Multigás - Por despacho dado em 2018/05/10. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
- 5631/OTR - Marta Alexandra Sousa e Silva dos Santos Vieira - Avenida Helen Keller, 32 - Por despacho dado em 2018/05/10. - Com os seguintes fundamentos: Concordo

com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

- 2665/OTR - Multigás - Soc. Com. e Distribuidora de Gás, Ltd.^a - Rua 12 (Bairro da Calçada dos Mestres), Multigás - Por despacho dado em 2018/05/10. - Com os seguintes fundamentos: Concordo com a informação. Proceda-se ao averbamento solicitado, nos termos propostos e com fundamento no n.º 10 do artigo 9.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

DIREÇÃO MUNICIPAL

FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DIVISÃO DE REGISTO DE OPERAÇÕES

Requerimentos deferidos

Despacho do diretor do Departamento de Contabilidade (por subdelegação na chefe da Divisão de Registo de Operações, conforme Despacho n.º 1/DMF/DC/2018, publicado no Boletim Municipal n.º 1261, de 19 abril de 2018):

Garantias bancárias

- N.º 962300488022053 (Banco Santander Totta, S. A.) - NOVABASE IMS - INFRASTRUTURES & MANAGED SERVICES, S. A. - Autorizada a de 69.216,12 euros para contrato de "Aquisição de aluguer operacional de licenças e assistência pós-venda de SW MICROSOFT".
- N.º 00125-02-2055936 (Banco Comercial Português, S. A.) - CME, S. A. - Autorizada a de 12.709,71 euros para a "Empreitada n.º 4/UCT/DO/DIP/16 - Remodelação da IP no parque Tejo".
- N.º 00125-02-2047232 (Banco Comercial Português, S. A.) - ALBERTO COUTO ALVES, S. A. - Autorizada a de 14.830 euros para a "Empreitada de pavimento pedonal em betão contínuo na freguesia de S. Domingos de Benfca".
- N.º 00125-02-2047223 (Banco Comercial Português, S. A.) - ALBERTO COUTO ALVES, S. A. - Autorizada a de 32.402,27 euros para a "Empreitada de reabilitação de pavimentos na cidade de Lisboa - I".
- N.º 2017.00999 (Garval, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 13.747,46 euros para a "Empreitada n.º 101/DMPO/DCME/DPE/2011 - Estabilização de talude na Rua do Arco de Carvalhão".
- N.º 504-00092 (Banco Popular Portugal, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 617,14 euros para a "Empreitada n.º 23/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 «Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide»".

- N.º 962300488021918 (Banco Santander Totta, S. A.) - FABRIGIMNO, Ltd.ª. - Autorizada a de 994,93 euros que tem por objeto a "Empreitada n.º 01/UCT/UITC/2017 - Obras de manutenção do espaço público no Bairro de São João de Brito e na Praça Pasteur nas freguesias de Alvalade e Areeiro".
- N.º 125-02-2055017 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 184.455,78 euros para a "Empreitada n.º 2/DMPO/DIVPS/DS/16 - Conservação da rede de drenagem de águas residuais".
- N.º 125-02-2054991 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 53.088,32 euros para a "Empreitada n.º 13/DMPO/DIVPS/DIVPOA/16 - Reabilitação de arruamentos para implementação de infraestruturas de mobilidade ativa - Zona Oriental/ /Norte da cidade de Lisboa".
- N.º 125-02-2054991 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 52.602,82 euros para a "Empreitada n.º 12/DMPO/DIVPS/DIVPOA/16 - Reabilitação de arruamentos para implementação de infraestruturas de mobilidade ativa - Zona Ocidental/ /Centro da cidade de Lisboa - Plano pavimentar Lisboa 2015/2020".
- N.º 2535.001601.493 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - XIX - CONSTRUÇÃO, PROJETOS E GESTÃO, Ltd.ª. - Autorizada a de 26.164,48 euros para a "Empreitada n.º 27/UCT/UITCH/2016 - Requalificação do espaço público nas freguesias da Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico".
- N.º G206330 (DEUTSCHE BANK AG.) - VODAFONE PORTUGAL, S. A. - Autorizada a de 64.550 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de telecomunicações".
- N.º 00125-02-2051182 (Banco Comercial Português, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 2.293,02 euros para a "Empreitada n.º 23/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/15 - Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide".
- N.º 00125-02-205110 (Banco Comercial Português, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 1.908,40 euros para a "Empreitada n.º 22/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa".
- N.º 00125-02-2050101 (Banco Comercial Português, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 3.063,72 euros para a "Empreitada n.º 22/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa".
- N.º 2508.003696.493 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - JACINTO MARQUES DE OLIVEIRA, SUCESSORES, Ltd.ª. - Autorizada a de 103.600 euros para o "Fornecimento de 10 veículos urbanos de combate a incêndios (VUCI) para o RSB".
- N.º GAR/17300564 (Banco BPI, S. A.) - CARI CONSTRUTORES, S. A. - Autorizada a de 7.479,16 euros para a "Empreitada n.º 38/DMPO/DCME/DMC/2013 - Requalificação e conservação do edifício Palácio das Galveias".
- N.º N00402460 (Novo Banco, S. A.) - OLIVEIRAS, S. A. - Autorizada a de 22.086,83 euros para a "Empreitada n.º 3/ /DMPO/DGIP/2016 - Requalificação do espaço público no Largo da Igreja de Santa Isabel".
- N.º 125-02-2042692 (Banco Comercial Português, S. A.) - CONSTRUTORA SAN JOSÉ, S. A. - Autorizada a de 1.336,70 euros para a "Empreitada n.º 35/DMPO/ /DCME/DPE/13 - Instalação da escola da Baixa (JI+EB1) - adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora".
- N.º N00402550 (Novo Banco, S. A.) - TECNOVIA, S. A. - Autorizada a de 14.949,40 euros para a "Empreitada de requalificação de vias de comunicação e espaço público na área de Intervenção Territorial Ocidental - Freguesias da Ajuda, Alcântara e Belém, em Lisboa".
- N.º 125-02-2043165 (Banco Comercial Português, S. A.) - CONSTRUTORA DO UDRA, Ltd.ª. - Autorizada a de 1.432,83 euros para a "Empreitada n.º 52/DMPO/ /DCME/DCE/12 - Construção de creche no Beco do Loureiro, 16, Alfama".
- N.º 000980025414 [Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S. A.] - MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, Ltd.ª. - Autorizada a de 6.500 euros para o contrato de "Fornecimento de 1 veículo pesado de transporte de passageiros tipo turismo 31 a 33 lugares".
- N.º 0389301 (Bankinter, S. A.) - ENDESA, S. A. - Autorizada a de 368.780,21 euros para o contrato de "Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para dispositivos de iluminação pública, tráfego e publicidade do Município de Lisboa".
- N.º 00125-02-2052724 (Banco Comercial Português, S. A.) - CONSTRUTORA SAN JOSÉ, S. A. - Autorizada a de 3.986,01 euros 35/DMPO/DCME/DPE/13 - Instalação da escola da Baixa (JI+EB1) - adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora".
- N.º 2017.00761 (Lisgarante, S. A.) - STAP, S. A. - Autorizada a de 14.836,86 euros para a "Empreitada n.º 08/ /DMPO/DIVPS/2016 - Trabalhos de manutenção no viaduto da Avenida General Norton de Matos frente ao Centro Comercial Fonte Nova".
- N.º 962300488021357 (Banco Santander Totta, S. A.) - CVF - CONSTRUTORA DE VILA FRANCA, Ltd.ª. - Autorizada a de 11.996,45 euros para a "Empreitada n.º 4/DMPO/ /DPCE/2016 - Torreão Poente da Praça do Comércio - substituição da cobertura e dos vãos exteriores do 3.º piso".
- N.º 2017.00761 (Lisgarante, S. A.) - STAP, S. A. - Autorizada a de 1.658,18 euros para a "Empreitada n.º 12/DMPO/ /DCMIVP/DPCIVP/2011 - Reforço dos pilares e fundações no viaduto da Avenida General Norton de Matos frente ao Centro Comercial Fonte Nova".
- N.º 9140.042687.493 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - IVECO, S. A. - Autorizada a de 6.900 euros para o contrato de "Fornecimento de viaturas".
- N.º N17/22017-S (Banco BIC Português, S. A.) - ESTRELA DO NORTE, S. A. - Autorizada a de 70.428,94 euros para a "Empreitada n.º 16/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento - Zona Oriental de Lisboa".
- N.º 2501.004252.593 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S. A. - Autorizada a de 155.000 euros para a "Empreitada n.º 5/DMPO/ /DIVPS/16 - Requalificação da 2.ª Circular - Ligação 2.ª Circular/Avenida Padre Cruz".

- N.º 9340.03.193274546 (CaixaBank, S.A.) - ENDESA ENERGIA, S.A. - Autorizada a de 113.504,72 euros para a "Empreitada n.º 5/DMPO/DIVPS/16-Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão para dispositivos de iluminação pública tráfego e publicidade do Município de Lisboa".
- N.º N00402294 (Novo Banco, S.A.) - EUROMEX - FACILITY SERVICES, Ltd.ª. - Autorizada a de 36.566,39 euros para o Contrato n.º 16/PAQ/DA/CCM/2016-Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa - lote 10 - serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais".
- N.º 00125-02-2040603 (Banco Comercial Português, S.A.) - EUROMEX - FACILITY SERVICES, Ltd.ª. - Autorizada a de 25.838,44 euros para o Contrato n.º 16/PAQ/DA/CCM/2016 - Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa - lote 8 - serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais, edifícios 8.01 a 8.13".
- N.º N00402295 (Novo Banco, S.A.) - EUROMEX - FACILITY SERVICES, Ltd.ª. - Autorizada a de 9.297,32 euros para o Contrato n.º 16/PAQ/DA/CCM/2016-Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa - lote 13 - serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais edifícios, 13.01 a 13.05".
- N.º N00402293 (Novo Banco, S.A.) - EUROMEX - FACILITY SERVICES, Ltd.ª. - Autorizada a de 27.771,10 euros para o Contrato n.º 16/PAQ/DA/CCM/2016 - Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa - lote 12 - serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais edifícios, 12.01 a 12.17".
- N.º 00125-02-2040587 (Banco Comercial Português, S.A.) - EUROMEX - FACILITY SERVICES, Ltd.ª. - Autorizada a de 20.275,05 euros para o Contrato n.º 16/PAQ/DA/CCM/2016 - Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa - lote 9 - serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais, edifícios 9.01 a 9.15".
- N.º 962300488021255 (Banco Santander Totta, S.A.) - EUROMEX - FACILITY SERVICES, Ltd.ª. - Autorizada a de 32.034,15 euros para o Contrato n.º 16/PAQ/DA/CCM/2016 - Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa - lote 5 - serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais, edifícios 5.01 a 5.16".
- N.º 962300488021253 (Banco Santander Totta, S.A.) - EUROMEX - FACILITY SERVICES, Ltd.ª. - Autorizada a de 16.608,51 euros para o Contrato n.º 16/PAQ/DA/CCM/2016 - Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do Município de Lisboa - lote 4 - serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais, edifícios 4.01 a 4.07".
- N.º 2532.002692.993 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - LUÍS FRAZÃO, S.A. - Autorizada a de 6.641,89 euros para a "Empreitada n.º 22/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa".
- N.º 2541.002593.993 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - XAVIERES, Ltd.ª. - Autorizada a de 26.576,63 euros para a "Empreitada n.º 2505/14/DMHDS/DPH - Renovação de fogos e zonas comuns nas Torres do Alto da Eira".
- N.º GRE16362 (Banco BNP PARIBAS) - SIEMENS, S.A. - Autorizada a de 10.446,03 euros para o contrato de "Aquisição de serviços para a manutenção e assistência técnica dos sistemas de sinalização semafórica de Lisboa".
- N.º N00401901 (Novo Banco, S.A.) - CARI CONSTRUTORES, S.A. - Autorizada a de 14.900 euros para a "Empreitada n.º 51/DMPO/DPCE/15 - Obras para a musealização do espaço da UCCLA".
- N.º 2501.003632.093 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - CARI CONSTRUTORES, S.A. - Autorizada a de 74.893,39 euros para a "Empreitada n.º 38/DMPO/DCME/DMC/2013 - Requalificação e conservação do edifício do Palácio das Galveias".
- N.º 00125-02-2035156 (Banco Santander Totta, S.A.) - TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. - Autorizada a de 6.545,63 euros que tem por objeto o contrato de «Fornecimento do lote V - 7 (sete) veículos comerciais ligeiros do tipo «Derivado Van B»".
- N.º 2016.05145 (Lisgarante, S.A.) - STAP, S.A. - Autorizada a de 534,57 euros para a "Empreitada n.º 12/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/2016-Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Avenida General Norton de Matos -frente ao C. C. Fonte Nova".
- N.º 2016.05144 (Lisgarante, S.A.) - STAP, S.A. - Autorizada a de 534,57 euros para a "Empreitada n.º 12/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/2016-Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Avenida General Norton de Matos -frente ao C. C. Fonte Nova".
- N.º 962300488021100 (Banco Santander Totta, S.A.) - TECNÓREM, S.A. - Autorizada a de 91.200 euros para a "Empreitada n.º 40/DMPO/DPCE/15 - Beneficiação geral e espaços exteriores da Escola n.º 24 do Bairro de São Miguel".
- N.º N00401900 (Novo Banco, S.A.) - CARI CONSTRUTORES, S.A. - Autorizada a de 127.163,77 euros para a "Empreitada n.º 49/DMPO/DCME/DPE/15 - Reabilitação e adaptação dos edifícios municipais sítos na Avenida da Índia, 110/110-A e Travessa dos Algarves, 2, 3, 4 e 5 com vista à instalação da Casa da América Latina e UCCLA".
- N.º 2016.05310 (Lisgarante, S.A.) - STAP, S.A. - Autorizada a de 1.658,18 euros para a "Empreitada n.º 12/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/2016-Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Avenida General Norton de Matos -frente ao C. C. Fonte Nova".
- N.º 2016.05362 (Lisgarante, S.A.) - STAP, S.A. - Autorizada a de 565,63 euros para a "Empreitada n.º 12/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/2016-Reforço dos pilares e fundações do viaduto da Avenida General Norton de Matos -frente ao C. C. Fonte Nova".

Garantias bancárias

- N.º 00125-02-2038484 (Banco Comercial Português, S.A.) - VIBEIRAS, S.A. - Autorizada a de 6.641,89 euros para a "Empreitada n.º 22/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15-Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa".

- N.º 000980025315 [Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal)] - MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, Ltd.ª. - Autorizada a de 55.200 euros para o contrato de "Fornecimento de 6 viaturas de três eixos, multifuncionais para resíduos Urbanos".
- N.º 504-00085 (Banco Popular Portugal, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 29.015,56 euros para a "Empreitada n.º 4/DMPO/DGIP/2016-Requalificação de espaço público nos largos de Alcântara".
- N.º 00125-02-2032514 (Banco Comercial Português, S. A.) - CONSTRUTORA DO UDRA, Ltd.ª. - Autorizada a de 10.121,78 euros para a "Empreitada n.º 85/DMPO/DCME/GVMS/11-«Construção de infraestruturas e espaços públicos no Bairro Padre Cruz".
- N.º 9140.042604.193 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - SUMA, S. A. - Autorizada a de 44.910 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos na área parque das nações (Zona intervenção da EXPO98)".
- N.º 2016.04605 (Lisgarante, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 9.638,13 euros para a "Empreitada n.º 8/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/13 - Reperfilamento da Estrada de S. Bartolomeu".
- N.º 000980025315 (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal)) - MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, Ltd.ª. - Autorizada a de 12.800 euros para o contrato de "Fornecimento de 2 viaturas de três eixos, porta contentores do tipo «Ampliroll e grua»".
- N.º GAR/16301693 (Banco BPI, S. A.) - BETONIT, Ltd.ª. - Autorizada a de 73.780,46 euros para a "Empreitada n.º 41/DMPO/DPCE/15 - Beneficiação geral da Escola Duarte Pacheco n.º 2".
- N.º 125-02-2034219 (Banco Comercial Português, S. A.) - CONSTRUTORA SAN JOSÉ, S. A. - Autorizada a de 4.192,19 euros para a "Empreitada n.º 35/DMPO/DCME/DPE/13-Instalação da escola da Baixa (JI+EB1) - adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora".
- N.º 125-02-2034200 (Banco Comercial Português, S. A.) - CONSTRUTORA SAN JOSÉ, S. A. - Autorizada a de 2.051,20 euros para a "Empreitada n.º 35/DMPO/DCME/DPE/13-Instalação da escola da Baixa (JI+EB1) - adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora".
- N.º 962300488020854 (Banco Santander Totta, S. A.) - TECNÓREM, S. A. - Autorizada a de 51.555,66 euros para a "Empreitada n.º 2/DMPO/DGIP/2016 - Reorganização das instalações municipais - Olivais 2 - remodelação da área administrativa e área administrativa 2".
- N.º N00401965 (Novo Banco, S. A.) - HCI - CONSTRUÇÕES, S. A. - Autorizada a de 52.988,70 euros para a "Empreitada n.º 43/DMEVAE/DEV/DCREV-Reabilitação urgente - reforço dos muros M1, M2, e M3 no limite sul - Poente do Jardim da Cerca Velha".
- N.º N00401867 (Novo Banco, S. A.) - CERTOMA, Ltd.ª. - Autorizada a de 6.197,75 euros para o contrato de "Aquisição de uma viatura ligeira tipo furgão, equipada com sistema robotizado de inspeção de coletores de CCTV".
- N.º GAR/16301758 (Banco BPI, S. A.) - VALORSUL, S. A. - Autorizada a de 11.000 euros para o contrato de "Aquisição de gás natural comprimido (GNC) para viaturas da frota municipal até ao valor máximo de 220.000 euros".
- N.º 125-02-2034558 (Banco Comercial Português, S. A.) - MERCEDES BENZ PORTUGAL, S. A. - Autorizada a de 43.910 euros para o contrato de "Fornecimento de 4 viaturas multifuncionais para resíduos urbanos de 3 eixos com equipamento de lavagem de contentores".
- N.º 125-02-2034567 (Banco Comercial Português, S. A.) - MERCEDES BENZ PORTUGAL, S. A. - Autorizada a de 37.644 euros para o contrato de "Fornecimento de 4 viaturas de 3 eixos multifuncionais para resíduos urbanos".
- N.º N00401931 (Novo Banco, S. A.) - TECNOVIA, S. A. - Autorizada a de 255.204,54 euros para a "Empreitada de requalificação de espaço público na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo".
- N.º 00125-02-2033167 (Banco Comercial Português S. A.) - EDP COMERCIAL, S. A. - Autorizada a de 8.505 euros para o contrato de "Fornecimento de energia elétrica em BTN".
- N.º GAR/16301850 (Banco BPI, S. A.) - PRESTIBEL, S. A. - Autorizada a de 10.197,87 euros para o contrato "Aquisição de serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Município de Lisboa - Lote G".
- N.º N0402043 (Novo Banco, S. A.) - SECURITAS, S. A. - Autorizada a de 129.542,65 euros para o contrato "Serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Município de Lisboa por lotes - Lote 6 F".
- N.º N0402037 (Novo Banco, S. A.) - SECURITAS, S. A. - Autorizada a de 56.968,55 euros para o contrato "Serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Município de Lisboa por lotes - Lote 5 E".
- N.º 00125-02-2037127 (Banco Comercial Português, S. A.) - GRUPO 8, S. A. - Autorizada a de 56.050,40 euros para o contrato "Serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Município de Lisboa por lotes - Lote 4 D".
- N.º GAR/16301851 (Banco BPI, S. A.) - PRESTIBEL, S. A. - Autorizada a de 58.142,43 euros para o contrato "Serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Município de Lisboa por lotes - Lote C".
- N.º N0402038 (Novo Banco, S. A.) - SECURITAS, S. A. - Autorizada a de 58.447,10 euros para o contrato "Serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Município de Lisboa por lotes - Lote 2 B".
- N.º 00125-02-2037118 (Banco Comercial Português, S. A.) - GRUPO 8, S. A. - Autorizada a de 56.050,40 euros para o contrato "Serviços combinados de vigilância e segurança humana e de ligação a central de receção e monitorização de alarmes para o Município de Lisboa por lotes - Lote 1 A".
- N.º 2537.004012.493 (Caixa Geral de Depósitos) - MANUEL PEDRO DE SOUSA & FILHOS, Ltd.ª. - Autorizada a de 29.327,60 euros para a "Empreitada n.º 5/DMPO/DCMIVP/DPCIVP - Reconstrução da Avenida Praia da Vitória, entre a Rua D. Estefânia e a Praça Duque de Saldanha".

- N.º 72006645437 (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, de Alcanhões, CRL) - LUBAN, Ltd.ª. - Autorizada a de 12.499,20 euros para a "Empreitada n.º 24/DMPO/DPCE/15 - Revisão e reparação do sistema de climatização do edifício municipal da Rua Alexandre Herculano".
- N.º 2111.002028.093 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - MOLAVIDE, Ltd.ª. - Autorizada a de 14.400 euros para o contrato «Aquisição de serviços de reparação ou substituição de molas em viaturas da frota municipal».
- N.º 00125-02-2036618 (Banco Comercial Português, S. A.) - CAETANO AUTO, S. A. - Autorizada a de 14.700 euros para o contrato de "Fornecimento, manutenção e reparação de viaturas".
- N.º 00125-02-2034709 (Banco Comercial Português, S. A.) - SIVA, S. A. - Autorizada a de 16.205,37 euros para o contrato de "Fornecimento de veículos automóveis".
- N.º 2016.10032 (Norgarante, S. A.) - CONSTRUÇÕES CORTE RECTO, Ltd.ª. - Autorizada a de 55.473,09 euros para o contrato de "Reabilitação e adaptação do edifício sito no Largo do Intendente, 40/42, torneja para a Travessa da Cruz aos Anjos, 19/21, para a instalação da futura sede da Junta de Freguesia de Arroios".
- N.º N00403986 (Novo Banco, S. A.) - NORCEP, S. A. - Autorizada a de 202.600 euros para o contrato de "Beneficiação geral e espaços exteriores da Escola Básica n.º 36 nos Olivais".
- N.º 2532.002781.993 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - LUÍS FRAZÃO, S. A. - Autorizada a de 26.150,01 euros para o contrato de "Empreitada n.º 38/16/DMEVAE/DEV/DCREV - Construção do troço de ciclovia 24 B - Parque Urbano dos Olivais - Quinta do Conde de Arcos".
- N.º 494-43.000056-7 (Caixa Económica Montepio Geral, S. A.) - CUNHA & BARROSO, Ltd.ª. - Autorizada a de 61.948 euros para o contrato de "Conceção, construção e realocação das instalações da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social «O Companheiro»".
- N.º 9140.042793.593 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - IVECO, S. A. - Autorizada a de 46.074 euros para o contrato de "Fornecimento de viaturas".
- N.º N00404100 (Novo Banco, S. A.) - HCI - CONSTRUÇÕES, S. A. - Autorizada a de 457.015,52 euros para a "Empreitada n.º 16/DMPO/DPCE/2017 - Estabilização urgente do muro sito a tardoz dos edifícios da Rua Damasceno Monteiro, 102 a 112-C e da Rua da Graça, 14/20".
- N.º 100017582/200 (COSEC, S. A.) - MANVIA, S. A. - Autorizada a de 23.899,04 euros para a "Empreitada n.º 4/UCT/DO/15 - Reabilitação e conservação de pavimentos betuminosos na Zona Ocidental da cidade de Lisboa".
- N.º 100017662/200 (COSEC, S. A.) - ESTRELA DO NORTE, S. A. - Autorizada a de 26.500,87 euros para a "Empreitada n.º 4/UCT/DO/15 - Reabilitação e conservação de pavimentos betuminosos na Zona Ocidental da cidade de Lisboa".
- N.º 100017624/200 (COSEC, S. A.) - NORCEP, S. A. - Autorizada a de 23.899,04 euros para o Contrato n.º 43/DMPO/DPCE/15 - Beneficiação geral e espaços exteriores da Escola n.º 49 - Frei Luís de Sousa".
- N.º 100017612/200 (COSEC, S. A.) - PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL, S. A. - Autorizada a de 232.111,50 euros para o contrato de "Aquisição de combustíveis rodoviários a granel de gasóleo e gasolina para a frota do Município de Lisboa".
- N.º 100017533/200 (COSEC, S. A.) - ARQUIJARDIM, S. A. - Autorizada a de 12.989,48 euros para o contrato "Implementação de parque infantil e espaços verdes na Quinta das Camareiras".
- N.º 100017586/200 (COSEC, S. A.) - CLECE, S. A. - Autorizada a de 22.076,44 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de higiene e limpeza para edifícios, instalações e eventos do Município Lisboa por lotes".
- N.º 100017581/200 (COSEC, S. A.) - ESTRELA DO NORTE, S. A. - Autorizada a de 49.685,60 euros para a "Empreitada n.º 49/DMPO/DHMEM/DMEM/2016 - Demolição e emparelamento de construções municipais".
- N.º 100017389/200 (COSEC, S. A.) - ARQUIJARDIM, S. A. - Autorizada a de 11.454,15 euros para a "Empreitada n.º 18/DMVAE/DEV/DCREV/15 - Qualificação do jardim Avelar Brotero".
- N.º 100017435/200 (COSEC, S. A.) - GALP POWER, S. A. - Autorizada a de 18.525 euros para o contrato de "Fornecimento de energia elétrica lote 3 média tensão (MT) ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre da área metropolitana de Lisboa".
- N.º 100017434/200 (COSEC, S. A.) - GALP POWER, S. A. - Autorizada a de 27.322,50 euros para o contrato de "Fornecimento de energia elétrica lote 2 média tensão (MT) ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre da área metropolitana de Lisboa".
- N.º 0080.10.005131 (AGEAS, S. A.) - TOPBET, S. A. - Autorizada a de 27.428,25 euros para a "Empreitada n.º 9/DMPO/DIVPS/DIVPOA/16 - Reabilitação de pavimentos na Zona Oriental da cidade".
- N.º 100017482/200 (COSEC, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 52.908,68 euros para a "Empreitada n.º 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/16 - Reabilitação de pavimentos na Zona Ocidental da cidade".
- Garantias bancárias**
- N.º 00125-02-2060877 (Banco Comercial Português, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 49.994,65 euros para a "Empreitada n.º 44/16/DMEVAE/DEV/DCREV - Corredor estruturante do Vale de Alcântara/Unidade de Projeto Quinta da Bela For".
- N.º 962300488022466 (Banco Santander Totta, S. A.) - LUÍS FRAZÃO, S. A. - Autorizada a de 47.938,07 euros para a "Empreitada n.º 44/16/DMEVAE/DEV/DCREV - Corredor estruturante do Vale de Alcântara/Unidade de Projeto Quinta da Bela For".
- N.º N00404077 (Novo Banco, S. A.) - LINK CONSULTING, S. A. - Autorizada a de 13.500 euros para o contrato de "Fornecimento de licenciamento de software na modalidade de licença perpetua e serviços associados ao abrigo do acordo quadro de licenciamento de software e serviços conexos (AQ-LS), lote 57".

- N.º 504-00095 (Banco Popular Portugal, S.A.) - VIBEIRAS, S.A. - Autorizada a de 1.110,99 euros para a "Empreitada n.º 23/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide".
- N.º 962300488022321 (Banco Santander Totta, S.A.) - FABRIGIMNO, S.A. - Autorizada a de 6.980,35 euros para o contrato de "Fornecimento e montagem de elemento metálico de coroamento do muro do jardim do Arco do Cego".
- N.º 39360 (Bankinter, S.A.) - RAMIRO & DELGADO, Ltd.ª. - Autorizada a de 44.860 euros para a "Empreitada n.º 2521/16/DMHDL/DDL - Reabilitação de 47 frações municipais sito no Bairro Casal dos Machados".
- N.º 213-02-0011106 (Banco Comercial Português, S.A.) - SOLIM, Ltd.ª. - Autorizada a de 63.330 euros para o contrato de "Fornecimento de sistemas de gestão para o controlo eletrónico de remoção de resíduos para viaturas municipais".
- N.º 125-02-2057890 (Banco Comercial Português, S.A.) - CONSTRUTORA SAN JOSÉ, S.A. - Autorizada a de 1.278,86 euros para a "Empreitada n.º 35/DMPO/DCME/DPE/13 - Instalação da escola da baixa (JI+EB1) - adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora".
- N.º 125-02-2058933 (Banco Comercial Português, S.A.) - JOÃO JACINTO TOMÉ, S.A. - Autorizada a de 26.744,39 euros para a "Empreitada n.º 8/UCT/DO/DIP/16 - Remodelação da iluminação pública do Bairro da Madre de Deus".
- N.º 2017.04444 (Norgarante, S.A.) - CONSTRUÇÕES CORTE RECTO, Ltd.ª. - Autorizada a de 3.245,86 euros para a "Empreitada n.º 2504/14/DMHDS/DPH - Reestruturação das instalações do Arquivo Municipal e remodelação dos pisos não residenciais terraços envolventes exterior e espaço público das torres do Alto da Eira Ação IHRU - Reabilitar para arrendar".
- N.º 962300488022323 (Banco Santander Totta, S.A.) - ALVES RIBEIRO, S.A. - Autorizada a de 46.400 euros para a "Empreitada de Parque Verde da Nova Feira Popular - Movimento de terras".
- N.º 00125-02-2059371 (Banco Comercial Português, S.A.) - ARMANDO CUNHA, S.A. - Autorizada a de 48.711,48 euros para a "Empreitada n.º 28/UCT/UITN/2016 - Requalificação de espaço público nas freguesias da Unidade de Intervenção Territorial Norte".
- N.º 00125-02-2059120 (Banco Comercial Português, S.A.) - ARMANDO CUNHA, S.A. - Autorizada a de 278.327,10 euros para a "Empreitada n.º 10/DMPO/DIVPS/DIVPOA/16 - Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento na cidade de Lisboa".
- N.º 00125-02-2059371 (Banco Comercial Português, S.A.) - ARMANDO CUNHA, S.A. - Autorizada a de 50.995,37 euros para a "Empreitada n.º 29/UCT/UITN/2016 - Requalificação de espaço público nas freguesias da Unidade de Intervenção Territorial Ocidental".
- N.º 2017.02166 (Lisgarante, S.A.) - SANTAVARES EMPREITEIROS, Ltd.ª. - Autorizada a de 17.321,27 euros para a "Empreitada n.º 59/DMPO/DHMEM/DMEM/2016 - Obras de conservação e reparação em edifícios municipais não habitacionais".
- N.º 328/2017-S (Banco BIC Português, S.A.) - TEIXEIRA DUARTE, S.A. - Autorizada a de 517.987,34 euros para a "Empreitada n.º 21/DMPO/DPCE/17 - Estabilização do Miradouro de São Pedro de Alcântara Lisboa com minimização de terraplanagens".
- N.º 962300488022596 (Banco Santander Totta, S.A.) - OLIVEIRAS, S.A. - Autorizada a de 4.341,67 euros para a "Empreitada n.º 53/UCT/UITOR/2016 - Reabilitação e impermeabilização do lago Garcia da Orta".
- N.º 2017.02166 (Banco Popular Portugal, S.A.) - VIBEIRAS, S.A. - Autorizada a de 37.330,64 euros para a "Empreitada n.º 36/DMEVAE/DEVDCREV - Trilhos do Parque Florestal de Monsanto".
- N.º 2541.002702.993 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - XAVIERES, Ltd.ª. - Autorizada a de 6.844,15 euros para a "Empreitada n.º 51/DMPO/DHMEM/DMEM/2016 - Obras de acabamento do escritório D3 do Lote 3 do empreendimento de Entrecampos para instalação do espaço Study em Lisboa Lounge".
- N.º N00403451 (Novo Banco, S.A.) - MUNICÍPIA, S.A. - Autorizada a de 5.364 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de aluguer de sistema de gestão de frota para viaturas municipais".
- N.º 96230048802280 (Banco Santander Totta, S.A.) - MEO - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, S.A. - Autorizada a de 21.594 euros para o contrato de "Aquisição e instalação de 1500 sensores de nível de enchimento para equipamentos de deposição coletiva".
- N.º 962300488022104 (Banco Santander Totta, S.A.) - EDINORTE, S.A. - Autorizada a de 3.440,25 euros para a "Empreitada de obras de remodelação do edifício Municipal sito na rua do Arsenal, 44/54, torneja para a Praça do Município, 1/7".
- N.º 2017.01954 (Lisgarante, S.A.) - CORDIVIAS, Ltd.ª. - Autorizada a de 28.662,16 euros para a "Empreitada n.º 25/16/DMEVAE/DEV/DCREV - Construção de bacias de retenção no Vale da Ameixoeira".
- N.º 2017.01000 (Garval, S.A.) - PROTECNIL, S.A. - Autorizada a de 12.303,66 euros para a "Empreitada n.º 31/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/2012 - Reabilitação do pavimento da Rua 1.º de Maio".
- N.º 2017.01001 (Garval, S.A.) - PROTECNIL, S.A. - Autorizada a de 5.768,10 euros para a "Empreitada n.º 19/15/DMEVAE/DEV/DCREV - Recuperação do Chafariz de Dentro".
- N.º N00403019 (Novo Banco S.A.) - TOMÁS DE OLIVEIRA, S.A. - Autorizada a de 119.200 euros para a "Empreitada n.º 44/DMPO/DPCE/15 - Beneficiação geral e espaços exteriores da Escola n.º 101 - Teixeira Pascoaes".
- N.º 2540.002055.793 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - TECNÓREM, S.A. - Autorizada a de 35.965,01 euros para a "Empreitada n.º 1/DMPO/DGIP/16 - Reorganização das instalações municipais - Olivais 2, vestiários e balneários - armazém DIEM/DRMM".
- N.º 962300488021746 (Banco Santander Totta, S.A.) - EDI-NORTE, S.A. - Autorizada a de 3.842,82 euros para a "Empreitada de obras de remodelação do edifício municipal sito na Rua do Arsenal, 44/54, torneja para a Praça do Município, 1/7".

- N.º 000980025380 (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Portugal, S.A.) - ITURRI, S.A. - Autorizada a de 20.645,65 euros para o contrato de "Fornecimento de equipamento de proteção individual de combate a incêndios estruturais para o RSB de Lisboa: 850 casacos e calças".
- N.º 125-02-2044057 (Banco Comercial Português, S.A.) - PROSPECTIVA, S.A. - Autorizada a de 28.035 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de fiscalização aos serviços prestados pelas empresas contratadas para a remoção de graffiti e cartazes proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa".
- N.º N00402988 (Novo Banco, S.A.) - LUZECON, Ltd.ª. - Autorizada a de 13.772,72 euros para a "Empreitada n.º 44/DMPO/DPCE/16 - Reabilitação do Mercado de Alvalade".
- N.º 125-12-0016106 (Banco Comercial Português, S.A.) - NEC PORTUGAL, S.A. - Autorizada a de 59.319,05 euros para o contrato de "Concurso internacional n.º 28/ /CPI/DA/CCM/2016".
- N.º N00402741 (Novo Banco, S.A.) - AERO - TOPOGRÁFICA, Ltd.ª. - Autorizada a de 4.845 euros para o contrato "Aquisição de serviços de produção de cartografia numérica vetorial à escala 1:1000 para o concelho de Lisboa".
- N.º 125-02-2046206 (Banco Comercial Português, S.A.) - VIAMAPA, S.A. - Autorizada a de 3.674,20 euros para o Contrato n.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2015- «Levantamento geográfico e cadastral da rede pública de saneamento da cidade de Lisboa".
- N.º 962300488021509 (Banco Santander Totta, S.A.) - EDI-NORTE, S.A. - Autorizada a de 8.333,54 euros para a empreitada de - Obras de remodelação do edifício Municipal sito na Rua do Arsenal, 44/54, torneja para a Praça do Município, 1/7".
- N.º 962300488021254 (Banco Santander Totta, S.A.) - EUROMEX, Ltd.ª. - Autorizada a de 22.364,60 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do município de Lisboa lote 3 serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais edifícios 3.01 a 3.04".
- N.º 0025-02-2041452 (Banco Comercial Português, S.A.) - SAFIRA, S.A. - Autorizada a de 3.921,50 euros para o contrato de "Prestação de serviços de higiene e limpeza do município de Lisboa, Acordo Quadro AQ-HL-2015".
- N.º 0025-02-2041470 (Banco Comercial Português, S.A.) - SAFIRA, S.A. - Autorizada a de 8.425,76 euros para o contrato de "Prestação de serviços de higiene e limpeza do município de Lisboa, Acordo Quadro AQ-HL-2015".
- N.º 0025-02-2045145 (Banco Comercial Português, S.A.) - EDP COMERCIAL, S.A. - Autorizada a de 51.030 euros para o contrato de "Fornecimento de energia elétrica em baixa tensão normal lote 1".
- N.º 00125-02-2040621 (Banco Comercial Português, S.A.) - EUROMEX, Ltd.ª. - Autorizada a de 6.182,85 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do município de Lisboa lote 6 serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais edifícios 6.01 a 6.14".
- N.º N00402292 (Novo Banco, S.A.) - EUROMEX, Ltd.ª. - Autorizada a de 18.902,47 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do município de Lisboa lote 11 serviços de limpeza em edifícios, instalações e eventos municipais edifícios 11.1 a 11.17".
- N.º 00125-02-2040541 (Banco Comercial Português, S.A.) - EUROMEX, Ltd.ª. - Autorizada a de 4.724,69 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de higiene e limpeza para instalações do município de Lisboa lote 7 serviços de limpeza em edifícios instalações e eventos municipais edifícios 7.01 a 7.10".
- N.º 000980025554 (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Portugal, S.A.) - MAN TRUCK & BUS PORTUGAL, Ltd.ª. - Autorizada a de 79.700 euros para o contrato de "Aquisição de 10 viaturas pesadas multifuncionais para recolha de resíduos urbanos".
- N.º N00403680 (Novo Banco, S.A.) - PROTECNIL, S.A. - Autorizada a de 238.381,94 euros para a "Empreitada n.º 14/DMPO/DIVPOA/16 - Reconstrução e repavimentação de diversos arruamentos na cidade de Lisboa".
- N.º 00125-02-2061901 (Banco Comercial Português, S.A.) - ARMANDO CUNHA, S.A. - Autorizada a de 48.273.26 euros para a "Empreitada n.º 30/UCT/UITOR/2016 - Requalificação do espaço público nas freguesias da Unidade de Intervenção Territorial Oriental".
- N.º 00125-02-2061910 (Banco Comercial Português, S.A.) - ARMANDO CUNHA, S.A. - Autorizada a de 50.204,38 euros para a "Empreitada n.º 26/UCT/UITOR/2016 - Requalificação do espaço público nas freguesias da Unidade de Intervenção Territorial Centro".
- N.º 962300488022427 (Banco Santander Totta, S.A.) - CONSTARTE, S.A. - Autorizada a de 527,43 euros para a "Empreitada n.º 34/DMPO/DPCE/DCE/15 - Execução de muro exterior e um acesso coberto ao refeitório da EBI e JI Eurico Gonçalves".

Seguros de caução

- N.º 100017926/200 (COSEC, S.A.) - ARQUIJARDIM, S.A. - Autorizada a de 2.518,59 euros para o contrato de "Qualificação do Jardim Avelar Brotero".
- N.º 100017819/200 (COSEC, S.A.) - ITEN SOLUTIONS, S.A. - Autorizada a de 84.750 euros para o contrato de "Aquisição de equipamento informático com os serviços de instalação associados".
- N.º 100017726/200 (COSEC, S.A.) - GALP POWER, S.A. - Autorizada a de 111.150 euros para o contrato de "Fornecimento de energia elétrica lote 3 média tensão (MT) ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de energia eléctrica em regime de mercado livre da área metropolitana de Lisboa".
- N.º 100017725/200 (COSEC, S.A.) - GALP POWER, S.A. - Autorizada a de 163.935 euros para o contrato de "Fornecimento de energia elétrica lote 2 baixa tensão especial (BTE) ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de energia eléctrica em regime de mercado livre da área metropolitana de Lisboa".

- N.º 100017611/200 (COSEC, S. A.) - PETROGAL, S. A. - Autorizada a de 6.034,48 euros para o contrato de "Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, designadamente de gasolinas e gasóleo com cartão eletrónico de abastecimento-Lote 1".
- N.º 100017586/200 (MAPFRE, S. A.) - LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, S. A. - Autorizada a de 625 euros para o contrato de "Fornecimento de serviços de seguro de responsabilidade civil automóvel para a frota municipal".
- N.º 100017762/200 (COSEC, S. A.) - XIX - CONSTRUÇÃO PROJECTOS E GESTÃO, Ltd.ª. - Autorizada a de 14.880,93 euros para a "Empreitada n.º 29/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Execução de pavimento pedonal em betão contínuo nas freguesias do Areeiro e Campo de Ourique".
- N.º 100017776/200 (COSEC, S. A.) - TIMESTAMP, S. A. - Autorizada a de 51.250 euros para o contrato de "Aquisição de licenciamento de software (Oracle)".
- N.º 100017763/200 (COSEC, S. A.) - GALP POWER, S. A. - Autorizada a de 22.750 euros para o contrato de "Fornecimento de gás natural canalizado ao abrigo do acordo quadro AQ-GN-2016 de fornecimento de gás natural em regime de mercado livre para Portugal Continental celebrado pela ESPAP no âmbito do lote 4".
- N.º 100017739/200 (COSEC, S. A.) - XIX - CONSTRUÇÃO, PROJETOS E GESTÃO, Ltd.ª. - Autorizada a de 21.124,58 euros para a "Empreitada n.º 02/DMAU/DHU/DGC/2016 - Trabalhos diversos em infraestruturas cemiteriais".

Garantias bancárias

- N.º 0701.002267.493 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 70.428,93 euros para a "Empreitada n.º 17/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento na Zona Ocidental de Lisboa".
- N.º 0701.002268.293 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 67.667,02 euros para a "Empreitada n.º 16/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Reabilitação de arruamentos e estruturas de saneamento na Zona Oriental de Lisboa".
- N.º N00403209 (Novo Banco, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 31.716,74 euros para a "Empreitada n.º 3/DMPO/DHMEM/DMEM/2016 - Demolição e emparelamento de construções municipais".
- N.º 2017.00997 (Garval, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 5.995,88 euros para a "Empreitada n.º 33/DMPO/DCMIVP/DMIVP/14 - Manutenção de passadiços na Alameda dos Oceanos".
- N.º 00125-02-2072114 (Banco Comercial Português, S. A.) - RODRIGUES & CARVALHO, Ltd.ª. - Autorizada a de 36.000 euros para o contrato de "Aquisição de peças componentes e acessórios originais para as viaturas da frota municipal de marca Iveco".
- N.º 00125-02-2072793 (Banco Comercial Português, S. A.) - SANESTRADAS, S. A. - Autorizada a de 4.600,78 euros para a "Empreitada de pavimentação do passadiço da Ribeira das Naus".
- N.º 2017.08201 (Norgarante, S. A.) - CONSTRUÇÕES CORTE RECTO, Ltd.ª. - Autorizada a de 718,58 euros para a "Empreitada n.º 12/DMPO/DCME/15 - Ampliação da Escola Básica 1.º Ciclo n.º 31 - Quinta dos Frades".
- N.º 00125-02-2068245 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 56.458,48 euros para a "Empreitada n.º 24/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público nos Largos das Fontainhas e Calvário".
- N.º 2532.002680.593 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - LUÍS FRAZÃO, S. A. - Autorizada a de 62.704,80 euros para a "Empreitada n.º 31/DMPO/DIVPS/DIVPOA/2015 - Requalificação de espaço público da Alameda das Linhas de Torres".
- N.º 00125-02-2032881 (Banco Comercial Português, S. A.) - VIVEIRAS, S. A. - Autorizada a de 66.984,54 euros para a "Empreitada n.º 31/DMPO/DIVPS/DIVPOA/2015 - Requalificação de espaço público da Alameda das Linhas de Torres".
- N.º 00125.02.2025416 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 69.965,14 euros para a "Empreitada n.º 36/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público no Rossio de Palma".
- N.º 39525 (Bankinter, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 94.957,27 euros para a "Empreitada n.º 2/DMPO/DIVPS/DS/2017 - Manutenção de dispositivos de fecho de câmaras de visita da rede de saneamento do Município de Lisboa".
- N.º 2017.07853 (Norgarante, S. A.) - SOLTRÁFEGO, S. A. - Autorizada a de 14.096,57 euros para o contrato de "Empreitada OP-2010 - Melhoria das condições de mobilidade".
- N.º 00125-02-2068913 (Banco Comercial Português, S. A.) - GABRIELA S. COUTO, S. A. - Autorizada a de 1.888,34 euros para a "Empreitada n.º 46/DMPO/DHMEM/2015 - Reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro da Boavista - Fase 1".
- N.º GAR/17301386 (Banco BPI, S. A.) - PINTO & CRUZ, S. A. - Autorizada a de 12.000 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de assistência técnica incluindo revisões, reparações e inspeções a gruas e equipamentos da marca HIAB".
- N.º 125-02-2057890 (Banco Comercial Português, S. A.) - CONSTRUTORA SAN JOSÉ, S. A. - Autorizada a de 1.278,86 euros para a "Empreitada n.º 35/DMPO/DCME/DPE/13 - Instalação da escola da Baixa (JI+EB1) - adaptação parcial do extinto tribunal da Boa Hora".
- N.º 00125-02-2071491 (Banco Comercial Português, S. A.) - AUTO SUECO, Ltd.ª. - Autorizada a de 9.800 euros para o contrato de "Fornecimento de duas viaturas tipo «multibenne»".
- N.º 2501.004315.793 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - CARI CONSTRUTORES, Ltd.ª. - Autorizada a de 14.990 euros para a "Empreitada n.º 07/DMPO/DPCE/DPE/2016 - Requalificação do espaço público envolvente aos edifícios municipais sítos na Avenida da Índia, 110 e 110-A e Travessa dos Algarves, 2, 3, 4 e 5 e respetiva ligação às infraestruturas com vista a instalação da Casa da América Latina".

- N.º 962300488023160 (Banco Santander Totta, S. A.) - ITAU, S. A. - Autorizada a de 17.971,66 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de fornecimento de refeições transportadas catering a jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa".
- N.º N00404745 (Novo Banco, S. A.) - HCI - CONSTRUÇÕES, S. A. - Autorizada a de 4.579,64 euros para a "Empreitada n.º 43/16/DMEVAE/DEV/DCREV - Reabilitação urgente de reforço dos muros M1, M2 e M3 no limite sul poente do jardim da Graça".
- N.º 00125-02-2067754 (Banco Comercial Português, S. A.) - COMPTA, S. A. - Autorizada a de 71.300 euros para o contrato de "Aquisição de licenças de software SAP".
- N.º 962300488022926 (Banco Santander Totta, S. A.) - CONS-TARTE, S. A. - Autorizada a de 14.988,05 euros para a "Empreitada n.º 23/DMPO/DPCE/DCE/17 - Requalificação de cobertura de Entrecampos".
- N.º 962300482022938 (Banco Santander Totta, S. A.) - INCIPRESA, S. A. - Autorizada a de 34.750 euros para o contrato de "Aquisição de um veículo plataforma (VP) para o RSB de Lisboa".
- N.º 2017.06920 (Norgarante, S. A.) - CONSTRUÇÕES CORTE RECTO, Ltd.ª. - Autorizada a de 192,91 euros para a "Empreitada de beneficiação geral e espaços exteriores da Escola Básica n.º 151 Fernando Pessoa (Coruchéus)".
- N.º 00125-02-2061466 (Banco Comercial Português, S. A.) - SIVA, S. A. - Autorizada a de 24.991,95 euros para o contrato de "Aquisição de veículos automóveis ligeiros por lotes para a Polícia Municipal".
- N.º 962300488022323 (Banco Santander Totta, S. A.) - CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S. A. - Autorizada a de 14.995 euros para a "Empreitada n.º 50/UCT/UITC/2016 - Repavimentação da Rua de D. Filipa de Vilhena".
- N.º GAR/17300976 (Banco BPI, S. A.) - CARI CONSTRUTORES, Ltd.ª. - Autorizada a de 243.313,64 euros para a "Empreitada n.º 8/DMPO/DPCE/2016 - Beneficiação geral e espaços exteriores da Escola n.º 175, Santa Maria dos Olivais".
- N.º 00125-02-2062704 (Banco Comercial Português, S. A.) - SOTÉCNICA, S. A. - Autorizada a de 5.600,70 euros para o contrato de "Prestação de serviços de manutenção dos equipamentos AVAC instalações elétricas grupo eletrogénico e posto de transformação - Parque Mayer - Cineteatro Capitólio".
- N.º 504-00096 (Banco Popular Portugal, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 3.551,05 euros para a "Empreitada n.º 31/DMPO/DIVPS/DIVPOA/2015 - Requalificação de espaço público da Alameda das Linhas de Torres".
- N.º 0046039350401283 (Banco Popular Portugal, S. A.) - GABRIEL A. S. COUTO, S. A. - Autorizada a de 125.875 euros para a "Empreitada n.º 4/DMPO/DHMEM/DPH/2016 - Edificação de habitação coletiva - Reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro Padre Cruz".
- N.º 100018058/200 (COSEC, S. A.) - MICOTEC, Ltd.ª. - Autorizada a de 11.000 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de assistência técnica para manutenção do sistema de controlo de vigilância de tráfego de Lisboa - SCVT".
- N.º 100018262/200 (COSEC, S. A.) - ARQUIJARDIM, S. A. - Autorizada a de 648,58 euros para o contrato de "Implementação de parque infantil e espaço verde na Quinta das Camareiras".
- N.º 100018387/200 (COSEC, S. A.) - ARQUIJARDIM, S. A. - Autorizada a de 2.117,78 euros para o contrato de "Instalação de rede de rega no Jardim Avelar Brotero".
- N.º 100018079/200 (COSEC, S. A.) - FRATERNA, Ltd.ª. - Autorizada a de 1.311,96 euros para o contrato de "Construção de cafetaria e beneficiação adjacente na quinta do Conde de Arcos".
- N.º 100017985/200 (COSEC, S. A.) - CONSTRUÇÕES CORTE RECTO, Ltd.ª. - Autorizada a de 123.949,50 euros para a "Empreitada n.º 5/DMPO/DHMEM/DPH/2016 - Edificação de habitação coletiva - Reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro da Boavista".
- N.º 1501000000496 (Lusitânia, S. A.) - LUSITÂNIA - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, S. A. - Autorizada a de 65.597,20 euros para o contrato de "Fornecimento de serviços de seguro de responsabilidade civil automóvel para a frota municipal".
- N.º 100017968/200 (COSEC, S. A.) - VIBEIRAS, S. A. - Autorizada a de 387.537,69 euros para a "Empreitada n.º 31/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público da Alameda das Linhas de Torres".
- N.º 100018382/200 (COSEC, S. A.) - PROTECNIL, S. A. - Autorizada a de 26.454,34 euros para a "Empreitada n.º 8/DMPO/DIVPS/DIVPOA/2016 - Reabilitação de pavimentos na Zona Ocidental da cidade".

Garantias bancárias

- N.º 962300488023475 (Banco Santander Totta, S. A.) - ITAU, S. A. - Autorizada a de 57.720,10 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de fornecimento de refeições transportadas catering a jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa ao abrigo do acordo quadro de seleção de fornecedores de refeições escolares promovido pela área Metropolitana de Lisboa - Lote 2 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de cook-chill".
- N.º 962300488023476 (Banco Santander Totta, S. A.) - ITAU, S. A. - Autorizada a de 150.080,56 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de fornecimento de refeições transportadas catering a jardins de infância e escolas básicas do 1.º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa - ao abrigo do acordo quadro de seleção de fornecedores de refeições escolares promovido pela área Metropolitana de Lisboa - Lote 3 - Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição".

Seguros de caução

- N.º 100018284/200 (COSEC, S. A.) - M. KAIROS, S. A. - Autorizada a de 101.375 euros para a "Empreitada n.º 18/DMPPPO/DPCE/DPE/16 - Reabilitação e ampliação da Escola Luísa Ducla Soares (JI+EB1)".

- N.º 33/2017-S (Banco BIC Português, S.A.) - ESTRELA DO NORTE, S.A. - Autorizada a de 4.998,94 euros para a "Empreitada n.º 46/DMPO/DHMEM/DMEM/2016 - Obras de conservação no edifício municipal sito na Estrada de Chelas, 101".
- N.º 504-00101 (Banco Popular Portugal, S.A.) - VIBEIRAS, S.A. - Autorizada a de 1.687,18 euros para a "Empreitada n.º 23/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide".
- N.º 962300488020217 (Banco Santander Totta, S.A.) - GEOCONTROLE, S.A. - Autorizada a de 1.685,76 euros para a empreitada "Aquisição de serviços para reconhecimento geológico geotécnico dos túneis Monsanto/ /Santa Marta/Santa Apolónia e Chelas/Beato".
- N.º 2017.05911 (LISGARANTE, S.A.) - TECNOGRAFFITI, Ltd.ª. - Autorizada a de 19.440,91 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de remoção de graffiti e cartazes, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa, lotes 6 e 8".
- N.º 2017.05910 (LISGARANTE, S.A.) - TECNOGRAFFITI, Ltd.ª. - Autorizada a de 11.060,09 euros para o contrato de "Aquisição de serviços de remoção de graffiti, proteção das superfícies tratadas e manutenção das mesmas no Município de Lisboa".
- N.º 962300488023436 (Banco Santander Totta, S.A.) - FABRIGIMNO, Ltd.ª. - Autorizada a de 5.406 euros para a empreitada "Aquisição de quiosque modelo Itaca e armário para armazenamento de contentores de resíduos para a Avenida Rovisco Pais".
- N.º 0662.005793.793 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - DIG-NACÓNSTROI, Ltd.ª. - Autorizada a de 9.720 euros para a "Empreitada n.º 01/DMEVAE/NMI/2016 - Instalação de cafetaria no Parque Urbano dos Olivais, na Avenida de Berlim".
- N.º 962300488023428 (Banco Santander Totta, S.A.) - GINOBRA, Ltd.ª. - Autorizada a de 5.758 euros para o contrato de "Aquisição de vedação do espaço do antigo Aquaparque".
- N.º 00125-02-2075059 (Banco Comercial Português, S.A.) - SOTÉCNICA, S.A. - Autorizada a de 73.729,23 euros para a "Empreitada n.º 301/DMPO/DCCE/GVMS/2010 - Reabilitação do Cineteatro Capitólio sito no Parque Mayer".
- N.º 00125-02-2076771 (Banco Comercial Português, S.A.) - SOTÉCNICA, S.A. - Autorizada a de 8.021,41 euros para o contrato de "Remodelação do sistema de tratamento de ar novo do sistema AVAC do edifício municipal do Campo Grande, 25 - Substituição da UTAN4".
- N.º 00125-02-2068913 (Banco Comercial Português, S.A.) - GABRIEL A. S. COUTO, S.A. - Autorizada a de 1.888,34 euros para a "Empreitada n.º 46/DMPO/DHMEM/2015 - Reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro da Boavista - Fase 1".
- N.º 0662.005792.993 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - FRATERNA, Ltd.ª. - Autorizada a de 14.790 euros para o contrato de "Pinturas na cidade de Lisboa".
- N.º 2540.002062.993 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - TECNÓREM, S.A. - Autorizada a de 25.000 euros para a "Empreitada n.º 2/DMPO/DGIP/2016 - Reorganização das instalações municipais - Olivais 2 - Remodelação da área administrativa e área administrativa 2".
- N.º 00125-02-2052145 (Banco Comercial Português, S.A.) - ARMANDO CUNHA, S.A. - Autorizada a de 3.562,13 euros para a "Empreitada de reparação e pintura do muro e gradeamento na Avenida Miguel Torga/Rua de Campolide".
- N.º 2540.002043.393 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A. - Autorizada a de 13.240,96 euros para a "Empreitada n.º 5/UCT/ /DO/2015 - Reabilitação e conservação de pavimentos betuminosos na Zona Norte da cidade de Lisboa".
- N.º 364.-43.000361-6 (Caixa Económica Montepio Geral, S.A.) - LUÍS ALBERTO MARTINS DE FIGUEIREDO. - Autorizada a de 8.724 euros para o contrato de "Fornecimento de viatura Tanque Tático Florestal".
- N.º 00125-02-2074112 (Banco Comercial Português, S.A.) - AUTO SUECO, Ltd.ª. - Autorizada a de 13.750 euros para o contrato "Aquisição de 2 viaturas de três eixos com porta contentores do tipo «ampliroll» e grua".
- N.º 2017.08905 (Norgarante, S.A.) - COSTA & CARREIRA, Ltd.ª. - Autorizada a de 853,61 euros para o contrato de "Requalificação paisagística do Jardim do Campo Grande, Zona Sul".
- N.º 2017.04927 (Lisgarante, S.A.) - CORDIVIAS, Ltd.ª. - Autorizada a de 42.611,21 euros para a "Empreitada n.º 16/16/DMEVAE/DEV/DCREV - Corredor estruturante vale de Alcântara unidade de projeto da estação de Campolide".
- N.º 00125-02-2072944 (Banco Comercial Português, S.A.) - CONSTRUTORA SAN JOSE, S.A. - Autorizada a de 34.750 euros para "Empreitada n.º 35/DMPO/DCME/ /DPE/13 - Instalação da Escola da Baixa (JI+EB1 - Adaptação parcial do extinto Tribunal da Boa Hora".
- N.º N00404874 (Novo Banco, S.A.) - SMARTGEO SOLUTIONS, Ltd.ª. - Autorizada a de 3.000 euros para a "Empreitada de aquisição de serviços para levantamento de dados e produção do Modelo Tridimensional da ocupação do subsolo".
- N.º N00404874 (Novo Banco, S.A.) - CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, Ltd.ª. - Autorizada a de 245.506,60 euros para a "Empreitada n.º 4/DMPO/DHMEM/DPH/2016 - Edificação de habitação coletiva - Reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro Padre Cruz".
- N.º 2535.001608.193 (Caixa Geral de Depósitos, S.A.) - XIX - CONSTRUÇÃO, PROJECTOS E GESTÃO, Ltd.ª. - Autorizada a de 556.593,40 euros para a "Empreitada n.º 6/DMPO/DGIP/2016 - Reabilitação e requalificação do espaço público em diversos locais da cidade".
- N.º 2017.04266 (Garval, S.A.) - TECNÓREM, S.A. - Autorizada a de 944,34 euros para a "Empreitada n.º 1/ /DMPO/DGIP/2016 - Reorganização das instalações Municipais - Olivais 2 - Vestiários e balneários - Armazém DIEM/DRMM".
- N.º N00405357 (Novo Banco, S.A.) - VAMARO, S.A. - Autorizada a de 245.506,60 euros para a "Empreitada n.º 58/DMPO/DHMEM/DPH/2016 - Reabilitação em edifícios municipais no Bairro da Quinta do Ourives - Fogos vagos".

- N.º 2532.002762.393 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - LUÍS FRAZÃO, S. A. - Autorizada a de 362.777,30 euros para a "Empreitada n.º 31/DMPO/DIVPS/DIVPOA/15 - Requalificação de espaço público da Alameda das Linhas de Torres".
- N.º 00125-02-2036878 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 67.491,58 euros para a "Empreitada n.º 9/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/14 - Reabilitação de pavimentos e estruturas de drenagem na cidade de Lisboa".
- N.º 00125-02-2036869 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 74.605,42 euros para a "Empreitada n.º 13/DMPO/DCMIVP/DPCIVP/14 - Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento da Zona Norte de Lisboa".
- N.º 00125-02-2068236 (Banco Comercial Português, S. A.) - ARMANDO CUNHA, S. A. - Autorizada a de 34.982,57 euros para a "Empreitada n.º 36/DMPO/DIVPS/DIVPOA/2015 - Reabilitação de espaço público no Rossio de Palma".
- N.º N00404361 (Novo Banco, S. A.) - TECNOVIA, S. A. - Autorizada a de 127.602,27 euros para a empreitada de - Requalificação de espaço público na Alameda Manuel Ricardo Espírito Santo".
- N.º 2541.002738.993 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - XAVIERES, Ltd.ª. - Autorizada a de 9.844 euros para a "Empreitada n.º 15/DMPO/DHMEM/DMEM/2017 - Obras de adaptação para as instalações da Biblioteca Penha de França sita na Rua Francisco Pedro Curado, 8".
- N.º 2541.002739.893 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - XAVIERES, Ltd.ª. - Autorizada a de 13.343,61 euros para a "Empreitada n.º 1/DMPO/DHMEM/DMEM/2017 - Recuperação de 8 fogos municipais devolutos no Bairro Padre Cruz".
- N.º 2541.002738.993 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - XAVIERES, Ltd.ª. - Autorizada a de 9.844 euros para a "Empreitada n.º 15/DMPO/DHMEM/DMEM/2017 - Obras de adaptação para as instalações da Biblioteca Penha de França sita na Rua Francisco Pedro Curado, 8".
- N.º 00125-02-2072784 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - SANESTRADAS, S. A. - Autorizada a de 91.195,52 euros para a "Empreitada n.º 1/DMPO/DCMIVP/DS/2015 - Reabilitação de arruamentos e infraestruturas de saneamento - Zona Sul de Lisboa".
- N.º 0393.022412.593 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - BETONIT, Ltd.ª. - Autorizada a de 54.484,99 euros para a "Empreitada n.º 4/DMPO/DCMH/2015 - Reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro Padre Cruz quarteirão piloto, lote 2".
- N.º 2501.004314.993 (Caixa Geral de Depósitos, S. A.) - CARI COSTRUTORES, S. A. - Autorizada a de 74.880,36 euros para a "Empreitada n.º 38/DMPO/DCME/DMC/2013 - Requalificação e conservação do edifício do Palácio das Galveias".
- N.º 2017.05930 (Lisgarante, S. A.) - MONUMENTA, Ltd.ª. - Autorizada a de 6.265 euros para o contrato de "Realização dos trabalhos de conservação e restauro no lanço Oriental da Cerca Velha - Troços das Escadinhas Rua Norberto de Araújo e Rua Norberto de Araújo, 21/29".
- N.º 36661 (Bankinter, S. A.) - LUIS FRAZÃO, S. A. - Autorizada a de 108.909,09 euros para o contrato de "Requalificação de espaço público nos Largos da Graça, Santos e na Rua de Campolide".
- N.º 36662 (Bankinter, S. A.) - LUIS FRAZÃO, S. A. - Autorizada a de 170.076,95 euros para o contrato de "Requalificação de espaço público no eixo central da cidade de Lisboa".
- N.º N00404652 (Novo Banco, S. A.) - GEFIS, Ltd.ª. - Autorizada a de 15.913,96 euros para o contrato de "Empreitada n.º 6DMPO/DPCE/16 - Ampliação de cozinha e refeitório da Escola n.º 15 - Prof. Oliveira Marques".
- N.º GAR/17301778 (Banco BPI, S. A.) - WISESOMA, Ltd.ª. - Autorizada a de 9.000 euros para o contrato de "Fornecimento de serviços diversos de reparação de superestruturas e equipamentos da marca Haller, instaladas em viaturas da frota municipal".
- N.º 00125-02-2084441 (Banco Santander Totta, S. A.) - CONSTARTE - CONSTRUÇÕES, S. A. - Autorizada a de 8.933,01 euros para o contrato de "Empreitada n.º 17/DMPO/DPCE/DCE/17 - Reparação do piso do ginásio e das coberturas na EB+JI do Alto da Faia Lumiar".
- N.º 962300488023930 (Banco Comercial Português, S. A.) - JOÃO JACINTO TOMÉ, S. A. - Autorizada a de 7.179,36 euros para o contrato de "Empreitada n.º E7/UCT/DO/DIP/16 - Remodelação da IP na Alameda dos Oceanos, troço entre a Rotunda dos Vice-Reis e a Rotunda das Oliveiras".

DIREÇÃO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO

Conclusão do período experimental

DMEVAE - Casa dos Animais de Lisboa - Ana Carolina Escobar Moreira, trabalhadora n.º 956732; André Alexandre Gomes Henriques, trabalhador n.º 956645; Célia Alexandra Freitas Pedro, trabalhadora n.º 956644; Ezequiel Filipe Múrias Moreira, trabalhador n.º 954604; Francisco José Grilo Realinho Semedo, trabalhador n.º 956649; João Carlos Frenkel Fialho Pereira de Lima, trabalhador n.º 956643; Manuel Francisco Amaral Melo, trabalhador n.º 956642; Márcio Miguel Teles Antunes, trabalhador n.º 956646; Melissa Nunes Rodrigues Martins Silva, trabalhadora n.º 956647;

Maria Celeste Fernandes dos Santos, trabalhadora n.º 956726; Pedro Manuel Marques de Oliveira, trabalhador n.º 956731; Ricardo José Pereira Marques, trabalhador n.º 955456; Rita Isabel Rodrigues Rebelo Beleza, trabalhadora n.º 956641; Sofia Patrício Vieira Marques, trabalhadora n.º 956729; Tiago Manuel Esteves Lima, trabalhador n.º 956640 e Vítor Alexandre Teixeira de Carvalho, trabalhador n.º 956728 - Por despacho de 2018/04/30 do diretor municipal de Recursos Humanos, foi determinado a conclusão com sucesso do período experimental na carreira/categoria de assistente operacional (Tratador-apanhador de Animais), a que corresponde a 2.ª posição remuneratória da categoria de assistente operacional e ao nível remuneratório 2, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

DMEVAE-*Quinta Pedagógica* - Hélio Sílvia Gouveia dos Santos, trabalhador n.º 956733; Luís Augusto Fialho Arroja, trabalhador n.º 956730 e Natacha Joana Carneiro de Sá Machado, trabalhadora n.º 956727 - Por despacho de 2018/04/30 do diretor municipal de Recursos Humanos, foi determinado a conclusão com sucesso do período experimental na carreira/categoria de assistente operacional (Tratador-apanhador de Animais), a que corresponde a 2.ª posição remuneratória da categoria de assistente operacional e ao nível remuneratório 2, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

DMHU/DHU/DLU - Bruno José dos Santos Couto, trabalhador n.º 955730 - Por despacho de 2018/04/30 do diretor municipal de Recursos Humanos, foi determinado a conclusão com sucesso do período experimental na carreira/categoria de assistente operacional (Tratador-apanhador de Animais), a que corresponde a 2.ª posição remuneratória da categoria de assistente operacional e ao nível remuneratório 2, da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

DIREÇÃO MUNICIPAL

URBANISMO

DIVISÃO DE UNIFORMIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO URBANÍSTICA

Atribuição de numeração de polícia

Deferido

4486/DOC/2017 - Follow Whisper, S. A. - Aos vãos de porta do prédio - Obra n.º 67 994, sito na Rua das Janelas Verdes, foram atribuídos os n.ºs 23-A, 23 e 23-B. **Observações:** No local em referência o antigo prédio - Obra n.º 16 202 n.ºs 23 a 29), foi objeto de demolição total. No novo edifício, a entrada principal situa-se no n.º 23 da Rua das Janelas

Verdes, tem no n.º 23-A o vão de acesso ao estacionamento privativo, a poente um portão acedente a uma área verde anexa, designada em planta «jardim privativo», atribuímos o n.º 23-B.

DIREÇÃO MUNICIPAL

PROJETOS E OBRAS

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, VIA PÚBLICA E SANEAMENTO

Processos arquivados

Despacho de 2011/08/25:

26249/CML/17 - Moming Wizard, Unipessoal, Ltd.ª.
3382/CML - A Bridel, S. A.
8353/CML - Augusto de Matos Macedo.
3187/CML - Tecnoport - Projetos e Planeamento, Ltd.ª.
3108/CML - Café Martinho da Arcada, Ltd.ª.
3561/CML - Elsa Maria Medo Soares Jara.
5808/CML - Edigest - Investimentos Imobiliários, S. A.
4264/CML - Diogo André de Oliveira Martins Santos.
4051/CML - Quadrado do Quotidiano Investimento, Ltd.ª.
4091/CML - Sociedade Agrícola Civil de Sinde, Ltd.ª.
2162/CML - Manuel Cruz Sousa.
3392/CML - Splendimension, S. A.
4246/CML - Onset House, Investimentos Imobiliários, Ltd.ª.
3305/CML - Fernando Leonídio Mendes Teles.
5795/CML - Tupatur, S. A.
6328/CML-A. Santo-Empreendimentos Industriais e Turísticos, S. A.
7380/CML - Domilis - Compra e Venda de Imóveis, Ltd.ª.
4986/CML-Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Lisfundo.
5296/CML - Augusto de Matos Macedo.
4074/CML - Lígia da Silva Carvalho.
4991/CML-Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Lisfundo.
5506/CML-Megautoria-Soluções Integradas de Engenharia.
5010/CML - Ana Margarida Campos Dias da Costa.
6655/CML - Fundação Medeiros de Almeida.
6819/CML - José Sousa Carrusca Sousa Dias.
6274/CML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
3584/CML-Valor Ideal-Invest. e Participações Imobil., Ltd.ª.
6069/CML - Reabilita, Ltd.ª.
5276/CML - Turim - Investimentos Turísticos e Imobiliários, S. A.
6134/CML - Engi Investment Group, Unipessoal, Ltd.ª.
6518/CML - Boassociados - Projetos e Engenharia, Ltd.ª.
5972/CML - Crazy Cloud, Ltd.ª.

Arquivem-se. Os assuntos estão solucionados, tendo os requerentes sido notificados da decisão final.

DEPARTAMENTO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Auto de consignação dos trabalhos

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.^a Ana Esteves:

Por despacho de 2018/05/08, foi homologado o Auto de consignação da «Empreitada n.º 37/DMPO/DPCE/DCE/17 - Conselho Nacional de Educação - Construção de piso intermédio na garagem para espaço de arquivo e instalação de dois gabinetes de trabalho, na construção adjacente à Escola dos Coruchéus», adjudicada à firma Construções - Corte Recto, Ltd.^a.

Autos de vistoria para efeitos de liberação de caução

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.^a Ana Esteves:

Por despacho de 2018/05/08, foi homologado o Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução da «Empreitada n.º 43/DMPO/DCME/DPE/2012 - Beneficiação geral da EB1 da Luz + JI do Largo da Luz» - Financiamento de Piparu», adjudicada à firma Teixeira Pinto & Soares, Ltd.^a.

Por despacho da diretora do Departamento de Projeto e Construção de Equipamentos, Eng.^a Ana Esteves e nos termos do artigo 41.º do CPA, delega-se competências no Eng.º Carlos Lopes, chefe da Divisão de Projetos e Fiscalização de Instalações Elétricas e Mecânicas durante o período de 1 de maio a 6 de maio.

Por despacho do Eng.º Carlos Lopes, chefe da Divisão de Projetos e Fiscalização de Instalações Elétricas e Mecânicas de 2018/05/03, foi homologado o Auto de vistoria para efeitos de liberação de caução da «Empreitada n.º 1/

/DMAU/DRMM/12 - Beneficiação geral do balneário vestuário do DRMM e execução de diversos trabalhos em Olivais 2», adjudicada à firma IGECO - Indústrias Gerais de Construção, Ltd.^a.

DIREÇÃO MUNICIPAL

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E GESTÃO DE HABITAÇÃO

DIVISÃO DE INTERVENÇÃO NO MERCADO DE HABITAÇÃO

Anúncio n.º 1/DMHDL/DPGH/DIMH/18

Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA)

Ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro (CPA) e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA), publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1014, de 25 de julho de 2013, notificam-se os interessados da lista de candidaturas aprovadas (Anexo I) e da lista de candidaturas excluídas (Anexo II), para atribuição do SMA, 15.ª Edição, homologadas por despacho da Senhora Vereadora Paula Marques, exarado em 2018/04/20, na Informação n.º 141/DMHDL/DPGH/DIMH/18, ao abrigo do Despacho n.º 99/P/2017, de delegação e subdelegação de competências, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 2017/11/23.

Lisboa, em 2018/05/04.

A diretora Municipal
(a) *Marta Sotto-Mayor*

15ª EDIÇÃO - SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO

Anexo I - Candidaturas Aprovadas por despacho da Exma Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, exarado em 2018-04-20, sobre a INF/141/DMHDL/DPGH/DIMH/18

Nº Processo	Subsidio Previsto(€)	Tipologia	Renda Mensal (€)	1º Critério - RAHM?	2º Critério - Concelho Lx?	3º Critério - RMB(€) Agregado	4º Critério - Taxa Esforço % (descend.)	5º Critério - Cand. SMA Anteriores?	6º Critério - Concelho Limite Lx?
SMA/2483/2017/4	67	T0	200,00	Sim	Sim	463,86	28,67	0	0
SMA/2088/2017/1	50	T0	150,00	Sim	Sim	463,86	21,56	1	0
SMA/2459/2017/4	88	T1	263,00	Sim	Sim	491,7	35,59	0	0
SMA/1958/2016/4	57	T2	170,00	Sim	Sim	522,21	21,64	1	0
SMA/1864/2016/4	100	T2	300,00	Sim	Sim	551,52	36,26	0	0
SMA/2457/2017/4	73	T2	218,86	Sim	Sim	590,39	24,71	0	0
SMA/2478/2017/4	67	T2	200,00	Sim	Sim	614,97	21,63	0	0
SMA/2484/2017/4	115	T1	344,00	Sim	Sim	644,06	35,56	0	0
SMA/2500/2017/4	80	T1	240,00	Sim	Sim	676,6	23,65	0	0
SMA/2470/2017/4	133	T2	400,00	Sim	Sim	676,66	39,46	0	0
SMA/2501/2017/4	114	T3	342,39	Sim	Sim	676,67	33,75	0	0
SMA/2546/2017/4	77	T1	230,00	Sim	Sim	701,5	21,81	1	0
SMA/2577/2017/4	83	T1	250,00	Sim	Sim	705,12	23,68	0	0
SMA/2540/2017/4	73	T2	220,00	Sim	Sim	712,71	20,63	0	0
SMA/2474/2017/4	149	T1	445,58	Sim	Sim	750,1	39,54	1	0
SMA/2460/2017/4	142	T2	427,30	Sim	Sim	757,16	37,68	0	0
SMA/2413/2017/4	150	T2	450,00	Sim	Sim	758	39,58	0	0
SMA/2571/2017/4	108	T2	325,00	Sim	Sim	776,66	27,94	0	0
SMA/2404/2017/3	117	T2	350,00	Sim	Sim	780	29,87	1	0
SMA/2527/2017/4	125	T1	375,00	Sim	Sim	820	30,49	0	0
SMA/2454/2017/4	133	T3	400,00	Sim	Sim	854	31,26	0	0
SMA/2422/2017/4	157	T2	470,00	Sim	Sim	863,05	36,27	0	0
SMA/2169/2017/2	109	T1	327,28	Sim	Sim	888,33	24,57	0	0
SMA/2336/2017/3	122	T1	366,05	Sim	Sim	896,89	27,21	1	0
SMA/2414/2017/4	140	T2	420,00	Sim	Sim	911,16	30,73	0	0
SMA/2368/2017/3	158	T2	475,00	Sim	Sim	915,83	34,61	1	0
SMA/1564/2016/1	117	T1	350,00	Sim	Sim	927,05	25,13	0	0
SMA/2532/2017/4	142	T2	425,00	Sim	Sim	933,33	30,32	0	0
SMA/2467/2017/4	137	T1	410,69	Sim	Sim	973,58	28,11	0	0
SMA/2212/2017/2	128	T2	382,62	Sim	Sim	973,66	26,15	1	0
SMA/2522/2017/4	183	T0	550,00	Sim	Sim	980	37,45	0	0
SMA/2441/2017/4	133	T2	400,00	Sim	Sim	993	26,89	0	0
SMA/2507/2017/4	162	T2	486,15	Sim	Sim	996,66	32,52	0	0
SMA/2560/2017/4	117	T2	350,00	Sim	Sim	1007,32	23,13	0	0
SMA/2452/2017/4	125	T2	375,00	Sim	Sim	1027,67	24,33	0	0

15ª EDIÇÃO - SUBSÍDIO MUNICIPAL AO ARRENDAMENTO

Anexo I - Candidaturas Aprovadas por despacho da Exma Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, exarado em 2018-04-20, sobre a INF/141/DMHDL/DPGH/DIMH/18

Nº Processo	Subsidio Previsto(€)	Tipologia	Renda Mensal (€)	1º Critério - RAHM?	2º Critério - Concelho Lx?	3º Critério - RMB(€) Agregado	4º Critério - Taxa Esforço % (descend.)	5º Critério - Cand. SMA Anteriores?	6º Critério - Concelho Limite Lx?
SMA/2334/2017/3	200	T3	600,00	Sim	Sim	1046,95	38,21	1	0
SMA/2510/2017/4	133	T1	400,00	Sim	Sim	1050	25,43	0	0
SMA/1282/2015/3	171	T2	512,00	Sim	Sim	1109,5	30,73	0	0
SMA/2472/2017/4	117	T3	350,00	Sim	Sim	1139,97	20,44	1	0
SMA/2511/2017/4	167	T2	500,00	Sim	Sim	1154,15	28,85	0	0
SMA/2508/2017/4	117	T2	350,00	Sim	Sim	1154,5	20,18	0	0
SMA/2487/2017/4	167	T2	500,00	Sim	Sim	1163,32	28,62	0	0
SMA/1039/2015/1	153	T2	458,08	Sim	Sim	1411,67	21,61	0	0
SMA/2348/2017/3	154	T2	463,50	Sim	Sim	1573,88	19,66	0	0
SMA/2429/2017/4	217	T2	650,00	Sim	Sim	1671,87	25,9	0	0
SMA/2436/2017/4	200	T2	600,00	Sim	Sim	1801,33	22,21	0	0
SMA/2479/2017/4	233	T3	700,00	Sim	Sim	1960	23,83	0	0
SMA/2550/2017/4	67	T2	200,00		Sim	348	38,22	0	0
SMA/880/2014/3	67	T1	200,00		Sim	429	31	0	0
SMA/2473/2017/4	92	T2	275,50		Sim	590,4	31,08	0	0
SMA/2559/2017/4	133	T1	400,00		Sim	693,73	38,49	0	0
SMA/2462/2017/4	131	T4	393,83		Sim	762,18	34,48	0	0
SMA/2570/2017/4	129	T2	386,50		Sim	777,21	33,13	0	0
SMA/2443/2017/4	128	T2	383,24		Sim	816,6	31,26	0	0
SMA/2556/2017/4	110	T2	330,00		Sim	830	26,51	0	0
SMA/2561/2017/4	167	T1	500,00		Sim	875	38,06	0	0
SMA/2580/2017/4	133	T2	400,00		Sim	892,5	29,92	0	0
SMA/2276/2017/3	158	T2	475,00		Sim	923,1	34,34	0	0
SMA/2417/2017/4	133	T2	400,00		Sim	984,66	27,12	0	0
SMA/2485/2017/4	212	T3	637,06		Sim	1283	33,13	0	0
SMA/2461/2017/4	167	T2	500,00		Sim	1304	25,54	0	0
SMA/2525/2017/4	185	T1	556,16		Sim	1396,25	26,58	0	0
SMA/2351/2017/3	233	T2	700,00		Sim	1500	31,13	2	0
SMA/2520/2017/4	217	T2	650,00		Sim	1503,2	28,81	0	0
SMA/2345/2017/3	167	T2	500,00		Sim	1600	20,81	0	0
SMA/2445/2017/4	183	T1	550,00		Sim	1737,5	21,12	0	0
SMA/2539/2017/4	200	T2	600,00		Sim	1842,27	21,71	0	0

15ª Edição do Subsídio Municipal ao Arrendamento SMA

Anexo II - Candidaturas Excluídas, por despacho da Exma Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, exarado em 2018-04-20, sobre a INF/141/DMHD/DPGH/DIMH/18

Nº Processo	Descrição	Motivo Exclução
SMA/634/2014/1	RMB incorrecto, o valor registado porque não incluiu os rendimentos prediais; não cumpre o limite mínimo da taxa de esforço. Incumprimento da alínea e) do nº 1 do artigo 5º do RSMa.	B1
SMA/723/2014/2	Não comprova a condição de beneficiário redução de rendimentos igual ou superior a 35%; alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço. Não anexou o recibo de renda actual, incumprimentos da alínea e) do nº 1 e alínea b) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), n.º 2, do Art. 7.º do RSMa.	G
SMA/734/2014/2	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 14216/DMHDS/2013 não consta de lista homologada, incumprimento da alínea a) do nº1, do artigo 3º do RSMa. Não apresenta contrato de arrendamento, incumprimento da alínea a) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	G2
SMA/1007/2014/3	Não comprova o cumprimento das alíneas b) e d) do nº 1 do artigo 5º do RSMa.	B1
SMA/1378/2015/3	Não comprova o cumprimento das alíneas b) e d) do nº 1 do artigo 5º do RSMa.	B1
SMA/1884/2016/4	Não comprova a condição de beneficiário redução rendimentos igual ou superior a 35%, incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMa.	A
SMA/2053/2017/1	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 25798/DMHD/2015 está Terminado, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço e não apresenta contrato de arrendamento, incumprimentos da alínea e) do nº 1 e alínea a) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	G
SMA/2152/2017/2	Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço. Não anexou o contrato de arrendamento nem o recibo de renda actual, incumprimentos da alínea e) do nº1 e alíneas a) e b) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	H
SMA/2214/2017/2	RMB incorrecto, não comprova o valor registado, não cumpre o limite mínimo da taxa de esforço, incumprimento da alínea e) do nº 1 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	H1
SMA/2222/2017/2	Não comprova a condição de beneficiário perda de rendimentos igual ou superior a 35%, incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMa.	A
SMA/2284/2017/3	Não comprova a condição de beneficiário desemprego, incumprimento da alínea f) do nº1 e nº2 do artigo 3º do RSMa. Reside em habitação fora do conceito de Lisboa e não apresentou contrato de arrendamento, incumprimento das alíneas c) do nº 1 e alíneas a) e b) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	G
SMA/2294/2017/3	Não comprova a condição de beneficiário redução de rendimentos igual ou superior a 35%; alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço. Não anexou recibo de renda actual, incumprimentos da alínea e) do nº1 e alíneas a) e b) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	G
SMA/2299/2017/3	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 44135/DMHD/2018 não consta de lista homologada, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, incumprimento da alínea e) do nº 1 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	G1
SMA/2323/2017/3	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 23296/DMHDS/2015 está Terminado, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	F
SMA/2370/2017/3	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 41305/DMHD/2017 está indeferido, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço e não apresenta contrato de arrendamento completo, incumprimentos da alínea e) do nº 1 e alínea a) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	G
SMA/2397/2017/3	Tem rendas em atraso incumprimento da alínea a) do nº2 do artigo 5º do RSMa. Não comprova o RMB e candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	H2
SMA/2416/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário redução rendimentos igual ou superior a 35%; os valores do RMB e do RAB registados estão incorrectos incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMa e da alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	F
SMA/2421/2017/4	RMB incorrecto, não comprova o valor registado; não cumpre o limite da taxa de esforço alínea e) do nº 1 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº 2, do Art. 7.º do RSMa.	H1
SMA/2446/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 43785/DMHD/2018 foi indeferido, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Candidatura incorrectamente instruída, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	F
SMA/2469/2017/4	RMB incorrecto, não comprova o valor registado; não cumpre o limite mínimo da taxa de esforço. Incumprimento da alínea e) do nº 1 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº 2, do Art. 7.º do RSMa.	H1
SMA/2471/2017/4	Não comprova a condição de beneficiária perda de habitação por acção judicial de despejo em fase de execução incumprimento da alínea e) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, incumprimento da alínea e) do nº 1 do artigo 5º do RSMa. Candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7.º do RSMa.	G1
SMA/2480/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário redução rendimentos igual ou superior a 35%, incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Não comprova o valor registado do RAB nem do RMB para cumprimento da taxa de esforço alínea e) do nº 1 do artigo 5º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº 2, do Art. 7.º do RSMa.	G1
SMA/2492/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário actualização extraordinária da renda ao abrigo da Lei nº 31/2011 de 14-08, incumprimento da alínea b) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº 2, do Art. 7.º do RSMa.	F
SMA/2495/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário redução rendimentos igual ou superior a 35%; valor do RAB registado está incorrecto incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMa. Candidatura incompleta, alínea b), nº 2, do Art. 7.º do RSMa.	F

Anexo II

1/2

15ª Edição do Subsídio Municipal ao Arrendamento SMA
Anexo II - Candidaturas Excluídas, por despacho da Exma Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, exarado em 2018-04-20,
sobre a INF/141/DMHDL/DPGH/DIMH/18

Nº Processo	Descrição	Motivo Exclução
SMA/2496/2017/4	Não comprova o cumprimento das alíneas b) e d) do nº 1 do artigo 5º do RSMA.	B1
SMA/2498/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 44324/DMHDL/2018 não está em nome do titular, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G1
SMA/2502/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 14036/DMHDL/2013 está indeferido, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Não anexou o contrato de arrendamento nem o recibo de renda actual, alíneas a) e b) do nº2 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G2
SMA/2503/2017/4	RMB incorrecto, não comprova o valor registado; não cumpre o limite mínimo da taxa de esforço, alínea e) do nº1 do artigo 5º do RSMA.	B1
SMA/2504/2017/4	Não comprova o cumprimento das alíneas b) e d) do nº1 do artigo 5º do RSMA.	B1
SMA/2505/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 44308/DMHDL/2018 não consta de lista homologada, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	A
SMA/2513/2017/4	Não apresentou o recibo de renda paga no mês da candidatura, incumprimento da alínea a) do nº2 do artigo 5º do RSMA. Candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	H2
SMA/2518/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 44178/DMHDL/2018 não consta de lista homologada, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	F
SMA/2524/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 36665/DMHDL/2017 está indeferido, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, incumprimentos da alínea e) do nº1 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G1
SMA/2526/2017/4	Não comprova o cumprimento das alíneas b) e d) do nº1 do artigo 5º do RSMA.	B1
SMA/2533/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário redução de rendimentos igual ou superior a 35%; incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, não anexou o contrato de arrendamento completo nem o recibo de renda actual, incumprimentos da alínea e) do nº1 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G
SMA/2536/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário redução de rendimentos igual ou superior a 35%; incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Reside em habitação subsidiada pela CML - Programa Renda Convencionada e não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, incumprimentos da alínea a) do nº2 e alínea e) do nº1 do artigo 5º do RSMA. Candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G1
SMA/2541/2017/4	Não comprova o cumprimento das alíneas b) e d) do nº1 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	H1
SMA/2548/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário redução rendimentos igual ou superior a 35%; os valores do RMB e do RAB registados estão incorrectos, incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Candidatura mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	F
SMA/2551/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário actualização extraordinária da renda ao abrigo da Lei nº 31/2011, de 14-08, incumprimento da alínea b) do nº1 do artigo 3º do RSMA.	A
SMA/2552/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário o processo RRAHM 44376/DMHDL/2018 não consta de lista homologada, incumprimento da alínea a) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, incumprimento da alínea e) do nº1 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G1
SMA/2554/2017/4	RMB incorrecto, não comprova o valor registado; não cumpre o limite mínimo da taxa de esforço, incumprimento da alínea e) do nº1 do artigo 5º do RSMA.	B1
SMA/2555/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário redução de rendimentos igual ou superior a 35%; os valores do RMB e do RAB registados estão incorrectos, incumprimento da alínea f) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Candidatura incompleta e mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G1
SMA/2556/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário desemprego, incumprimento da alínea f) do nº2 e nº2 do artigo 3º do RSMA. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, não anexou o recibo de renda actual, incumprimentos da alínea e) do nº1 e alínea b) do nº2 do artigo 5º do RSMA.	G
SMA/2559/2017/4	Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, não anexou o recibo de renda actual, incumprimentos da alínea e) do nº1 e alínea b) do nº2 do artigo 5º do RSMA.	H
SMA/2573/2017/4	Não comprova a condição de beneficiária perda de habitação por acção judicial de despejo em fase de execução incumprimento da alínea e) do nº1 do artigo 3º do RSMA. Candidatura incompleta e mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G2
SMA/2575/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário desemprego, incumprimento da alínea f) do nº1 e nº2 do artigo 3º do RSMA. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, incumprimento da alínea e) do nº1 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta e mal instruída, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G1
SMA/2576/2017/4	Não comprova a condição de beneficiário desemprego, incumprimento da alínea f) do nº1 e nº2 do artigo 3º do RSMA. Não comprova o RMB nem o cumprimento da taxa de esforço, não anexou o contrato de arrendamento, incumprimentos da alínea e) do nº1 e alínea a) do nº2 do artigo 5º do RSMA. Candidatura incompleta, alínea b), nº2, do Art. 7º do RSMA.	G

Anexo II

DIREÇÃO MUNICIPAL

ESTRUTURA VERDE, AMBIENTE E ENERGIA

DIVISÃO DE GESTÃO CEMITERIAL

Anúncio n.º 26/DMEVAE/DGC/18

Cemitério de Benfica

No âmbito do artigo 67.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa, dá-se conhecimento aos concessionários, ou seus representantes, que foi considerada prescrita a concessão do jazigo particular, abaixo mencionado:

- Jazigo particular n.º 79.

Lisboa, em 2018/05/04.

A chefe de divisão,
(a) Sara Gonçalves

Anúncio n.º 27/DMEVAE/DGC/18

Cemitério de Benfica

Jazigos particulares prescritos

No âmbito do artigo 67.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de Lisboa, dá-se conhecimento aos concessionários, ou seus representantes, que foram consideradas prescritas as concessões dos Jazigos particulares, abaixo mencionados:

- Jazigo particular n.º 2;
- Jazigo particular n.º 7.

Lisboa, em 2018/05/07.

A chefe de divisão,
(a) Sara Gonçalves

Processos deferidos

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 2/DMEVAE/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1248, de 2018/01/18):

Mudança de interessado de compartimento municipal (artigos T1.1.17 ou T7.6.3. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

3625/CML - Maria Helena da Silva Nunes.
8880/CML - Eduardo Filipe Veríssimo de Carlos Fernandes.
8995/CML - Gonçalo Maria Castaño Lopes Alves.
9057/CML - José Alves.
9083/CML - Luís Manuel Ferreira Reis Santos.

9195/CML - Patrícia dos Santos e Silva Aresta Branco.
9196/CML - Maria Guilhermina dos Santos Pereira da Silva.
9197/CML - Maria Guilhermina dos Santos Pereira da Silva.
9199/CML - Vítor Manuel Dias Gonçalves.
9203/CML - Rui Alexandre e Coutinho de Carvalho Gonçalves Gavalier de Moraes.
9206/CML - Ana Maria Esteves Pereira.
9267/CML - Maria de Lurdes Rodrigues das Neves Santos.

Buscas de restos mortais (artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

8851/CML - Alfredo Manuel Salvador Guilherme.
9018/CML - Herminia Maria da Cruz Prior.
9225/CML - Tiago José Ramos Martins.

Averbamento de jazigo particular ou sepultura perpétua (artigo 63.º do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T7.6.2. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

1326/CML - Maria Luísa Carneiro Calça e Pina.
7722/CML - Carolina de Oliveira.

Segunda via de título ou alvará (artigo 53.º - n.º 4 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T7.6.2.1. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

3222/CML - Clara Maria Palha Teotónio Pereira.
3224/CML - Clara Maria Palha Teotónio Pereira.

Averbamento e 2.ª via de título ou alvará (artigos 63.º e 53.º - n.º 4 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T7.6.2. e T7.6.2.1. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

4830/CML - Penélope Pinção Rodrigues Clarinha Castelo Paulo e outro.

CEMITÉRIO DO ALTO DE S. JOÃO

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2018/05/04 (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 2/DMEVAE/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1248, de 2018/01/18):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

979 - António Manuel Roque da Silva Ramos.
990 - Armando Nuno da Silva Pinto.
991 - Maria de Lourdes de Jesus Correia.
992 - Pedro Domingos Custódio Alves Rodrigues.
993 - Pedro Domingos Custódio Alves Rodrigues.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 113.º do Código Procedimento Administrativo.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

980 - Maria Teresa Valente Braz de Matos.

Limpeza geral em jazigo particular (artigos 90.º e 91.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.1 da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

978 - Pedro Roque de Pinho de Oliveira Reis.

Vistoria técnica em jazigo particular (artigo 127.º do Código do Procedimento Administrativo)

850 - João Augusto Camelo Machado Santos.

865 - Maria da Luz Gomes.

866 - Maria Dolores Simões Pardelhas de Oliveira.

880 - Maria de Fátima Albuquerque Mateus Jorge.

884 - Maria Helena da Cunha Lino Mendonça.

893 - Helena Maria Alves Martins de Araújo Sequeira.

898 - Maria José Falcão Trigoso da Cunha Vilas-Boas.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 113.º do Código Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DOS PRAZERES

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2018/05/04 (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 2/DMEVAE/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1248, de 2018/01/18):

Limpeza geral em jazigo particular (artigos 90.º e 91.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.1 da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

927 - João Alberto Ferreira Pinto Basto.

1007 - Adolfo Manuel Barroso Leal.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 113.º do Código Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DA AJUDA

Petição deferida

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2018/05/04 (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 2/DMEVAE/

/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1248, de 2018/01/18):

Vistoria técnica em sepultura perpétua (artigo 127.º do Código do Procedimento Administrativo)

2172/17 - Manuel Filipe Simões Franco Ventura. - *A licença de obra, relativa à petição, atrás indicada, deverá ser paga na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário será a petição Arquivada, nos termos do n.º 1 do artigo 113.º do Código Procedimento Administrativo.*

CEMITÉRIO DE BENFICA

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2018/05/04 (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 2/DMEVAE/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1248, de 2018/01/18):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 4 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

984 - Rui Pedro Colaço Bordalo da Silva.

997 - José Alberto Correia dos Reis Dias.

998 - Maria Margarida Quintino Marcos da Fonseca.

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

994 - Fernandina dos Santos Maurício Duarte.

995 - Maria Adelaide Martins Rosa.

996 - Maria de Fátima dos Santos de Almeida Sá.

999 - Maria de Lurdes Almeida Marques.

1000 - Francisco José Dias Damas.

1001 - Adolfo Ferreira Figueiredo.

1002 - Filomena Guimarães Romão Pereira.

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5-B (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

983 - Maria Madalena Rolo dos Reis Ângelo.

Gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.1. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

950 - Luís Fernando Muñoz Moura.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

951 - Maria Cassilda de Carvalho Lousá e Carvalho.

981 - Jovelina Armada de Almeida Cabral Oliveira.

1003 - Maryse de Menezes Barbosa Vicente da Cunha Leal.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em jazigo municipal (artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

982 - Alfredo Baptista Alves.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 113.º do Código Procedimento Administrativo.

CEMITÉRIO DOS OLIVAIS

Petições deferidas

Por despacho da chefe da Divisão de Gestão Cemiterial, Dr.ª Sara Gonçalves, de 2018/05/04 (ao abrigo do Despacho, de subdelegação de competências, n.º 2/DMEVAE/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1248, de 2018/01/18):

Colocação de revestimento de sepultura temporária - Mod. 5 (artigo 98.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1. e T7.6.6. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

988 - António Nunes Pinto.

Colocação de chapa com gravação de epitáfio em ossário municipal artigo 97.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigo T1.1.17. da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

987 - Maria Alcina Gonçalves Carôla.

Limpeza geral em jazigo particular (artigos 90.º e 91.º - 1 do Regulamento dos Cemitérios Municipais e artigos T1.1.1 e T7.6.9 da Tabela de Taxas Municipais em vigor)

974 - Sara Miriam Sezifredo Benvinda de Sampaio e d'Andrade.

As licenças de obras, relativas às petições, atrás indicadas, deverão ser pagas na Secretaria do Cemitério, no prazo de 30 dias, contados a partir da data desta publicação, de contrário serão as petições Arquivadas, nos termos do n.º 1 do artigo 113.º do Código Procedimento Administrativo.

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA VERDE

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS VERDES

Despacho n.º 3/DMEVAE/DEV/DCREV/18

Suplência

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício das funções e competências que me foram cometidas;

Considerando que o período previsível de ausência, motivado pelo gozo de férias, é inferior a 60 dias, não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previstos no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional, Local e do Estado;

Considerando, assim, que a presente substituição fica sujeita ao regime geral previsto no n.º 2 do artigo 42.º do Código de Procedimento Administrativo.

Designo para me substituir durante a minha ausência, no dia 10 de maio de 2018, a técnica superior Helena Palma, a desempenhar funções nesta Divisão de Construção e Requalificação de Espaços Verdes.

Lisboa, em 2018/05/08.

O chefe de divisão,

(a) Rui Anjos

DIREÇÃO MUNICIPAL

MOBILIDADE E TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MOBILIDADE E TRÁFEGO

Processos deferidos

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 2.ª emissão

6305/CML - Auto Táxis Jalgo, Ltd.ª - Licença n.º 658. - Nos termos da Informação n.º 706/DMMT/DGMT/18.

29 523/CML/17 - Volancoop - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 1909. - Nos termos da Informação n.º 669/DMMT/DGMT/18.

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 3.ª emissão

6875/CML - Auto Táxis Cristina Miguel, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1499. - Nos termos da Informação n.º 705/DMMT/DGMT/18.

5997/CML - Luís & Elízia, Ltd.ª - Licença n.º 2702. - Nos termos da Informação n.º 674/DMMT/DGMT/18.

8047/CML - Auto Táxis Fortunato & Fortunato, Ltd.ª - Licença n.º 2941. - Nos termos da Informação n.º 682/DMMT/DGMT/18.

695/CML - Futuro Catita, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 3445. - Nos termos da Informação n.º 707/DMMT/DGMT/18.

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 3.ª emissão

6834/CML - Transportes Cartense, Ltd.ª - Licença n.º 1746.
- *Nos termos da Informação n.º 695/DMMT/DGMT/18.*

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 4.ª emissão

6378/CML - Táxis Gonçalves & Mota, Ltd.ª - Licença n.º 572.
- *Nos termos da Informação n.º 704/DMMT/DGMT/18.*

6579/CML - A. J. Fouto, Ltd.ª - Licença n.º 903. - *Nos termos da Informação n.º 672/DMMT/DGMT/18.*

7653/CML - Auto Táxis Fermago, Ltd.ª - Licença n.º 1672.
- *Nos termos da Informação n.º 675/DMMT/DGMT/18.*

5733/CML - Penelas & Araújo, Ltd.ª - Licença n.º 1829. -
Nos termos da Informação n.º 694/DMMT/DGMT/18.

Pedidos de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 5.ª emissão

7968/CML - Táxis Borges Matos, Ltd.ª - Licença n.º 280. -
Nos termos da Informação n.º 679/DMMT/DGMT/18.

5879/CML - Tradição Alfacinha, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 288. - *Nos termos da Informação n.º 708/DMMT/DGMT/18.*

6879/CML - Táxis António Marques dos Santos, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1124. - *Nos termos da Informação n.º 673/DMMT/DGMT/18.*

6568/CML - Alfredo Pinto Mateus, Ltd.ª - Licença n.º 1537.
- *Nos termos da Informação n.º 670/DMMT/DGMT/18.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de titularidade - 5.ª emissão

4261/CML - Dinastia Itinerante - Táxis, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 2822. - *Nos termos da Informação n.º 681/DMMT/DGMT/18.*

Pedido de substituição de licenças de táxis por substituição de veículo - 6.ª emissão

6371/CML - Martagon Táxis Auto, Ltd.ª - Licença n.º 3048.
- *Nos termos da Informação n.º 696/DMMT/DGMT/18.*

Revogação de despachos

Arquivamento dos processos relativos aos pedidos de substituição de licença

6501/DMSC/03 - Auto Táxis Jalgo, Ltd.ª - Licença n.º 658.

No *Boletim Municipal* n.º 497, datado de 2003/08/28, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 721/DMMT/DGMT/18.

9154/DMSC/03 - Volancoop - Cooperativa de Táxis de Lisboa, CRL - Licença n.º 1909.

No *Boletim Municipal* n.º 510, datado de 2003/11/27, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 691/DMMT/DGMT/18.

939/CML/09 - Auto Táxis Fortunato & Fortunato, Ltd.ª - Licença n.º 2941.

No *Boletim Municipal* n.º 782, datado de 2009/02/12, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 700/DMMT/DGMT/18.

2599/CML/09 - Auto Táxis Anjos & Silva, Ltd.ª - Licença n.º 1746.

No *Boletim Municipal* n.º 789, datado de 2009/04/02, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 711/DMMT/DGMT/18.

7077/CML/12 - Luís & Elisia, Ltd.ª - Licença n.º 2702.

No *Boletim Municipal* n.º 969, datado de 2012/09/13, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 692/DMMT/DGMT/18.

18 329/CML/12 - Auto Táxis Fermago, Ltd.ª - Licença n.º 1672.

No *Boletim Municipal* n.º 985, datado de 2013/01/03, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 690/DMMT/DGMT/18.

15 092/CML/12 - Auto Táxis Cristina Miguel, Unipessoal, Ltd.ª - Licença n.º 1499.

No *Boletim Municipal* n.º 991, datado de 2013/02/14, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 720/DMMT/DGMT/18.

26 343/CML/12 - Táxis Gonçalves & Mota, Ltd.ª - Licença n.º 572.

No *Boletim Municipal* n.º 1001, datado de 2013/04/26, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 722/DMMT/DGMT/18.

23 452/CML/11 - Táxis Borges Matos, Ltd.ª - Licença n.º 280.

No *Boletim Municipal* n.º 1008, datado de 2013/06/14, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 701/DMMT/DGMT/18.

28 456/CML/12 - Tradição Alfacinha, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 288.

No *Boletim Municipal* n.º 1008, datado de 2013/06/14, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 723/DMMT/DGMT/18.

8507/CML/14 - Auto Táxis Portela Rocha, Sociedade Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 2822.

No *Boletim Municipal* n.º 1057, datado de 2014/05/22, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 702/DMMT/DGMT/18.

27481/CML/13 - Táxis António Marques dos Santos, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 1124.

No *Boletim Municipal* n.º 1062, datado de 2014/06/26, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 688/DMMT/DGMT/18.

19 240/CML/14 - A. J. Fouto, Ltd.^a - Licença n.º 903.

No *Boletim Municipal* n.º 1080, datado de 2014/10/30, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 687/DMMT/DGMT/18.

28 339/CML/15 - Alfredo Pinto Mateus, Ltd.^a - Licença n.º 1537.

No *Boletim Municipal* n.º 1143, datado de 2016/01/14, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 689/DMMT/DGMT/18.

35/CML/17 - Penelas & Araújo, Ltd.^a - Licença n.º 1829.

No *Boletim Municipal* n.º 1198, datado de 2017/02/02, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 712/DMMT/DGMT/18.

29 606/CML/17 - Martagon Táxis Auto, Ltd.^a - Licença n.º 3048.

No *Boletim Municipal* n.º 1205, datado de 2017/03/23, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 713/DMMT/DGMT/18.

23 072/CML/17 - Futuro Catita, Unipessoal, Ltd.^a - Licença n.º 3445.

No *Boletim Municipal* n.º 1237, datado de 2017/11/02, foi revogado o despacho de Deferido para *Arquivado*, nos termos da Informação n.º 724/DMMT/DGMT/18.

UNIDADE DE COORDENAÇÃO TERRITORIAL

DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS DE PROXIMIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Despacho n.º 2/UCT/DEPEP/2018

Subdelegação de competências - Divisão de Promoção e Dinamização Local

I - Nos termos do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação e do disposto nos artigos 46.º e seguintes e 55.º, n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro) e, considerando as competências que me foram subdelegadas pela diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.ª Helena Caria, através do Despacho n.º 6/UCT/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1262, de 26 de abril de 2018, subdelego na chefe da Divisão de Promoção e Dinamização Local, Dr.ª Maria Luísa da Costa Martinez, ou em quem legalmente a substitua, relativamente às matérias da referida Divisão, definidas na nova Orgânica dos Serviços Municipais, publicada no «Diário da República» - 2.ª Série, n.º 98, de 21 de maio, através do Despacho n.º 5347/2015 e da Deliberação n.º 876/2015, as seguintes competências:

A - Em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexa:

- 1 - Exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências necessárias e instrumentais à formação e condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação da minuta e a outorga do contrato, previstas no artigo 98.º e no n.º 1 do artigo 106.º do CCP. Decidir sobre impugnações administrativas apresentadas nos termos do disposto nos artigos 267.º e seguintes do CCP, bem como, em sede de execução de contratos públicos, todas as competências atribuídas à entidade adjudicante, incluindo o respeitante a contratos sem valor e decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa;
- 2 - Submeter a aprovação os Projetos, Programas de Concurso e Cadernos de Encargos de empreitadas e aquisição de bens e serviços e outros contratos, cuja autorização lhe caiba, nos termos da alínea anterior;
- 3 - Desenvolver procedimentos tendentes à aquisição e locação de bens e serviços, nos termos e limites estabelecidos no presente Despacho;
- 4 - Remeter ou propor a remessa ao Departamento de Aproveitamentos os anúncios e as peças patenteadas para efeitos de abertura de procedimentos de locação e aquisição de bens e serviços, quando aplicável;
- 5 - Nos casos em que o contrato não implique o pagamento de um preço pelo Município de Lisboa, e se inscreva nas competências da respetiva Unidade Orgânica, tomar a decisão de contratar;

- 6 - Visar e apor visto nas faturas;
- 7 - Praticar os demais atos jurídicos e operações materiais e instrumentais decorrentes do normal desenvolvimento dos procedimentos de contratação devidamente autorizados, nos termos estabelecidos no presente Despacho.

B - Em matéria de procedimento do ato administrativo e conexa:

- 1 - Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos cuja competência decisória me tenha sido delegada ou subdelegada, no âmbito das matérias da Divisão de Promoção e Dinamização Local, praticando todos os atos e formalidades de caráter instrumental necessários e assegurar a execução das deliberações e despachos respetivos;
- 2 - No âmbito das matérias da Divisão de Promoção e Dinamização Local, dirigir a instrução dos procedimentos administrativos, determinando e promovendo a realização das diligências que entenda convenientes e assegurando o cumprimento dos prazos de conclusão dos mesmos;
- 3 - Praticar os atos administrativos, incluindo a decisão final, bem como gerir os assuntos e procedimentos que se encontram atribuídos à Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 4 - Proceder aos registos que se mostrem necessários no âmbito da Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 5 - Proceder à junção de documentos nos procedimentos administrativos em curso, no âmbito da Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 6 - Enviar documentação a qualquer Unidade Orgânica Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão, bem como para conhecimento das decisões tomadas;
- 7 - Informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais e regulamentares, relativamente a todos os processos que corram na Divisão de Promoção e Dinamização Local e careçam de decisão superior nos termos do disposto da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 8 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação dos respetivos Serviços e assegurar os contactos e a colaboração com as entidades responsáveis pela produção de estatísticas com interesse para a Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 9 - Promover a publicação em *Boletim Municipal* e, quando a lei expressamente o determine, em «Diário da República», das decisões destinadas a ter eficácia externa, nos termos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 10 - Propor respostas às reclamações e outras comunicações apresentadas, nos termos dos artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril;
- 11 - Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 12 - Realizar a audiência prévia dos interessados, nos termos dos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;
- 13 - Convidar os requerentes a suprir deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente por virtude de simples irregularidades ou de mera imperfeição na respetiva formulação;

- 14 - Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível, nos termos do artigo 108.º do CPA;
- 15 - Informar os particulares, sempre que o requirem, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados;
- 16 - Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias;
- 17 - Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- 18 - Declarar a extinção dos procedimentos administrativos em curso na Divisão de Promoção e Dinamização Local, ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 95.º do CPA e consequente arquivo;
- 19 - Assinar ou visar a correspondência com destino a pessoas coletivas ou singulares de direito privado e a quaisquer entidades ou organismos de direito público, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Procurador-Geral da República e com Presidentes de outras Câmaras Municipais;
- 20 - Solicitar e fornecer informações a outros Serviços Municipais ou a entidades externas ao Município, no âmbito das atribuições da Divisão de Promoção e Dinamização Local e com exceção das entidades anteriormente referidas;
- 21 - Promover a consulta às entidades que, nos termos da legislação em vigor, devam emitir autorização, aprovação ou parecer sobre pedidos cuja instrução esteja funcionalmente cometida à Divisão de Promoção e Dinamização Local, com exceção das anteriormente referidas;
- 22 - Assinar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade e respetiva rubrica, e chancela nas folhas;
- 23 - Homologar autos de extravio e autos de abate ou inventário dos bens do domínio privado do Município, bens móveis e semoventes incapazes ou inúteis para o serviço e afetos à Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 24 - Promover as ações necessárias à administração corrente e à conservação do património municipal móvel, nomeadamente assegurar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis do Município afetos à Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 25 - Designar os representantes para avaliação dos danos causados em bens do património municipal ou dele desviado, quando afeto à Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 26 - Propor os representantes do Município para fins judiciais, no âmbito de processos relacionados com a Divisão de Promoção e Dinamização Local;
- 27 - Modificar ou revogar os atos praticados por funcionários ou agentes do respetivo Serviço;
- 28 - Liquidar as taxas e outras receitas, no âmbito das competências subdelegadas pelo presente Despacho, bem como autorizar o pagamento em prestações, durante o prazo de pagamento voluntário, no âmbito atribuídas à Divisão de Promoção e Dinamização local;
- 29 - Conceder licenças de harmonia com o disposto nas leis e regulamentos no âmbito das áreas ora delegadas.

C - Em matéria de recursos humanos:

- 1 - Aprovar e alterar o mapa de férias, autorizar a sua acumulação no ano civil imediato, e tomar as restantes decisões relativas a férias com respeito pelo interesse do Serviço;
- 2 - Justificar ou injustificar faltas;
- 3 - Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, reuniões, seminários e cursos de formação em regime de autoformação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, quando não importem custos para o Serviço;
- 4 - Propor a realização de trabalho suplementar, nos termos legais aplicáveis, relativamente à Divisão de Promoção e Dinamização Local, no quadro das orientações definidas para o efeito;
- 5 - Propor a instauração de processos de inquérito e de averiguações, a nomeação dos respetivos inquiridores e propor o respetivo arquivamento ou instauração de processo disciplinar, sem prejuízo do disposto no artigo 197.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

D - Em matéria de Promoção e Dinamização Local:

- 1 - Praticar os atos necessários à gestão e a dinamização dos Mercados Municipais, de acordo com as competências previstas no Regulamento Geral dos Mercados Retalhistas de Lisboa - RGMRL, de acordo com as competências previstas no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, sem prejuízo da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
- 2 - Praticar os atos necessários à administração do domínio público e privado municipal, no âmbito das competências subdelegadas no Serviço, designadamente no que respeita à emissão de permissões administrativas para a atividade do comércio a retalho não sedentário, exercido por feirantes e por vendedores ambulantes, para a atividade de prestação de serviços de restauração e/ou bebidas de caráter não sedentários e ocupações temporárias de espaço público com venda de produtos e/ou serviços, de acordo com as competências previstas no Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, e nos instrumentos regulamentares aplicáveis, sem prejuízo da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, aprovada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
- 3 - Coordenar a atividade dos médicos-veterinários municipais, nas vistorias dos Planos de Aprovação e Controlo de Estabelecimentos (PACE) de Comércio a Retalho e de Cantinas Escolares, sob coordenação da Direção de Serviços Veterinários da Região de Lisboa e Vale do Tejo, bem como no âmbito da aprovação dos Centros de Atendimento Médico-Veterinário (CAMV);
- 4 - Assegurar o controlo da atividade do comércio a retalho não sedentário, exercido por feirantes e por vendedores ambulantes, da atividade de prestação de serviços de restauração e/ou bebidas de caráter não sedentários,

através da sua fiscalização, sem prejuízo da transferência de competências para as Juntas de Freguesia, aprovada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;

- 5 - Promover a gestão de quiosques concessionados em espaço público, com exceção dos inseridos em espaços verdes ou que estejam sob a tutela doutro Serviço da Edilidade.

II - Autorizo a prática por parte da chefe da Divisão de Promoção e Dinamização Local, Dr.ª Maria Luísa da Costa Martinez, ou de quem legalmente a substitua, de atos de administração ordinária nas matérias não subdelegadas.

III - No uso das competências subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

IV - Ao abrigo do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os atos administrativos entretanto praticados pela chefe da Divisão de Promoção e Dinamização Local, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências, bem como os atos entretanto praticados no âmbito da formação e execução de contratos públicos para a realização de despesas com a aquisição e locação de bens móveis e serviços, cuja despesa não exceda 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos).

V - O presente Despacho produz efeitos a partir da data da respetiva publicação.

Lisboa, em 2018/05/09.

O diretor do Departamento das Estruturas de Proximidade e Espaço Público,
(a) *Tiago Ramos*

Despacho n.º 3/UCT/DEPEP/2018

Subdelegação de competências - Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade

I - Nos termos do artigo 38.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação e do disposto nos artigos 46.º e seguintes e 55.º, n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro) e, considerando as competências que me foram subdelegadas pela diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.ª Helena Caria, através do Despacho n.º 6/UCT/2018, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1262, de 26 de abril de 2018, subdelego no chefe da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, Dr. Carlos Manuel Mendes Lopes Loureiro, ou em quem legalmente o substitua, relativamente às matérias da referida Divisão, definidas na nova Orgânica dos Serviços

Municipais, publicada no «Diário da República», 2.^a Série, n.º 98, de 21 de maio, através do Despacho n.º 5347/2015 e da Deliberação n.º 876/2015, as seguintes competências:

A - Em matéria de realização de despesa, contratação pública e conexa:

- 1 - Exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências necessárias e instrumentais à condução do respetivo procedimento, incluindo a aprovação da minuta do contrato e a sua outorga, previstas no artigo 98.º e no n.º 1 do artigo 106.º do CCP; decidir sobre impugnações administrativas apresentadas nos termos do disposto nos artigos 267.º e seguintes do CCP; bem como, em sede de execução de contratos públicos, exercer as competências atribuídas à entidade adjudicante, incluindo no que diz respeito a contratos sem valor, e ainda no respeitante à decisão sobre pedidos que não impliquem a realização de despesa;
- 2 - Aprovar os Projetos, Programas de Concurso e Cadernos de Encargos de empreitadas e aquisição de bens e serviços e outros contratos, cuja autorização lhe caiba, nos termos do artigo anterior do n.º 1 supra;
- 3 - Desenvolver procedimentos tendentes à aquisição e locação de bens e serviços, nos termos e limites estabelecidos no presente Despacho;
- 4 - Remeter ou propor a remessa ao Departamento de Aprovisionamentos os anúncios e as peças patenteadas para efeitos de abertura de procedimentos de formação de contratos de locação e aquisição de bens e serviços, quando aplicável;
- 5 - Nos casos em que o contrato não implique o pagamento de um preço pelo Município de Lisboa, e se inscreva nas competências da respetiva Unidade Orgânica, tomar a decisão de contratar;
- 6 - Visar e apor visto nas faturas;
- 7 - Praticar os demais atos jurídicos e operações materiais e instrumentais decorrentes do normal desenvolvimento dos procedimentos de contratação devidamente autorizados, nos termos estabelecidos no presente Despacho.

B - Em matéria de procedimento do ato administrativo e conexa:

- 1 - Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos cuja competência decisória me tenha sido delegado ou subdelegado, no âmbito das matérias da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, praticando todos os atos e formalidades de caráter instrumental necessários e assegurar a execução das deliberações e despachos respetivos;
- 2 - No âmbito das atribuições da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, dirigir a instrução dos procedimentos administrativos, determinando e promovendo a realização das diligências que entenda convenientes e assegurando o cumprimento dos prazos de conclusão dos mesmos;
- 3 - Praticar os atos administrativos, incluindo a decisão final, bem como gerir os assuntos e procedimentos que se encontram atribuídos à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;
- 4 - Proceder aos registos que se mostrem necessários no âmbito da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;

- 5 - Proceder à junção de documentos nos procedimentos administrativos em curso, no âmbito da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;
- 6 - Endereçar respostas às reclamações apresentadas no âmbito do respetivo Serviço;
- 7 - Enviar documentação a qualquer Unidade Orgânica Municipal que, nos termos das normas e instruções em vigor, tenha de pronunciar-se antes da decisão, bem como para conhecimento das decisões tomadas;
- 8 - Informar por escrito, no processo, se foram cumpridas todas as obrigações legais e regulamentares, relativamente a todos os processos que corram na Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade e careçam de decisão superior nos termos do disposto da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 9 - Promover a compilação e tratamento de informação estatística necessária às diferentes áreas de atuação dos respetivos Serviços e assegurar os contactos e a colaboração com as entidades responsáveis pela produção de estatísticas com interesse para a Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;
- 10 - Promover a publicação em *Boletim Municipal* e, quando a lei expressamente o determine, em «Diário da República», das decisões destinadas a ter eficácia externa, nos termos do disposto no artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 11 - Propor respostas às reclamações e outras comunicações apresentadas, nos termos dos artigos 37.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril;
- 12 - Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 13 - Realizar a audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;
- 14 - Convidar os requerentes a suprir deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente por virtude de simples irregularidades ou de mera imperfeição na respetiva formulação;
- 15 - Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível, nos termos do n.º 3 dos artigos 108.º do CPA;
- 16 - Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados;
- 17 - Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias;
- 18 - Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- 19 - Declarar a extinção dos procedimentos administrativos em curso na Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, por desistência ou renúncia dos requerentes, ou por deserção, nos termos dos artigos 131.º e 132.º do CPA, respetivamente, e consequente arquivo;
- 20 - Declarar a extinção dos procedimentos administrativos em curso na Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, por impossibilidade ou inutilidade superveniente e a não decisão, ao abrigo do disposto no artigo 95.º do CPA, e consequente arquivo;
- 21 - Promover o andamento de processos já objeto de decisão final, e a remessa e requisição de processos ao arquivo;
- 22 - Assinar ou visar a correspondência com destino a pessoas coletivas ou singulares de direito privado e a quaisquer entidades ou organismos de direito público, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos

Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Procurador-Geral da República e com Presidentes de outras Câmaras Municipais;

23 - Solicitar e fornecer informações a outros Serviços Municipais ou a entidades externas ao Município, no âmbito das atribuições da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade e com exceção das entidades anteriormente referidas;

24 - Promover a consulta às entidades que, nos termos da legislação em vigor, devam emitir autorização, aprovação ou parecer sobre pedidos cuja instrução esteja funcionalmente cometida à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, com exceção das anteriormente referidas;

25 - Propor o relacionamento com entidades públicas e privadas e emitir pareceres no âmbito das áreas objeto da presente subdelegação;

26 - Assinar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade e respetiva rubrica e chancela nas folhas;

27 - Homologar autos de extraviu e autos de abate ou inventário dos bens do domínio privado do Município, bens móveis e semoventes incapazes ou inúteis para o serviço e afetos à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;

28 - Promover as ações necessárias à administração corrente e à conservação do património municipal móvel, nomeadamente assegurar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis do Município afetos à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;

29 - Designar os representantes para avaliação dos danos causados em bens do património municipal ou dele desviado, quando afeto à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;

30 - Propor os representantes do Município para fins judiciais, no âmbito de processos relacionados com a Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;

31 - Modificar ou revogar os atos praticados por funcionários ou agentes do respetivo Serviço;

32 - Liquidar as taxas e outras receitas, no âmbito das competências subdelegadas pelo presente despacho;

33 - Autorizar o pagamento em prestações, durante o prazo de pagamento voluntário de taxas, no âmbito das competências atribuídas à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade;

34 - Conceder licenças de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas no âmbito das áreas ora delegadas.

C - Em matéria de recursos humanos:

1 - Aprovar e alterar o mapa de férias, autorizar a sua acumulação no ano civil imediato, e tomar as restantes decisões relativas a férias com respeito pelo interesse do Serviço;

2 - Justificar ou injustificar faltas;

3 - Autorizar a inscrição e participação de pessoal em congressos, reuniões, seminários e cursos de formação em regime de autoformação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional, quando não importem custos para o Serviço;

4 - Propor a realização de trabalho suplementar, nos termos legais aplicáveis, relativamente à Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, no quadro das orientações definidas para o efeito;

5 - Propor a instauração de processos de inquérito e de averiguações, a nomeação dos respetivos inquiridores e propor o respetivo arquivamento ou instauração de processo disciplinar, sem prejuízo do disposto no artigo 197.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

D - Em matéria de Gestão do Espaço Público e Publicidade:

1 - Praticar os atos necessários para administrar o domínio público municipal, no âmbito das competências dos Serviços cuja competência é subdelegada, designadamente no que respeita à emissão de permissões para a ocupação do espaço público;

2 - Gerir a ocupação e utilização de espaços públicos ou afetos ao domínio público, por mobiliário urbano ou pela afixação de mensagens publicitárias em bens ou espaços pertencentes ao domínio público ou deles visíveis, decidir os respetivos processos, bem como decidir os pedidos de licenciamento de natureza circunstancial;

3 - Promover a elaboração e assegurar o cumprimento da regulamentação da ocupação e utilização do espaço público por mobiliário ou pela afixação de mensagens publicitárias em bens ou espaços afetos ao domínio público ou deles visíveis, tendo como objetivos a preservação e valorização do espaço público, dos imóveis, dos sistemas de vista, da imagem dos espaços verdes e a satisfação do interesse público;

4 - Gerir a plataforma de agendamento partilhado de ocupações temporárias de espaço público em Lisboa (municipais e das freguesias);

5 - Assegurar o controlo e preservação do espaço público através da fiscalização da sua ocupação e utilização e do estado das áreas e dos equipamentos que o integram, tomando conta de todos os eventos ou circunstâncias suscetíveis de implicar responsabilidade por contraordenação e tomar as medidas necessárias para impedir o desaparecimento de provas;

6 - Determinar a remoção voluntária ou coerciva de mobiliário urbano e publicidade, nos termos legais;

7 - Praticar todos os atos cometidos ao Presidente da Câmara Municipal, que me foram delegados ou subdelegados, no âmbito do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril (Licenciamento Zero), designadamente em matéria de ocupação do espaço público e afixação ou inscrição de mensagens publicitárias, sem prejuízo das competências atribuídas à Direção Municipal de Urbanismo, no que respeita ao controlo prévio e fiscalização de matérias urbanísticas;

8 - Exercer as competências que me foram delegadas ou subdelegadas, previstas no Regulamento Geral de Mobiliário Urbano e Ocupação da Via Pública (Edital n.º 101/91);

9 - Reconhecer a caducidade das licenças de ocupação da via pública com mobiliário urbano e determinar o seu cancelamento, nos termos legais;

10 - Relativamente ao licenciamento de recintos de espetáculos e divertimentos públicos, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, na sua redação atual, que me foram subdelegadas e sem prejuízo das competências dos demais Serviços Municipais, designadamente em matéria de Urbanismo;

11 - Relativamente ao licenciamento de recintos itinerantes e improvisados, nos termos do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, exercer todas as competências que me foram subdelegadas.

- 12 - Sem prejuízo da transferência de competências para as Freguesias, exercer as competências previstas nas alíneas c), d), f) e h) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro e no respetivo regime jurídico do licenciamento municipal do exercício e da fiscalização dessas atividades;
- 13 - Exercer as competências conferidas pela Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, ao Presidente da Câmara, bem como as demais a este cometidas ou delegadas e que me foram subdelegadas, previstas na lei e em regulamentos municipais, referentes à publicidade na via pública;
- 14 - Estabelecer, gerir e acompanhar contratos de mobiliário urbano publicitário e contratos de publicidade exterior;
- 15 - Determinar a revogação das licenças de publicidade por incumprimento das condições de licenciamento;
- 16 - Autorizar as vistorias previstas na lei;
- 17 - Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;
- 18 - Propor o alargamento e restrição de horários de funcionamento dos estabelecimentos, nos termos legalmente previstos;
- 19 - Promover a gestão de bancas e quiosques em espaço público, com exceção dos inseridos em espaços verdes ou que estejam sob a tutela doutro serviço da Edilidade.

II - Autorizo a prática por parte do chefe da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, Dr. Carlos Manuel Mendes Lopes Loureiro, ou de quem legalmente o substitua, de atos de administração ordinária nas matérias não subdelegadas.

III - No uso das competências subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

IV - O chefe da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, deve responder no prazo máximo de 5 dias úteis aos pedidos de informação por mim solicitados.

V - Ao abrigo do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os atos administrativos entretanto praticados pelo chefe da Divisão de Gestão do Espaço Público e Publicidade, que estejam em conformidade com a presente subdelegação de competências, bem como os atos entretanto praticados no âmbito da formação e execução de contratos públicos para a realização de despesas com a aquisição e locação de bens móveis e serviços, cuja despesa não exceda 24 939,89 euros (vinte e quatro mil novecentos e trinta e nove euros e oitenta e nove cêntimos).

VI - O presente Despacho produz efeitos a partir da data da respetiva publicação.

Lisboa, em 2018/05/09.

O diretor do Departamento das Estruturas de Proximidade e Espaço Público,

(a) *Tiago Ramos*

DIVISÃO DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE

Processos despachados

Por despacho do chefe de divisão, Dr. Carlos Lopes Loureiro (no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 5/UCT/DEPEP/2015, publicado no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1141, de 2015/12/30):

Deferidos

- 646/POEP - Maria Judite Moreira da Fonseca - Estrada de A-da-Maia, 19/19-C - Por despacho dado em 2018/04/30. - *Nos termos da Informação técnica n.º 20156/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 851/POEP - Vivi Film Portugal, Ltd.ª - Rua Maria Andrade, 1/1-A - Por despacho dado em 2018/04/30. - *Nos termos da Informação técnica n.º 21249/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 732/POEP - Câmara Municipal - Avenida Rio de Janeiro; Avenida do Brasil; Praça de Alvalade - Por despacho dado em 2018/04/30. - *Nos termos da Informação técnica n.º 21241/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 814/POEP - Garage Films, S. A. - Avenida António Augusto de Aguiar, 106/106-C - Por despacho dado em 2018/04/26. - *Nos termos da Informação técnica n.º 20822/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 835/POEP - Ag Films, Ltd.ª - Largo do Intendente Pina Manique, 1/10 - Por despacho dado em 2018/04/26. - *Nos termos da Informação técnica n.º 20799/INF/DGEPP/GESTURBE/18.*
- 754/POEP - Maria & Mayer, Ltd.ª - Rua David de Sousa, 10/10-B - Por despacho dado em 2018/04/24. - *Nos termos da Informação técnica n.º 20551/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 631/POEP - The Grape - Comunicação e Eventos, Unipessoal, Ltd.ª - Praça do Comércio - Por despacho dado em 2018/04/23. - *Nos termos da Informação técnica n.º 20278/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 712/POEP - No Mundo a 4k, Unipessoal, Ltd.ª - Avenida Machado Santos - Por despacho dado em 2018/04/20. - *Nos termos da Informação técnica n.º 19976/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 593/POEP - Câmara Municipal - Jardim do Campo Grande - Por despacho dado em 2018/04/20. - *Nos termos da Informação técnica n.º 19970/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 738/POEP - Videolotion, Ltd.ª - Largo da Achada - Por despacho dado em 2018/04/19. - *Nos termos da Informação técnica n.º 19586/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 759/POEP - Get Advertising New Group, Ltd.ª - Avenida Vinte e Quatro de Julho, 24/24-B - Por despacho dado em 2018/04/18. - *Nos termos da Informação técnica n.º 19429/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 373/POEP - Chiado 11 - Investimentos Imobiliários, Unipessoal, Ltd.ª - Rua António Maria Cardoso, 9/13 - Por despacho dado em 2018/04/16. - *Nos termos da Informação técnica n.º 18828/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*
- 465/POEP - Springevents - Organização de Eventos, Unipessoal, Ltd.ª - Praça da Estrela - Por despacho dado em 2018/04/13. - *Nos termos da Informação técnica n.º 18458/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.*

638/POEP - Despertalerta, Unipessoal, Ltd.^a - Avenida Cinco de Outubro, 197/197-B - Por despacho dado em 2018/04/13. - Nos termos da Informação técnica n.º 18512/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.

630/POEP - Até ao Fim do Mundo - Imagens e Comunicação, Ltd.^a - Rua de Xabregas, 48/58 - Por despacho dado em 2018/04/13. - Nos termos da Informação técnica n.º 18473/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.

448/POEP - Terratreme Filmes - Calçada de Castelo Picão, 17/21 - Por despacho dado em 2018/04/09. - Nos termos da Informação técnica n.º 17423/INF/DGEPP/GESTURBE/18.

433/POEP - Câmara Municipal - Avenida Ator António Silva - Por despacho dado em 2018/04/05. - Nos termos da Informação técnica n.º 16818/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.

Arquivados

570/POEP - Colinas e Caravelas, Ltd.^a - Rua de São João da Mata, 63/65 - Por despacho dado em 2018/04/20. - Nos termos da Informação técnica n.º 19283/INF/DGEPP/GESTURBE/2018.

324/POEP/17 - Câmara Municipal - Jardim do Campo Grande, lado ... - Por despacho dado em 2018/04/10. - Nos termos da Informação técnica n.º 52409/INF/DGEPP/GESTURBE/2017.

412/POEP/2018 - Sociedade Ótica Técnica Optec, Ltd.^a - Rua 8 (Bairro da Encarnação), 26 - Por despacho dado em 2018/04/02. - Nos termos da Informação técnica n.º 16205/INF/DGEPP/GESTURBE/18.

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL ORIENTAL

BRIGADA LX ORIENTAL

Auto de vistoria para efeito de consignação da obra

Por despacho da diretora municipal da Unidade de Coordenação Territorial, Dr.^a Helena Maria Pereira Caria (por subdelegação de competências ao abrigo do Despacho n.º 132/P/2017, de 12 de dezembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1244, de 21 de dezembro de 2017):

Por despacho de 8 de maio de 2018, foi homologado o Auto de vistoria para efeito de consignação da obra da «Empreitada n.º 51/UCT/UITOR/2016 - Construção de parque de estacionamento, junto à RTP/ISEL, na Rua Eng.º Ferreira Dias, Marvila», adjudicada à entidade Estrela do Norte, Engenharia e Construção, S. A.

UNIDADE DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL CENTRO HISTÓRICO

Processos arquivados

Por despacho da diretora de departamento da UITCH, de 2015/11/13 (por subdelegação de competências constante no Despacho n.º 8/UCT/2015, publicado no Boletim Municipal n.º 1136, de 26 de novembro de 2015):

248/RLU/14 - Largo Dr. António Sousa Macedo, 5 / Travessa do Convento de Jesus, 2/8 - Por despacho dado em 2018/03/08. - Com os seguintes fundamentos: Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 95.º do Código Procedimento Administrativo. À Secretaria para actualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

208/RLU - Rua da Bica Duarte Belo, 44/46 - Por despacho dado em 2018/03/08. - Com os seguintes fundamentos: Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 95.º do Código Procedimento Administrativo. À Secretaria para actualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

223/RLU - Rua da Boavista, 76/78 - Por despacho dado em 2018/03/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 95.º do Código Procedimento Administrativo. À Secretaria para actualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

222/RLU - Rua da Quintinha, 2/10 - Por despacho dado em 2018/03/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 95.º do Código Procedimento Administrativo. À Secretaria para actualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

235/RLU - Rua da Bica Duarte Belo, 30/34 - Por despacho dado em 2018/03/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 95.º do Código Procedimento Administrativo. À Secretaria para actualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

231/RLU/14 - Rua da Boavista, 116/118 - Por despacho dado em 2018/03/15. - Com os seguintes fundamentos: Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA). À Secretaria para actualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

332/RLU - Rua da Imprensa Nacional, 34/34-A - Por despacho dado em 2018/04/26. - Com os seguintes fundamentos: Concordo. Declaro a extinção do procedimento nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA). À Secretaria para actualizar a base de dados. É de arquivar o processo. À DAM.

OS INTERESSADOS
PODERÃO CONSULTAR
OS RESPECTIVOS
PROCESSOS

ANÚNCIOS, AVISOS, EDITAIS E NOTICIÁRIO

ANÚNCIOS

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 621/UCT/DGEP/2018

Declaração de imóveis parcialmente devolutos

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Considerando as competências atribuídas aos Municípios pelo Decreto-Lei n.º 159/2006, de 08/08, a Câmara Municipal de Lisboa desenvolveu os procedimentos administrativos tendentes à identificação dos prédios ou frações autónomas devolutos e respetiva comunicação à Direção-Geral de Contribuições e Impostos.

2 - No âmbito dos procedimentos referidos, foram notificados os sujeitos passivos do Imposto Municipal sobre Imóveis, quer da intenção da Câmara na declaração de devoluto, no âmbito da audiência dos interessados, realizada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, quer do ato administrativo de declaração de prédio ou fração devolutos.

3 - Pelo que, por despachos do Senhor Vereador Manuel Salgado, datados de 2017/05/07, foram declarados parcialmente devolutos os seguintes prédios:

Morada	Processo	Freguesia	Observações
R Rebelo da Silva, 34	543/RLU/2017	Arroios	Loja, 1.º
R Vale Formoso de Cima, 252-262	576/RLU/2017	Marvila França	1.º dtº e 1.º esqº
Az das Freiras, 29- 29º, Az das Freiras, 29 A (porta 3)	275/RLU/2018	Carnide	Nº 29 e nº 29 A Porta 3
R João de Oliveira Miguens, 3-3B	215/RLU/2018	Alcântara	Fração FB
R João de Oliveira Miguens, 3-3B	214/RLU/2018	Alcântara	Fração FA
R do Alvito, 104	213/RLU/2018	Alcântara	Fração F
R Gonçalves Crespo, 13-15	478/RLU/2017	Arroios	RC

4 - Os atos administrativos objeto da presente publicação foram praticados ao abrigo da delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1240, 1.º Suplemento, de 2017/11/23.

Lisboa, em 2018/05/08.

O chefe de divisão,
(a) *Rui Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 647/UCT/DGEP/2018

Intimação para obras de conservação

Atribuição do nível de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público, que:

1 - Por despacho do diretor da Unidade de Intervenção Territorial Oriental, Arq.º Pedro Milharadas, datado de 2018/02/19, foi realizada, em 2018/03/13, uma vistoria ao edifício sito na Rua Sargento Armando Monteiro Ferreira (antiga Rua D11 da Zona de Olivais Norte, Célula A), lote 134, apenas às frações do r/c esquerdo e 1.º esquerdo e, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 199/AUT/UITOR/GESTURBE/2018 e respetivas fichas de avaliação:

- I - Apurado o nível de conservação do imóvel e das referidas frações;
- II - Constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar o(a) proprietário(a) da fração designada pela letra «D» (1.º esquerdo) e comproprietário(a) das partes comuns do imóvel, ou, a administração do condomínio, esta última caso se verifique que o problema advém de uma parte comum do imóvel, para executar as obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 10 dias úteis para o seu início e com o prazo de 20 dias úteis para a sua conclusão.

3 - Na sequência da referida vistoria foram, ainda, homologados os níveis de conservação apurados, designadamente:

- Edifício (partes comuns) - Bom (Ficha n.º 5293);
- Fração do r/c esquerdo - Bom (Ficha n.º 334081);
- Fração do 1.º esquerdo - Bom (Ficha n.º 333741).

4 - A decisão constante da presente publicação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2018/05/09, exarado na Informação n.º 21 638/INF/DGEP/GESTURBE/2018, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 90.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, prece-dendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 12.º do RGEU (Regime Jurídico da Edificação Urbana), que comete às Câmaras competência para ordenar, independentemente de vistoria, a execução de pequenas obras de reparação sanitária, como, por exemplo, as relativas a roturas, obstruções ou outras formas de mau funcionamento, tanto das canalizações interiores e exteriores de águas e esgotos como das instalações sanitárias, a deficiências das coberturas e ao mau estado das fossas;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01.

5 - Deverá, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras terá de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

7 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

8 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2018/05/10.

O chefe de divisão,
(a) *Rui Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 649/UCT/DGEP/2018

Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por despacho da chefe de divisão da Brigada Lx Ocidental, Arq.ª Lídia Amorim Pereira, datado de 2017/09/11, foi realizada, em 2017/10/17, uma vistoria ao edifício sito na Rua Bartolomeu Dias, 101/107, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 1076/AUT/BLXOC/GESTURBE/2017, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários e usufrutuário(a) do imóvel para executar as obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início e com o prazo de 12 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicitação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2018/05/09, exarado na Informação n.º 20 742/INF/DGEP/GESTURBE/2018, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01.

4 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

5 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

7 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

Lisboa, em 2018/05/10.

O chefe de divisão,

(a) *Rui Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 656/UCT/DGEP/2018

Intimação para medidas provisórias (cautelares)

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público, que:

1 - Por despacho da chefe de divisão da Brigada Lx Ocidental, Arq.ª Lúcia Pereira, datado de 2018/04/12, foi realizada, em 2018/04/13, uma vistoria ao edifício sito no Pátio das

Damas (Rua Dom Vasco, 73), 7/10, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 373/AUT/BLXOC/GESTURBE/2018, constatado a necessidade de:

- a) Executar medidas provisórias (cautelares), descritas no ponto 3 do referido Auto de vistoria;
- b) Executar obras de conservação e de demolição para correção das deficiências descritas (indicadas no ponto 4 do identificado Auto de vistoria).

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar o(a) proprietário(a) do imóvel para executar as medidas provisórias (cautelares) descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 10 dias úteis para o seu início e com o prazo de 30 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante da presente publicitação foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2018/05/10, exarado na Informação n.º 22 177/INF/BLXOC/GESTURBE/2018, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 89.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, que prevê a admissibilidade de medidas provisórias, caso haja justo receio, se sem tais medidas se constituir uma situação de facto consumado ou se produzirem prejuízos de difícil reparação para os interesses públicos ou privados em presença, e desde que, uma vez ponderados esses interesses, os danos que resultariam da medida se não mostrem superiores aos que se pretendam evitar com a respetiva adoção;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 142/P/2015, de 17 de dezembro de 2015, publicado no 2.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015.

4 - Atendendo à urgência na atuação dos procedimentos, com vista à salvaguarda de valores e interesses de ordem pública, como a salubridade e a segurança das pessoas:

- Não houve lugar à audiência prévia dos interessados, de acordo com o artigo 124.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01;
- Foi preterida a notificação prévia de vistoria e todos os procedimentos previstos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, de acordo com o n.º 8 do mesmo artigo.

5 - Para a execução das obras terá de:

- Apresentar termo de responsabilidade do técnico responsável pelas obras;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P.;
- Comunicar a esta Divisão, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;

- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, levantar a respetiva licença nos Serviços de Atendimento;
- Manter no local da obra o livro de obra e o plano de segurança e saúde.

6 - Caso não seja cumprido, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

7 - Caso não seja dada execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

8 - Considerando o constante no projeto de decisão, designadamente, a proposta de intimação para demolição do imóvel, e, uma vez que, o mesmo se encontra assinalado na planta de condicionantes do PDM em Zona Especial de Proteção (Palácio Nacional de Belém e todo o conjunto intramuros, . . .), foi solicitado à Comissão de Apreciação da DGPC parecer, encontrando-se a aguardar pelo mesmo.

Lisboa, em 2018/05/11.

O chefe de divisão,
(a) *Rui Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 595/UCT/UITC/2018

Intimação para obras de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho datado de 2017/03/07, foi realizada, em 2017/04/06, uma vistoria ao edifício sito na Avenida do México, 79-A, no âmbito do Processo n.º 225/RLU/2017, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 427//AUT/UITC/GESTURBE/2017, cuja cópia se anexa, constatado a necessidade de executar obras de conservação para correção das deficiências descritas, bem como, por questões de segurança, deverá ser executada na fachada confinante com a Rua Xavier Cordeiro (fachada posterior) e a todo o seu comprimento, uma pala de proteção, de modo a evitar que a via pública seja atingida no caso da queda de materiais da cornija/friso situada ao nível da cobertura, até à conclusão dos trabalhos de reparação neste elemento.

Não foram efetuadas as fichas de avaliação do estado de conservação do edifício, em virtude do mesmo só ter sido observado exteriormente, pelo que a avaliação a efetuar apenas poderia fazer referência ao nível de anomalia de alguns elementos funcionais, podendo ter como consequência a atribuição de um nível de conservação que não refletisse o real estado do imóvel.

2 - Na sequência da referida vistoria, bem como da audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, foi determinado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, através do despacho datado de 2018/03/29, exarado na Informação n.º 14 033/INF/UITC/GESTURBE/2018:

- A execução da pala de proteção na fachada posterior, com o prazo de 5 dias úteis para o seu início dos trabalhos contados a partir da data de notificação e com o prazo de 2 dias para a sua conclusão;
- A execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 45 dias úteis para o seu início dos trabalhos contados a partir da data de notificação e com o prazo de 2 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio teve por base os seguintes fundamentos:

- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017.

4 - Foram notificados os(as) proprietários(as) para a execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com os prazos descritos no ponto 2.

5 - Devem, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, acompanhado de cópia do documento de identificação do técnico autor de projeto, cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil do técnico autor de projeto e declaração válida da associação profissional do técnico autor de projeto, reconhecendo a qualificação para a responsabilidade assumida;

- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo INCI (Instituto da Construção e do Imobiliário) I.P., acompanhado do seguro de responsabilidade civil e do seguro de acidentes de trabalho;
- Apresentar livro de obra e plano de segurança e saúde;
- Comunicar a este Departamento, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, deverá ser entregue projeto de ocupação de via pública nos Serviços de Atendimento, para obter a respetiva licença.

7 - Mais se informa que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado do presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 369/AML/2017, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1245, de 28 de dezembro de 2017.

8 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de vir a usufruir de um conjunto de benefícios nos termos dos artigos 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nomeadamente, a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por 3 anos;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Sem prejuízo do exposto, devem continuar a zelar para garantir as condições mínimas de segurança, sendo responsáveis por qualquer ocorrência decorrente do mau estado de conservação do imóvel.

Lisboa, em 2018/04/30.

A diretora de departamento,
(a) *Margarida Castro Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 597/UCT/UITC/2018

Intimação para obras de conservação / Homologação do(s) nível(eis) de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2017/03/10, foi realizada, em 2017/04/11, uma vistoria ao edifício sito na Rua António Pedro, 103-A, no âmbito do processo n.º 242/RLU/2017, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 811/AUT/UITC/GESTURBE/2017 e respetivas fichas de avaliação do estado de conservação:

- a) Apurado o nível de conservação do imóvel e frações a que foi possível aceder;
- b) Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria, bem como da audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, foi determinado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, através do despacho datado de 2018/04/19, exarado na Informação n.º 18 966/INF/UITC/GESTURBE/2018:

- a) A homologação dos níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e respetivas fichas de avaliação, designadamente:

- Edifício e outras partes comuns: Médio - N.º Ficha (4670);
- Fracção 2.º andar: Médio - N.º Ficha (300421);
- Fracção 1.º andar: Médio - N.º Ficha (300422).

- b) A execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio teve por base os seguintes fundamentos:

- No n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;

- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017.

4 - Foram notificados os(as) proprietários(as) para a execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com os prazos descritos na alínea b) do ponto 2.

5 - Devem, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, acompanhado de cópia do documento de identificação do técnico autor de projeto, cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil do técnico autor de projeto e declaração válida da associação profissional do técnico autor de projeto, reconhecendo a qualificação para a responsabilidade assumida;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P., acompanhado do seguro de responsabilidade civil e do seguro de acidentes de trabalho;
- Apresentar livro de obra e plano de segurança e saúde;
- Comunicar a este Departamento, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, deverá ser entregue projeto de ocupação de via pública nos Serviços de Atendimento, para obter a respetiva licença.

7 - Mais se informa que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 369/AML/2017, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1245, de 28 de dezembro de 2017.

8 - Informa-se ainda que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de vir a usufruir de um conjunto de benefícios nos termos dos artigos 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nomeadamente a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por 3 anos;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Sem prejuízo do exposto, devem continuar a zelar para garantir as condições mínimas de segurança, sendo responsáveis por qualquer ocorrência decorrente do mau estado de conservação do imóvel.

Lisboa, em 2018/04/30.

A diretora de departamento,
(a) *Margarida Castro Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 615/UCT/UITC/2018

Intimação para obras de conservação/reabilitação

Homologação do(s) nível(is) de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho, datado de 2017/03/16, foi realizada, em 2017/04/27, uma vistoria ao edifício sito na Avenida Elias Garcia, 120/124, no âmbito do Processo n.º 255/RLU/2017, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 810/AUT/UITC/GESTURBE/2017 e respetivas fichas de avaliação do estado de conservação:

- a) Apurado o nível de conservação do imóvel e frações a que foi possível aceder;
- b) Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

E ainda:

- c) Por questões de segurança não deverá ser utilizada a escada de madeira de acesso do 5.º andar ao 6.º andar, enquanto não forem efetuados os trabalhos de reparação e consolidação da mesma.

2 - Na sequência da referida vistoria, bem como da audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, foi determinado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, através do despacho datado de 2018/03/29, exarado na Informação n.º 13 240/INF/UITC/GESTURBE/2018:

- a) A homologação dos níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e respetivas fichas de avaliação, designadamente:

- Edifício e outras partes comuns: Mau - N.º ficha (4671);
- Fração 2.º andar: Mau - N.º ficha (300441);
- Fração 1.º andar (pensão): Mau - N.º ficha (300442);
- Fração rés do chão (pensão): Mau - N.º ficha (300443);
- Fração n.º 122 - loja: Mau - N.º ficha (300461).

- b) A execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o seu início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio teve por base os seguintes fundamentos:

- No n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos Autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características

de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;

- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017.

4 - Foram notificados os(as) proprietários(as) para a execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com os prazos descritos na alínea b) do ponto 2.

5 - Devem, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38 382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras terão de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, acompanhado de cópia do documento de identificação do técnico autor de projeto, cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil do técnico autor de projeto e declaração válida da associação profissional do técnico autor de projeto, reconhecendo a qualificação para a responsabilidade assumida;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário) I.P., acompanhado do seguro de responsabilidade civil e do seguro de acidentes de trabalho;
- Apresentar livro de obra e plano de segurança e saúde;
- Comunicar a este Departamento, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, deverá ser entregue projeto de ocupação de via pública nos Serviços de Atendimento, para obter a respetiva licença.

7 - Mais se informa que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;

- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 369/AML/2017, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1245, de 28 de dezembro de 2017.

8 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de vir a usufruir de um conjunto de benefícios nos termos dos artigos 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nomeadamente, a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por 3 anos;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Sem prejuízo do exposto, devem continuar a zelar para garantir as condições mínimas de segurança, sendo responsáveis por qualquer ocorrência decorrente do mau estado de conservação do imóvel.

Lisboa, em 2018/05/04.

A diretora de departamento,
(a) *Margarida Castro Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 618/UCT/UITC/2018

Intimação para obras de conservação / Homologação do(s) nível(eis) de conservação

Nos termos do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que:

1 - Por meu despacho datado de 2017/05/16, foi realizada, em 2017/06/06, uma vistoria ao edifício sito na Rua Cidade da Horta, 37/41, no âmbito do processo n.º 440/RLU/2017, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 827/AUT/UITC/GESTURBE/2017 e respetivas fichas de avaliação do estado de conservação:

- a) Apurado o nível de conservação do imóvel e frações a que foi possível aceder;
- b) Constatado a necessidade de executar obras de conservação e reabilitação para correção das deficiências descritas.

2 - Na sequência da referida vistoria, bem como da audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01, foi determinado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, através do despacho datado de 2018/03/29, exarado na Informação n.º 13 192/INF/UITC/GESTURBE/2018:

- a) A homologação dos níveis de conservação indicados no Auto de vistoria e respetivas fichas de avaliação, designadamente:

- Edifício e outras partes comuns: Nível 3 - Médio (Ficha N.º 4685);
- Fração r/c, 37/39: Nível 3 - Médio (Ficha N.º 301561);
- Fração 2.º andar: Nível 2 - Mau (Ficha N.º 301581);
- Fração 5.º andar: Nível 2 - Mau (Ficha N.º 301601).

- b) A execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com o prazo de 60 dias úteis para o início dos trabalhos contados a partir da receção da presente notificação e com o prazo de 3 meses para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio teve por base os seguintes fundamentos:

- No n.º 5 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, que determina que, nos autos elaborados na sequência de vistoria realizada se proceda à identificação do estado de conservação do imóvel de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, e respetiva regulamentação;
- Na alínea w) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para, precedendo de vistoria, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- No artigo 55.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto), que comete à Câmara competência para, caso seja atribuído a um edifício ou fração um nível de conservação 1 ou 2, impor ao respetivo proprietário a obrigação de reabilitar, determinando a realização e o prazo para a conclusão das obras ou trabalhos necessários à restituição das características de desempenho e segurança funcional, estrutural e construtiva, de acordo com critérios de necessidade, adequação e proporcionalidade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017.

4 - Foi notificado(a) o(a) proprietário(a) para a execução das obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, com os prazos descritos na alínea b) do ponto 2.

5 - Deverá, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

6 - Para a execução das obras terá de:

- Apresentar termo de responsabilidade pela direção técnica da obra, acompanhado de cópia do documento de identificação do técnico autor de projeto, cópia da apólice de seguro de responsabilidade civil do técnico autor de projeto e declaração válida da associação profissional do técnico autor de projeto, reconhecendo a qualificação para a responsabilidade assumida;
- Apresentar declaração da empresa que executará as obras, anexando fotocópia do certificado de classificação ou do título do registo emitido pelo InCI (Instituto da Construção e do Imobiliário), I.P., acompanhado do seguro de responsabilidade civil e do seguro de acidentes de trabalho;
- Apresentar livro de obra e plano de segurança e saúde;
- Comunicar a este Departamento, até 5 dias antes, o início das obras;
- Executar as obras sem alterar o projeto aprovado;
- Proceder à remoção e transporte a vazadouro de todo o entulho, de modo a deixar o local limpo;
- No caso de ser necessário ocupar a via pública, deverá ser entregue projeto de ocupação de via pública nos Serviços de Atendimento, para obter a respetiva licença.

7 - Mais se informa que:

- Caso não cumpra, no prazo estabelecido, o determinado no presente Anúncio, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, cuja coima está graduada entre os 500 euros e o montante máximo de 100 000 euros, no caso de pessoa singular, e entre 1500 euros e o montante máximo de 250 000 euros, no caso de pessoa coletiva;
- Caso não dê execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente;
- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação que foram determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 369/AML/2017, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1245, de 28 de dezembro de 2017.

8 - Informa-se, ainda, que:

- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de vir a usufruir de um conjunto de benefícios nos termos dos artigos 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nomeadamente a isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) por 3 anos;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

9 - Sem prejuízo do exposto, deve continuar a zelar para garantir as condições mínimas de segurança, sendo responsável por qualquer ocorrência decorrente do mau estado de conservação do imóvel.

Lisboa, em 2018/05/07.

A diretora de departamento,
(a) *Margarida Castro Martins*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 190/UCT/UITCH/2018

Intimação para execução de obras de reposição do local

Torna-se público de que:

Nota prévia

1 - Foi realizada uma vistoria ao edifício sito na Rua de São Miguel, 62/64-A, em 2017/04/28, tendo sido elaborado o Auto de vistoria n.º 501/AUT/UITCH/GESTURBE/2017, que consta do Processo n.º 265/RLU/2017.

2 - Na sequência e dada a gravidade da situação, foi determinado por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2017/05/30, exarado na Informação n.º 24 414/INF/UITCH/GESTURBE/2017 (fls. 51 a 54 do p.p.), a intimação dos proprietários do prédio à execução das obras referidas do Auto de vistoria de conservação, demolição e reabilitação nos termos do disposto nos artigos:

- 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09;
- 89.º, n.ºs 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12;
- 6.º e 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23/10;
- A determinação do despejo temporário e imediato de todos os pisos, nos termos dos artigos 92.º, n.ºs 1 e 4 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, uma vez que se verifica a inexistência de condições mínimas de segurança e salubridade para a permanência de pessoas e bens no seu interior.

3 - As determinações acima identificadas, foi com dispensa da audiência de interessados, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA.

4 - Mais se propôs a realização da audiência dos interessados, nos termos do artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo e do artigo 106.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, a intenção da CML em intimar os proprietários a execução das obras necessárias à reposição do local de acordo com as normas legais descritas no ponto 7 do Auto de vistoria no prazo de 60 dias para início e de 6 meses para a sua conclusão.

5 - Em cumprimento do despacho do Senhor Vereador em 2017/06/05, foram elaborados e expedidos por correio os ofícios aos proprietários, bem como a afixação de Edital na junta de freguesia e prédio, e publicação em Anúncio no *Boletim Municipal*.

Tendo, decorrido o prazo de audiência dos interessados a execução das obras necessárias à reposição do local de acordo com as normas legais, foi determinado notificar os proprietários e eventuais herdeiros à execução das obras de reposição da legalidade prevista no ponto 7 do Auto de vistoria no prazo de 60 dias úteis para o seu início e com o prazo de 6 meses para a sua conclusão.

6 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2018/01/11, exarado na Informação n.º 58741/INF/UITCH/GESTURBE/2017, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 35.º, n.º 2, alínea u) da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro e do artigo 106.º, n.º 1 do RJUE, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de reposição do local de acordo com o projeto aprovado ou de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017;
- Na audiência prévia efetuada nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/01, e do n.º 3 do artigo 106.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

7 - Deverão, ainda, executar as restantes obras necessárias para manter o edifício em bom estado de conservação, de modo a dar cumprimento ao dever estatuído no n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual. Em conformidade com o disposto neste artigo, a edificação atrás identificada deveria ter sido objeto de obras de conservação pelo menos em cada período de oito anos, resultando o seu incumprimento diretamente da lei (salienta-se que o diploma anteriormente em vigor - Regulamento Geral das Edificações Urbanas - Decreto-Lei n.º 38382, de 1951/08/07, já estabelecia no seu artigo 9.º a mesma obrigatoriedade).

8 - Ficam ainda notificados de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual;

- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

9 - Informa-se, ainda, de que:

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação e/ou reabilitação que venham a ser eventualmente determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 369/AML/2017, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1245, de 2017/12/28;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em áreas de reabilitação urbana (áreas críticas de recuperação e reconversão urbana, zonas de intervenção das sociedades de reabilitação urbana e outras) delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

Lisboa, em 2018/02/12.

A diretora de departamento,

(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 626/UCT/UITCH/2018

Torna-se público de que:

1 - Por meu despacho de 2017/12/27, exarado na Informação n.º 55 039/INF/UITCH/GESTURBE/2017, foi determinada a realização de vistoria ao muro sito ao longo do Arco Grande de Cima desde o Telheiro de São Vicente, 24, até ao n.º 113 do Campo de Santa Clara, nos termos do disposto no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 340/AUT/UITCH/GESTURBE/2018, que consta do Processo n.º 919/RLU/2017, verificado o seguinte:

- No muro, observado através do arruamento, e na secção mais a nascente junto ao n.º 113 do Campo de Santa Clara, é visível uma fratura vertical com cerca de 7 cm, ao longo da qual emerge vegetação parasitária, parte da qual bastante desenvolvida, assumindo já a forma de árvores de pequeno porte. Esta fratura é igualmente visível na face interior do muro, através do logradouro com acesso pelo n.º 24 do Telheiro de S. Vicente, possuindo esta fratura um pequeno desenvolvimento sobre o pavimento em tijoleira nesta zona do logradouro;

- Salienta-se que, o muro neste local inflete para norte, ladeando um corredor descoberto com acesso pelo n.º 113 do Campo de Santa Clara, onde é identicamente visível no topo do mesmo uma fratura diagonal que revela que o topo deste canto do muro apresenta um movimento de rotação sobre a via pública. Sublinha-se, contudo, que o mesmo não apresenta no imediato perigo de colapso, devendo, contudo, ser monitorizado até à execução de obras que visem a sua consolidação;
- Visualizado o muro através do logradouro supra referido, é igualmente visível uma extensa fenda horizontal na face interior do mesmo junto ao pavimento, bem como foi possível ainda notar o apodrecimento das argamassas de recobrimento do muro já que as mesmas facilmente se soltavam ao toque da mão. O gradeamento metálico que se encontra colocado sobre o muro encontra-se bastante corroído e com os respetivos apoios muito fragilizados;
- Mais se observa ao longo de todo o muro, na face exterior, zonas com vegetação parasitária, reboco muito escalavrado colocando à vista a alvenaria de pedra, com especial incidência junto à base do mesmo, chegando em alguns locais a atingir sensivelmente 30 cm de profundidade, extensas áreas sem reboco de recobrimento e noutras, com maior relevo no topo do muro, observam-se elementos deste reboco a desligar-se do suporte em risco de queda iminente sobre a via pública.

2 - Dada a urgência da intervenção, a comissão de vistoria emitiu o seguinte parecer:

- 2.1 - A remoção das argamassas de recobrimento existentes no muro em risco de queda iminente sobre a via pública e sobre corredor com acesso pelo n.º 113 do Campo de Santa Clara;
- 2.2 - A inexistência de condições mínimas de segurança para a permanência de pessoas no corredor de acesso pelo n.º 113 do Campo de Santa Clara, numa faixa afastada 1 metro e ao longo do muro, até que sejam efetuados os trabalhos apontados no ponto 1 do parecer;
- 2.3 - A monitorização das fraturas existentes no troço do muro a nascente, junto ao n.º 113 do Campo de Santa Clara, até à execução da consolidação desta secção do muro, devendo no imediato serem comunicadas à Câmara Municipal de Lisboa eventuais alterações às medições, por forma a serem tomadas as necessárias medidas cautelares;
- 2.4 - Execução da consolidação do troço do muro a nascente, junto ao n.º 113 do Campo de Santa Clara;
- 2.5 - A remoção da vegetação parasitária e limpeza dos bueiros existentes;
- 2.6 - A manutenção do perímetro de segurança até que sejam efetuados os trabalhos apontados no ponto 1 do parecer;
- 2.7 - A reparação e consolidação do gradeamento metálico e respetivos apoios existentes no topo do muro.

3 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários dos muro para executar as obras necessárias à correção das deficiências descritas no Auto de vistoria, nos termos do disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Para a execução das obras deverão ser concedidos os seguintes prazos:

Medidas cautelares:

- Início: 10 dias úteis;
- Conclusão: 15 dias úteis.

Obras de consolidação:

- Início: 45 dias úteis;
- Conclusão: 90 dias úteis.

4 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2018/04/27, exarado na Informação n.º 19 947/INF/UITCH/GESTURBE/2018, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/9, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017;
- Na dispensa da audiência prévia dos interessados, de acordo com o artigo 124.º, n.º 1, alínea a) do Código de Procedimento Administrativo.

5 - Face ao perigo de queda de elementos do recobrimento em argamassa do muro sobre a via pública foi informada a Polícia Municipal via *e-mail* da necessidade de efetuar no arruamento do Arco Grande, um perímetro de segurança ao longo de todo o muro, desde o seu início no Telheiro de S. Vicente, 24, até ao n.º 113 do Campo de Santa Clara, afastado do mesmo 1 metro, até que sejam removidos os elementos do reboco de recobrimento do muro em risco de queda.

6 - Mais se notificam, todos os interessados, de que se verifica a inexistência de condições mínimas de segurança para a permanência de pessoas no corredor de acesso pelo n.º 113 do Campo de Santa Clara, numa faixa afastada 1 metro ao longo do muro, até que sejam executadas as intervenções determinadas.

Lisboa, em 2018/05/08.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 632/UCT/UITCH/2018

Torna-se público terem sido notificados os proprietários dos prédios, sítos na Rua da Quintinha, 27, 29, 31/33, 35 e da fração autónoma com a letra «A» do prédio, sito na Rua de São Bento, 224 a 236, de que:

1 - Por meu despacho, datado de 2018/04/12, foi determinada a realização de vistoria aos prédios, sítos na Rua da Quintinha, 27, 29, 31/33 e 35 e Rua de São Bento, 224/236, efetuada na mesma data, tendo-se, de acordo com o Auto de vistoria n.º 329/AUT/UITCH/GESTURBE/2018, constante do processo n.º 325/RLU/2018, constatado:

- A necessidade de executar obras de conservação, estabilização e consolidação para correção das deficiências descritas;
- A necessidade de se proceder ao esvaziamento da piscina mais a sul existente no logradouro do prédio com o n.º 27 da Rua da Quintinha;
- A inexistência de condições mínimas de segurança para a permanência de pessoas no logradouro a tardoz do prédio, sito na Rua de São Bento, 224 a 236, numa faixa correspondente à largura do logradouro do n.º 27 (da Rua da Quintinha), até à execução das obras da estabilização e consolidação dos muros;
- A inexistência de condições mínimas de segurança para a permanência de pessoas no logradouro do prédio, sito na Rua da Quintinha, 27, numa faixa calculada desde o muro «A» em toda a extensão do logradouro e afastada 5 m a nascente do mesmo, até à execução das obras da estabilização e consolidação dos muros.

2 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários dos imóveis para executar as obras correspondentes às obras de conservação, estabilização e consolidação descritas no ponto 2 do Auto de vistoria e ao esvaziamento da piscina descrita no ponto 1 do Auto de vistoria, com o prazo de 30 dias úteis para o seu início e com o prazo de 60 dias úteis para a sua conclusão.

3 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, datado de 2018/04/24, exarado na Informação n.º 19 372/INF/UITCH/GESTURBE/2018, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 2017/11/23, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 2017/11/23.

4 - Atendendo à urgência na atuação, com vista à salvaguarda de valores e interesses de ordem pública, como a salubridade e a segurança das pessoas:

- Não houve lugar à audiência prévia dos interessados, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07/01;
- Foi preterida a notificação prévia de vistoria e todos os procedimentos previstos no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, de acordo com o n.º 8 do mesmo artigo.

5 - Foram, ainda, notificados de que:

- Caso não cumpram, no prazo estabelecido, o determinado na presente notificação, será instaurado processo de contraordenação, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual;
- Caso não deem execução, no prazo estipulado, às necessárias obras, a Câmara Municipal poderá tomar posse administrativa do imóvel para executar as obras coercivamente.

6 - Informou-se, ainda, de que:

- Enquanto, por motivos alheios ao Município, não forem concluídas as obras de conservação e/ou reabilitação que venham a ser eventualmente determinadas, a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) será majorada em 30 % ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e na Deliberação n.º 369/AML/2017, publicada no 4.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1245, de 2017/12/28;
- Os prédios urbanos objeto de reabilitação urbana são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pelo período de 3 anos nos termos do disposto no artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- As empreitadas de reabilitação urbana, tal como definido em diploma específico, realizadas em imóveis localizados em Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nos termos legais, ficam sujeitas a taxa reduzida de IVA, nos termos do artigo 76.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2009 e procedeu à alteração à lista I anexa ao Código do IVA.

7 - Por forma a evitar a majoração da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referida no ponto anterior, solicitou-se que o início de quaisquer obras intimadas seja comunicado, por escrito, à UITCH - Rua Nova do Almada, 2, 3.º andar - 1200-289 Lisboa (caso pretenda, poderá comunicar o início das obras para o e-mail: uct.uitch@cm-lisboa.pt).

8 - Mais se notificou ter sido verificada:

- A inexistência de condições mínimas de segurança para a permanência de pessoas no logradouro a tardoz do prédio, sito na Rua de São Bento, 224 a 236, numa faixa correspondente à largura do logradouro do n.º 27 (da Rua da Quintinha), até à execução das obras da estabilização e consolidação dos muros;
- A inexistência de condições mínimas de segurança para a permanência de pessoas no logradouro do prédio, sito na Rua da Quintinha, 27, numa faixa calculada desde

o muro «A» em toda a extensão do logradouro e afastada 5 m a nascente do mesmo, até à execução das obras da estabilização e consolidação dos muros.

Lisboa, em 2018/05/08.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 642/UCT/UITCH/2018

Torna-se público terem sido notificados todos os proprietários, moradores e demais interessados relativamente aos prédios, sítos na Costa do Castelo, 47, 57, 61 e 63/63-B, de que:

1 - Atendendo ao mau estado de conservação do muro de suporte correspondente ao prédio, sito na Costa do Castelo, 74, foi, por meu despacho, datado de 2017/09/28 e exarado na Informação n.º 45 620/INF/UITCH/GESTURBE/2017, constante do processo n.º 778/RLU/2017, determinada a realização de vistoria ao local, nos termos do disposto no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a preterição de formalidades prevista no n.º 8 do referido artigo, destinada exclusivamente a verificar as condições de segurança do referido muro e a preconizar as medidas necessárias para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

2 - A vistoria foi realizada no dia 3 outubro de 2017, tendo-se, de acordo com o Parecer constante do respetivo Auto n.º 938/AUT/UITCH/GESTURBE/2017, concluído pela necessidade de se proceder a:

- Remoção da vegetação parasitária existente no respetivo muro e desobstrução dos bueiros;
- Monitorização do muro de suporte de terras das fendas no logradouro e alçado principal do edifício através de alvos topográficos com leituras semanais, por forma a avaliar eventuais deslocamentos, até à execução da obra;
- Execução da estabilização e consolidação do muro de suporte de terras existente;
- Verificação da estabilização e eventual consolidação das fundações do alçado principal e dos alçados laterais nas zonas junto ao mesmo.

3 - Nesta sequência foi, por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, datado de 2017/11/13 e exarado na Informação n.º 45 620/INF/UITCH/GESTURBE/2017, constante do atrás referido processo, determinada a intimação dos proprietários do prédio, sito na Costa do Castelo, 74, à execução das obras de conservação correspondentes às medidas preconizadas nos pontos 1 a 4 do Parecer do Auto de vistoria, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09 e artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

4 - Face ao agravamento das condições de segurança do muro, logradouro e respetivo edifício constatadas, por observação no local e na ausência dos relatórios técnicos referentes às leituras efetuadas, em deslocação realizada por uma equipa

técnica no dia 3 maio de 2018, foi, por meu despacho datado de 2018/05/03, determinada a realização de vistoria com preterição de formalidades nos termos do n.º 8 do artigo 90.º do RJUE, destinada exclusivamente a verificar as atuais condições de segurança e avaliar a necessidade de medidas imediatas e inadiáveis, necessárias para a salvaguarda de pessoas e bens.

5 - Esta vistoria foi realizada no dia 3 de maio de 2018, tendo-se constatado, de acordo com o respetivo Auto n.º 379/AUT/UITCH/GESTURBE/2018, constante do processo n.º 356/RLU/2018:

- O agravamento das condições anteriormente descritas no Auto de vistoria n.º 938/AUT/UITCH/GESTURBE/2017, nomeadamente um aumento da espessura e extensão das várias fendas existentes no muro que podem colocar em causa a estabilidade do mesmo existindo risco de colapso parcial que pode levar a alterações das condições de estabilidade do edifício;
- A existência, no alçado lateral direito do edifício, de um agravamento da extensão e espessura das fendas verticais, indiciando movimento da fachada principal;
- A existência de risco de colapso parcial do muro, que poderá levar a alterações das condições de estabilidade do mesmo e do edifício, pondo em causa a segurança de pessoas e de bens.

6 - Na sequência dos Autos de vistoria n.º 938/AUT/UITCH/GESTURBE/2017, de 2017/10/03 e n.º 379/AUT/UITCH/GESTURBE/2018, de 2018/05/03, foi, por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, datado de 2018/05/08 e exarado na Informação n.º 22 457/INF/UITCH/GESTURBE/2018, determinado:

- 6.1 - A tomada de posse administrativa, ao abrigo do disposto nos artigos 91.º e 107.º do RJUE, dos prédios sítos na Costa do Castelo, 74, 61 e 63/63-B, para execução imediata e inadiável pelo Município dos trabalhos preconizados nos Autos de vistoria acima referidos e necessários à urgente reposição das condições de segurança dos locais, o que se justifica à luz do Estado de Necessidade, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo;
- 6.2 - O despejo, nos termos do artigo 92.º, n.ºs 1 e 4 do RJUE, imediato e temporário de pessoas e bens do edifício e do logradouro do prédio, sito na Costa do Castelo, 74, devendo manter-se até à conclusão das obras a realizar pela CML, no âmbito da intervenção coerciva ao abrigo do Estado de Necessidade;
- 6.3 - O despejo imediato e temporário, nos termos do artigo 92.º, n.ºs 1 e 4 do RJUE, de pessoas na fase de execução das obras dos prédios, sítos na Costa do Castelo, 57, 61 e do logradouro do prédio, sito na Costa do Castelo, 63/63-B, devendo manter-se até que sejam executados todos os trabalhos necessários à reposição das condições de segurança;
- 6.4 - A execução de um perímetro de segurança com 2 metros de largura ao longo do desenvolvimento do muro, até ao início da execução das obras;
- 6.5 - O corte da via pública no início dos trabalhos para garantia das condições de segurança.

7 - Mais foi determinado:

- A dispensa da audiência dos interessados, atendendo à urgência na atuação nos procedimentos, com vista à segurança de pessoas e bens, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- A preterição das restantes formalidades por se verificarem os pressupostos do Estado de Necessidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

8 - A decisão constante do presente Anúncio foi tomada com fundamento nas disposições legais supracitadas e ainda na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 2017/11/23, publicado no *Boletim Municipal* n.º 1240, de 2017/11/23.

Lisboa, em 2018/05/09.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

MUNICÍPIO DE LISBOA

Anúncio n.º 653/UCT/UITCH/2018

Torna-se público e notificam-se os proprietários dos edifícios sitos na Rua das Beatas, 11/15 e 17/23, e demais interessados, de que:

1 - Atendendo da ocorrência do Serviço Municipal de Proteção Civil, bem como da informação da Polícia Municipal n.º 14321.18.11.4, às fls. 1 a 8 do p.p. com entrada na UITCH em 2018/04/19, que alerta para a existência de fissuras no muro de suporte de terras correspondentes aos imóveis sitos na Rua das Beatas, 11/15 e 17/23, foi por meu despacho de 2018/04/17, determinada a realização de vistoria ao local, nos termos do disposto no artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, com a preterição de formalidades prevista no n.º 8 do referido artigo, destinada exclusivamente a, em face do ocorrido, verificar as condições de segurança e a preconizar as medidas imediatas e inadiáveis, necessárias para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.

2 - Na sequência da vistoria foi elaborado o Auto de vistoria n.º 360/AUT/UITCH/GESTURBE/2018, que consta do Processo n.º 344/RLU/2018, verificando o seguinte:

2.1 - Patologias:

- Do visualizado da face exterior do muro observa-se diversa fendilhação e fraturas oblíquas, parte das quais de aspeto recente, zonas de reboco escalavrado, vegetação parasitária, manchas de humidade muito escurecidas e num troço do muro um ligeiro desaprumo;
- É ainda visível uma fenda vertical num troço do muro a nascente na ligação com o alçado tardoz do edifício confinante com o n.º 12 da Rua do Sol, à Graça;

- Mais se refere que são visíveis diversas reparações precárias em argamassa de cimento que se presumem corresponder a emendas das fendas anteriormente existentes neste muro;
- Sublinha-se que, das patologias observadas, não aparenta resultar perigo de ruína do muro no imediato ou queda de elementos do mesmo, presumindo-se que a antiguidade do muro, a falta de obras ordinárias de conservação e a inexistência de bueiros ou outro sistema para o encaminhamento das águas pluviais que se acumulam dentro do lote de terreno possam, cumulativamente, estar a contribuir para a sua acelerada degradação;
- Referem, ainda, os técnicos em sede de consulta dos antecedentes, que para o local consta o Processo de Licenciamento n.º 2050/EDI/2016, referente à construção de 2 moradias, o qual prevê a demolição integral deste muro.

2.2 - Parecer:

- Em fase do exposto, e do que foi dado a observar na presente data, os técnicos entendem que deverá com urgência determinar-se a colocação de fissurómetros nas fendas e fraturas do muro, por forma a monitorizar a evolução das mesmas, devendo eventuais alterações às leituras serem no imediato comunicado à C.M. de Lisboa através de relatório técnico por forma a adotar as medidas cautelares que se demonstrem necessárias.

3 - Na sequência da referida vistoria foi determinado intimar os proprietários para:

- Executar a medida cautelar descrita no Auto de vistoria, nos termos do disposto nos artigos 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Para a execução da obra foi concedido o seguinte prazo:

- Início: 10 dias úteis;
- Conclusão: 15 dias úteis.

4 - A decisão constante do presente Anúncio foi proferida por despacho do Senhor Vereador Manuel Salgado, de 2018/05/09, exarado na Informação n.º 21 201/INF/UITCH/GESTURBE/2018, com base nos seguintes fundamentos:

- No artigo 33.º, n.º 1, alínea w) da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que comete às Câmaras competência para ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a segurança das pessoas;
- No artigo 89.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, que comete à Câmara competência para ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas;
- Na delegação e subdelegação de competências efetuadas por Sua Ex.ª o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, concretizadas pelo Despacho n.º 99/P/2017, de 23 de novembro de 2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1240, de 23 de novembro de 2017;

- Na dispensa da audiência prévia dos interessados, de acordo com o artigo 124.º, n.º 1, alínea a) do Código de Procedimento Administrativo.

Lisboa, em 2018/05/09.

A diretora de departamento,
(a) *Isabel Maciel*

EDITAL

MUNICÍPIO DE LISBOA

Edital n.º 17/2018

Notificação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo

Considerando que:

- 1 - A Câmara Municipal de Lisboa é legítima proprietária de um espaço, sito na Rua General João de Almeida, 12;
- 2 - A Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu um Protocolo de Cedência deste espaço, em 10 de julho de 2012, com o Senhor Jaime Henrique Ramos;
- 3 - As cedências a título precário dos bens do domínio privado municipal consubstanciam atos administrativos precários, não constitutivos de direitos, proferidos no âmbito de um poder discricionário, podendo cessar a qualquer momento, conforme evidenciado na Cláusula Segunda do supramencionado Protocolo;
- 4 - Estabelece a Cláusula Oitava a obrigatoriedade de «pôr em funcionamento as instalações, no prazo de seis meses, a partir da data da assinatura do presente Protocolo,

sob pena de caducar a cedência titulada por este Protocolo, a menos que apresente justificação fundamentada e aceite pelo Município de Lisboa», facto esse que não se verificou;

- 5 - Determina a Cláusula Nona que o incumprimento de qualquer das obrigações constantes do presente Protocolo confere ao Município de Lisboa «o direito de fazer cessar o presente Acordo, com a inerente desocupação do espaço cedido»;
- 6 - Não se conseguiu de outra forma entrar em contacto com o Sr. Jaime Henrique Ramos, que assinou o Protocolo.

Notificam-se todos os interessados que a Câmara Municipal de Lisboa considera que o referido Protocolo se encontra caducado, por força das cláusulas contratuais supramencionadas, pretendendo este Município reaver o espaço livre e totalmente desocupado de pessoas e bens até ao dia 30 de junho de 2018.

A Câmara Municipal de Lisboa irá promover a desocupação total do local, designadamente procedendo à remoção de todos os bens que porventura se encontrem dentro do espaço municipal, informando-se que os Serviços Municipais não se responsabilizam por quaisquer danos que possam ser produzidos na retirada de bens/objetos ali abandonados.

Mais se informa que qualquer questão relativa a esta Loja, deverá ser endereçada à Divisão de Gestão de Contratos, da Direção Municipal de Gestão Patrimonial, sita no Edifício do Campo Grande, 25, 3.º piso, bloco C, ou por contacto através dos telefones 217 988 444 ou 217 988 494.

Lisboa, em 2018/05/11.

O diretor municipal (no exercício das competências previstas no artigo 26.º da Orgânica dos Serviços Municipais, publicada no «Diário da República», 2.ª Série, de 21 de maio de 2015 e das demais competências subdelegadas pelo Despacho n.º 131/P/2017, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1244, de 21 de dezembro),

(a) *António Inácio de Carvalho Furtado*

Publica-se às 5.as-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 - 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt